

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS  
ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JOÃO VICTOR ROSSI FEITOSA**

**DOURADOS/MS  
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS  
ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Simone Becker

Coorientadora: Aline Castilho Crespe Lutti

**JOÃO VICTOR ROSSI FEITOSA**

**DOURADOS/MS  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F311a Feitosa, João Victor Rossi  
ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS  
ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / João Victor  
Rossi Feitosa. -- 2023.  
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Simone Becker.  
Coorientadora: Aline Castilho Crespe Lutti.  
Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Etnografia. 2. Morte. 3. Governo Bolsonaro. 4. Abjetificação. 5. Coronavírus. I. Becker,  
Simone. II. Lutti, Aline Castilho Crespe. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

JOÃO VICTOR ROSSI FEITOSA

**ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS  
ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande  
Dourados, como parte das exigências para a obtenção do  
título de Mestre em Antropologia.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Simone Becker – (PPGS/PPGAnt/UFGD/CNPq)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Castilho Crespe Lutti - (PPGAnt/UFGD)  
Coorientadora

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Marisa de Fátima Lomba de Farias – (PPGS-UFGD)  
Membra externa titular

---

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira – (PPGAnt/UFGD)  
Membro interno titular

**DOURADOS/MS  
2023**

## NA TERRA DO CORAÇÃO

*Nave, ninho, poço, mata, luz, abismo, plástico, metal, espinho, gota, pedra, lata. Passei o dia pensando — coração meu, meu coração. Pensei e pensei tanto que deixou de significar uma forma, um órgão, uma coisa. Ficou só som-cor, ação — repetido, invertido — ação, cor — sem sentido — couro, ação e não. Quis vê-lo, escapava. Batia e rebatia, escondido no peito. Então fechei os olhos, viajei. E como quem gira um caleidoscópio, vi:*

*Meu coração é um sapo rajado, viscoso e cansado, à espera do beijo prometido capaz de transformá-lo em príncipe.*

*Meu coração é um álbum de retratos tão antigos que suas faces mal se adivinham. Roídas de traça, amareladas de tempo, faces desfeitas, imóveis, cristalizadas em poses rígidas para o fotógrafo invisível. Este apertava os olhos quando sorria. Aquela tinha um jeito peculiar de inclinar a cabeça. Eu viro as folhas, o pó resta nos dedos, o vento sopra.*

*Meu coração é o mendigo mais faminto da rua mais miserável.*

*Meu coração é um ideograma desenhado a tinta lavável em papel de seda onde caiu uma gota d'água. Olhado assim, de cima, pode ser Wu Wang, a Inocência. Mas tão manchado que talvez seja Ming I, o Obscurecimento da Luz. Ou qualquer um, ou qualquer outro: indecifrável.*

*Meu coração não tem forma, apenas som. Um noturno de Chopin (será o número 5?) em que Jim Morrison colocou uma letra falando em morte, desejo e desamparo, gravado por uma banda punk. Couro negro, prego e piano.*

*Meu coração é um bordel gótico em cujos quartos prostituem-se ninfetas decaídas, cafetões sensuais, deusas lésbicas, anões tarados, michês baratos, centauros gays e virgens loucas de todos os sexos.*

*Meu coração é um traço seco. Vertical, pós-moderno, coloridíssimo de neon, gravado em fundo preto. Puro artifício, definitivo.*

*Meu coração é um entardecer de verão, numa cidadezinha à beira-mar. A brisa sopra, saiu a primeira estrela. Há moças nas janelas, rapazes pela praça, tules violeta sobre os montes onde o sol se pôs. A lua cheia brotou do mar. Os apaixonados suspiram. E se apaixonam ainda mais.*

*Meu coração é um anjo de pedra com a asa quebrada.*

*Meu coração é um bar de uma única mesa, debruçado sobre a qual um único bêbado bebe um único copo de bourbon, contemplado por um único garçom. Ao fundo, Tom Waits geme um único verso arranhado. Rouco, louco.*

*Meu coração é um sorvete colorido de todas as cores, é saboroso de todos os sabores. Quem dele provar será feliz para sempre.*

*Meu coração é uma sala inglesa com paredes cobertas por papel de florzinhas miúdas. Lareira acesa, poltronas fundas, macias, quadros com gramados verdes e casas pacíficas cobertas de hera. Sobre a renda branca da toalha de mesa, o chá repousa em porcelana da China. No livro aberto ao lado, alguém sublinhou um verso de Sylvia Plath: “I’m too pure for you or anyone.”  
Não há ninguém nessa sala de janelas fechadas.*

*Meu coração é um filme noir projetado num cinema de quinta categoria. A plateia joga pipoca na tela e vaia a história cheia de clichês.*

*Meu coração é um deserto nuclear varrido por ventos radioativos.*

*Meu coração é um cálice de cristal puríssimo transbordante de licor Strega. Flambado, dourado. Podese ter visões, anunciações, pressentimentos, ver rostos e paisagens dançando nessa chama azul de ouro.*

*Meu coração é o laboratório de um cientista louco varrido, criando sem parar Frankensteins monstruosos que sempre acabam por destruir tudo.*

*Meu coração é uma planta carnívora morta de fome.*

*Meu coração é uma velha carpideira portuguesa, coberta de preto, cantando um fado lento e cheia de gemidos — ai de mim! ai, ai de mim!*

*Meu coração é um poço de mel, no centro de um jardim encantado, alimentando beija-flores que, depois de prová-lo, transformam-se magicamente em cavalos brancos alados que voam para longe, em direção à estrela Vega. Levam junto quem me ama, me levam junto também.*

*Faquir involuntário, cascata de champanha, púrpura rosa do Cairo, sapato de sola furada, verso de Mário Quintana, vitrina vazia, navalha afiada, figo maduro, papel crepom, cão uivando pra lua, ruína, simulacro, varinha de incenso. Acesa, aceso — vasto, vivo: meu coração teu.*

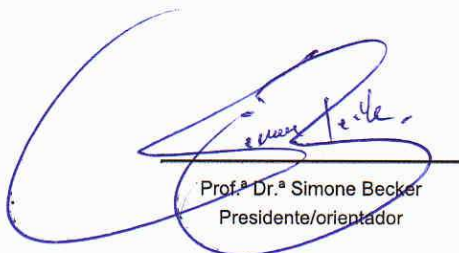
**Caio Fernando de Abreu**

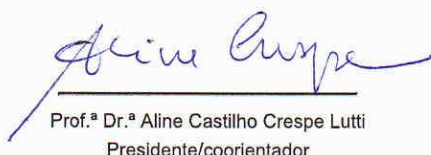


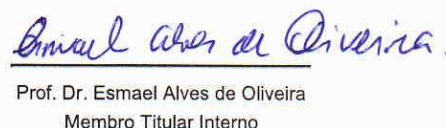
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR JOÃO VICTOR ROSSI FEITOSA, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ANTROPOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ANTROPOLOGIA SOCIOCULTURAL".

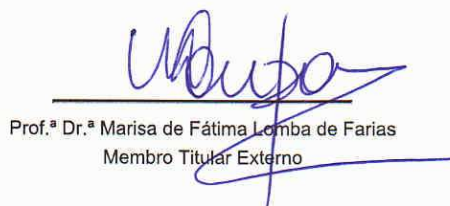
Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"ANÁLISE DISCURSIVA DAS (RE)PRODUÇÕES DE MORTE DE CORPOS ABJETIFICADOS NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL"**, apresentada pelo mestrando João Victor Rossi Feitosa, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Becker/UFGD (presidente/orientador), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Castilho Crespe Lutti/ (presidente/coorientador), Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira/UFGD (membro titular interno), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa de Fátima Lomba de Farias/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado Aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 08 de março de 2023.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Becker  
Presidente/orientador

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Castilho Crespe Lutti  
Presidente/coorientador

  
Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira  
Membro Titular Interno

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa de Fátima Lomba de Farias  
Membro Titular Externo

*Aos mortos e mortas,  
aos vivos e vivas que foram e são  
vítimas das (re)produções capitalísticas de governo e gestão  
das vidas e das mortes.*



## AGRADECIMENTOS

Realizo um de meus inúmeros sonhos com este trabalho. Estudar, aprender, ensinar, refletir, concordar e discordar são moviment(ações) que me excitam e se cumprem no contato desafiador com o(s) outro(s). A potência de vida está, também, na diferença. A gratidão é um sentimento que atravessa o meu peito, e a valorizo porque os meus sentimentos são peculiaridades da minha verdade.

Dedico este trabalho,

A toda comunidade *queer*. Às lésbicas, aos gays, aos bissexuais, aos corpos transexuais e às travestis, (a)os intersexos e (a)os assexuais. Incluo as categorias não citadas, mas existentes e pulsantes. Que nada e ninguém possa nos tomar a força da subversão e o tesão pela vida.

Aos povos indígenas, minha inspiração e admiração se mesclam e catalisam a minha produção de resistência. Apreendi com vocês que viver é lutar e não há medo que possa nos parar.

E às vítimas das garras estatais que morreram lutando e acreditando em um mundo sem desigualdades.

Agradeço, então

À Ana Claudia, sinônimo do amor mais puro e verdadeiro. O encanto de viver se faz com sua companhia e sua ternura. À Maria Clara, por caminhar e dividir comigo a vida dentro das multiplicidades que é a irmandade. À Alcides, por me ensinar que a honestidade é o único caminho para o êxito.

À Benilde, pelo sabor de sua experiência de vida que me alimenta. À Giovana e sua especial capacidade de me acolher. À Carolina que sempre foi a hortelã do meu jardim. À Beatriz por seu companheirismo desde o meu primeiro suspiro.

Ao Nicolas, que, em sua potência e inquietação me apresentou o mais valioso afeto. Ao Cruel, o dono do primeiro arrepio de amor. À Fallon, dona da mais autêntica personalidade. À dupla Custódio e Augusto, multiplicadores do amor baderneiro e à Nutella, que em sua hospedagem me bagunçou com seu jeito inocente. A existência de vocês estimula e inspira os meus devires.

À Julia e à Lara, que encaram a vida de mãos dadas comigo. À Lauriely e ao Diego, com nossa cumplicidade. Aos meus velhos companheiros de jornada, Aline, Daniel, Francine e Dario. Ao Juliel, à Natália, à Gabriela e ao Felipe, presentes advindos da experiência universitária. À Tatiane que me proporcionou a experiência de ter uma Lua em minha vida. Ao Lucas e sua amizade, ao Andrei e sua magia e à Irene e sua experiência. A(o)s colegas de turma que atenuaram o mestrado, Victória, Lauro e Maria Carolina. E àquele(a)s não citados, mas presentes em algum momento de minha trajetória. Na amizade de vocês, encontrei minha segunda casa.

Ao Pedro, que num piscar de olhos me transbordou.

À Marisa, que despertou em mim a paixão feminista com sua doçura. À Aline, o furacão que me abraça e ampara. À Simone e sua espontaneidade tão afetuosa e potente. À Esmael e seu apoio sempre compreensivo. À Maria Gabriela, ao Diógenes e à Juliane por adoçarem a experiência acadêmica.

À Universidade Federal da Grande Dourados e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, instituições das quais vivi experiências únicas.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul /FUNDECT por investir e acreditar no potencial desta pesquisa.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	9
RESUMO .....	12
ABSTRACT .....	13
LISTAS DE SIGLAS .....	14
LISTA DE IMAGENS .....	15
INTRODUÇÃO .....	16
1. SITUANDO (DES)ENCONTROS: ESBOÇOS DO MEU “CAMPO MULTICENTRADO”	18
1.1 (Re)ordenando as curiosidades.....	20
1.2 O(s) encontro(s) com o(s) campo(s).....	27
1.3 Cárcere como experiência .....	34
1.4 Os boletins pandêmicos.....	42
1.5 “Novos normais” .....	55
2. UM SUSPIRO SUL-MATO-GROSSENSE .....	62
2.1 Plantar guerras para colher o Mato Grosso do Sul.....	62
3. EU NÃO QUERO MAIS VIVER NO MUNDO DOS HOMENS .....	87
(IN)CONCLUSÕES .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	102

## RESUMO

Esta dissertação surge a partir da análise das interpretações do que se entende como morte, seus significados (mais amplificados) e suas induções advindas do Estado e instituições (estatais ou não) brasileiras, mais especificamente por parte do governo federal conduzido por Jair Messias Bolsonaro, na gestão da pandemia disparada pelo coronavírus (e suas mutações) em 2020. Visando os efeitos abjetificadores que circulam e são resultantes dos discursos e das relações de poder, empreendi o exercício etnográfico para a análise da (re)produção de morte que em tempos pandêmicos intensificam as opressões capitalísticas neoliberais. O recorte sul-mato-grossense se dá na urgência da mortificação de dadas corporeidades, cujas diferenças que as instituem implicam em vivências radicalmente desiguais, na lógica do agronegócio e do colonialismo que agudizam e reverberam os racismos, machismos e LGBTQfobias presentes nestas terras. A dissertação divide-se em três partes: no primeiro momento trago minha experiência acadêmica à luz de *insights* que estimularam meu caminho até o mestrado e, em seguida, proponho a análise documental de medidas normativas sancionadas pelo Estado, especialmente do governo federal, retiradas de mídias impressas, bem como, advindas de meus diários de campo e de minhas vivências com observação participante em contextos anteriores e durante a pandemia, empreendidos no sul de Mato Grosso do Sul, mais especificamente na cidade de Dourados. Por fim, reflito sobre a (re)produção de resistências de grupos que enca(ra)ram na linha de frente o combate à desigualdade em momentos de crise.

**Palavras-chave:** Etnografia; Morte; Governo Bolsonaro; Abjetificação; coronavírus; Mato Grosso do Sul; Brasil.

## ABSTRACT

This dissertation arises from the analysis of the interpretations of what is understood as death, its meanings (broadest) and inductions from the State and Brazilian Government (organizations or not) specifically by the federal government led by Jair Messias Bolsonaro, during the Covid pandemic period in 2020. Pointing out the abject effects that circulate and result from discourses and power relations, the ethnographic exercise was performed for the analysis of the (re)production of death that in pandemic times intensify by the neoliberal capitalistic oppressions. The South's Mato Grosso do Sul shows certain urgent inconsistencies, whose differences that instituted them imply radically unequal experiences, in the logic of agrobusiness and colonialism that exacerbate and reverberate racism, machism and LGBTQphobias presents in these lands. This document is divided into three parts. In the first part I bring my Insight-based academic experience that stimulated my path to the master's degree, then I propose the documentary analysis of the regulatory measures sanctioned by the state, especially the federal government, taken from print media, as well as, from my field diaries and my experiences like participating observer in contexts pre-pandemic and pandemic in the southern Mato Grosso do Sul and Dourados city. Finally, I reflect the (re)production of resistance from groups at the forefront of the fight to abolish the inequality in crisis time.

**Keywords:** Ethnography; Death; Bolsonaro Government; abject effects, coronavirus; Mato Grosso do Sul; Brasil.

## LISTAS DE SIGLAS

ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
ACADEPOL/MS	Academia da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul
AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARNS	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns
CADHu	Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CEPEDISA	Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONNECTAS	Conectas Direitos Humanos
DOE/MS	Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GDUCC	Grupo de Diálogos Universidade Cárcere Comunidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IML	Instituto Médico-Legal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Penitenciária Estadual de Dourados
PIBIC	Pesquisa de Iniciação Científica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RID	Reserva Indígena de Dourados
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência
SEJUSP-MS	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TPI	Estatuto de Roma - Tribunal Penal Internacional
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## LISTA DE IMAGENS

**IMAGEM 1** – Capa do boletim nº 1.

**IMAGEM 2** – Capa do boletim nº 2.

**IMAGEM 3** – Títulos qualitativos do boletim nº 2.

**IMAGEM 4** – Títulos quantitativos do boletim nº 1.

**IMAGEM 5** – Boletins encadernados.

**IMAGEM 6** – Quadro de atividades essenciais.

**IMAGEM 6** – Manchete CNN Brasil.

**IMAGEM 7** – Manchete BBC News Brasil.

**IMAGEM 8** – Mapa Mato Grosso Econômico de 1933.

**IMAGEM 9** – Mapa do MS.

**IMAGEM 10** – Publicação na rede social *Instagram*.

**IMAGEM 11** – Tabela quantitativa de feminicídios no MS.

**IMAGEM 12** – Dados separados por marcadores sociais de raça e etnia no Brasil.

**IMAGEM 13** – A linha do tempo da estratégia federal.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que nasce das intenções de compreender (e analisar) as nuances que envolvem a morte imediatamente tomou novos delineamentos com a explosão pandêmica causada pelo coronavírus e suas mutações, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro no ano de 2020, coincidentemente o mesmo ano de meu ingresso no Mestrado em Antropologia. Na leitura e no exercício etnográfico encontrei caminhos e reflexões para o medo e a incerteza que assolavam meu imaginário frente a complexidade do cenário brasileiro desde 2016 e agudizado a partir de 2018. Guiado por memórias e vivências, a afetação etnográfica surge de forma inerente às experiências, criando novas possibilidades na construção de meu campo, (re)descobrimo o trabalho manual etnográfico e vislumbrando um futuro criativo para a minha jornada.

Durante a elaboração do primeiro capítulo, busquei problematizar e discutir a experiência acadêmica e meu encontro com a antropologia. Ao me deparar com as questões postas em campo e ao meu corpo, me senti provocado pelas relações de força e poder cujos efeitos trazem à cena saberes que instituem verdades sobre o real, sobre quem é ou quem não é humano. Os meus trajetos múltiplos e interligados me deram insumos e proporcionaram novas inquietações que se ampliaram durante a experiência de iniciação científica e de visitas na Penitenciária de Dourados que me levaram a etnografia apresentada nesse trabalho. Informalmente me refiro às experiências de minha graduação como uma teia de aranha, cada ponto milimetricamente posto e conectado para que eu pudesse então chegar aqui.

Quando a pandemia surge e, apenas no primeiro ano, vitima cerca de 200 mil pessoas, sinto a necessidade apresentada pelos desafios etnográficos de debruçar-me às análises covidianas. Engana-se quem pensou que a doença seria a verdadeira e/ou maior praga. Como afirma o filósofo Giorgio Agamben (2020), as pragas existem e já estavam aqui. Assim, o faro desenfreado me levou até os boletins “Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid no Brasil” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, 2020, 2021, 2022) que dispararam reflexões que, em meio a análises quantitativas e qualitativas, eram periodicamente atualizadas. Os “deveres” do Estado (e instituições) roubam a cena e escracham os acontecimentos necrobiológicos (BENTO, 2018) em solo nacional.

Em um segundo momento ou capítulo, as dinamites plantadas no Mato Grosso do Sul (MS) são expostas numa análise histórica (não linear) dos acontecimentos que



constitui(ram) a terra do agronegócio, terra atravessada por seu símbolo nacional em forma de música, o hino, e por designações como “celeiros de fartura” com matas e campos de “fertilidades mil”. Sempre na mira capitalista, o estado foi palco para os dizeres de Bolsonaro que prometeu nunca mais dar um centímetro de terra para os povos que já estavam aqui e que foram invisibilizados, ocultados e violentados por essa história que tem início na ditadura civil militar brasileira. A desarticulação, histórica e contínua, sufoca e mata, enquanto homologa terras e queima o pantanal.

A produção de resistência é, então, marcante na costura etnográfica empreendida, principalmente pelas afetações pulsantes durante toda a articulação teórica e experienciada. Cresci sendo um transviad@ (BENTO, 2017) no estado anunciado nas mídias (e nos boletins) como a terra do agronegócio. Afirmar essa questão dessa maneira simplista não explicita os requintes próprios do patriarcado, da cisheteronormatividade e do eurocentrismo. Nesse sentido, as provocações resultaram em análises também das respostas que afronta(ra)m a mentalidade tão (re)produzida e cara a nós, corpos marcados por raça, etnia, gênero, sexualidade e classe.

Por fim, esta pesquisa tem, ainda, como intuito a manutenção da memória. Não podemos nos esquecer de acontecimentos e fatos que violentam e matam indiscriminadamente. Durante todo o trabalho, me preocupei e mantive o compromisso de manter vivo em mim, e em quem lê esta pesquisa, os dilemas ocasionados por agendas capitalistas e enfrentados diariamente por grupos que se mantêm à frente da resistência e produção de vida.

## 1. SITUANDO (DES)ENCONTROS: ESBOÇOS DO MEU “CAMPO MULTICENTRADO”

*Já temos o conflito social necessário. Não precisa inventar nada. [...] Depende de cada um tomar a decisão de ser uma bixa, uma lésbica, uma trans que elevam a si mesmas à categoria de conflito e à posição de luta de sujeitos políticos. Sujeitos políticos por decisão. Vontade de guerrear. Determinação de batalhar contra o inimigo comum.*  
Paco Vidarte, *Ética Bixa*.

Neste capítulo, busco trazer para a pessoa que me lê e/ou me escuta os enredos dos caminhos de (des)encontros que permeiam o meu “trabalho de campo” e o que se tornou meu recorte de pesquisa, substrato valioso porque estruturante do texto etnográfico da presente dissertação.

Assim, minhas “curiosidades” e perguntas que me leva(ra)m ao vestibular de Ciências Sociais no ano de 2016, prestado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – universidade inaugurada após a criação do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), programa do governo federal que, em grande medida, interiorizou o ensino público federal para além das capitais e dos grandes centros. A UFGD está localizada na cidade de Dourados, a 220 quilômetros da capital, Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. Estado “jovem adulto”, fundado por lei (complementar) em 1977. Aprofundarei tais discussões no segundo capítulo, mas já adianto que é a partir desse estado tão mortificador de determinadas corporeidades - cujas diferenças que as instituem implicam em vivências radicalmente desiguais – que falo e re-existo como pessoa-pesquisador-transviad@. É esse estado, como expõem os pesquisadores e professores da UFGD, Simone Becker, Esmael Alves de Oliveira e Cátia Paranhos Martins (2016), que pulsa morte, quando em cena encenam as mulheres travestis, indígenas, transgêneras, dentre outras experiências do feminino e/ou afeminadas.

Assim, problematizo algumas das ações de pesquisa e de extensão que me levaram a optar por um recorte na temática mais geral da produção de morte - por parte do estado de MS - para com ou contra determinadas vivências. Dentre elas, a minha. Se esse exercício etnográfico não se caracteriza por não ter se aprofundado na discussão da autoetnografia, há vieses autobiográficos em minhas costuras. Sou uma pessoa transviad@ que suport(a)ou e sustent(a)ou diversas violências que me subjetivaram,

inclusive no espaço universitário. Portanto, não há como dissociar-me de outras nuances que também compõem o meu trabalho de campo, em um campo que é multicêntrico. Tomo de empréstimo as discussões da antropóloga Greciane Martins de Oliveira (2015), cuja dissertação irá expor as dificuldades de se pesquisar o familiar, assim como o universo online e *offline* dos nossos campos que se dão na interação com documentos. Se fatores diversos, ao longo de 2013 a 2015, influenciaram a mudança de rumo da pesquisa de Greciane, no meu caso, fui atravessado pela pandemia de covid-19.

A covid-19 é uma doença infecciosa respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. O termo é formado pelo acrônimo inglês de “*coronavirus disease*”, somado à numeração referente ao ano em que foi identificada, 2019. Em meio à disputa de saberes e discursos à la Foucault (2018a), optei pela grafia minúscula, conforme orientação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), contrapondo a escrita maiúscula empreendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sustentada pelas diretrizes da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Em relação ao multicêntramento, ele se dá porque meu campo se faz com memórias de minha trajetória enquanto sul-mato-grossense transviad@, que me tornei; e enquanto acadêmico da UFGD, instituição localizada em um dos epicentros da carnificina, vulgo necrobiopolítica (BENTO, 2018), vivida em terras brasileiras desde março de 2020, quando a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou a emergência da pandemia. Assim, a UFGD está no centro do agronegócio e da mortificação tão múltipla vivida, por exemplo, pelas populações indígenas. O MS tem a segunda maior população indígena do país (CRESPE, 2015), como detalharei melhor no capítulo seguinte (o segundo), destinado a contextualizar esses lugares de onde escrevo e pesquiso. Aqui no sul de MS, a formação das barreiras sanitárias se fez com muita re-existência Kaiowá e Guarani e com o documento inédito produzido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e protocolado fora do Judiciário brasileiro e no Supremo Tribunal Federal (STF), maior de seus órgãos hierarquicamente falando. Foi a primeira vez que o movimento indígena se fazia demandante no judiciário sem a mediação do Ministério Público Federal (MPF). A decisão foi também inédita: obrigatoriedade do governo federal em dispor de meios para o combate e contenção da pandemia. Quase ao mesmo tempo, tem início o julgamento do século, o Marco Temporal, que também é atravessado pela pandemia.

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em votação unânime dos nove ministros, que o Governo Federal adote medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia do novo coronavírus. A decisão atendeu à ação movida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, entre outras coisas, obriga o a elaboração e cumprimento de um plano de enfrentamento da covid-19.

O julgamento, que começou na última segunda-feira (3), mas foi adiado para ser concluído no dia de hoje (5) confirmou de forma integral a liminar do ministro relator da ação, Luís Roberto Barroso, que no início de julho decidiu pela obrigação do governo Bolsonaro na adoção de medidas de proteção aos povos indígenas. (APIB, 2020, s/p).<sup>1</sup>

O ano de 2020 dispara um duplo movimento que me transpõe desde então: a emergência da pandemia da covid-19 e suas mutações e o início de meu mestrado. A afetação pandêmica surge imbricada ao meu fazer antropológico, tomando as limitações como ponto definidor de novas possibilidades na construção de meu campo, (re)descobrimo o fazer etnográfico e vislumbrando um futuro criativo para o fazer campo da disciplina (PEIRANO, 2014a).

### **1.1 (Re)ordenando as curiosidades**

O intuito desta pesquisa surge a partir do meu interesse nas interpretações do que se entende como morte, seus significados e suas induções advindas do Estado e instituições (estatais ou não) brasileiras. O projeto inicial passou por mudanças durante a feitura de campo, sobretudo com o advento da pandemia de covid-19 que se inicia no ano de 2020, concomitantemente ao meu primeiro ano no Mestrado. Conforme o campo foi se corporificando, o projeto de pesquisa antropológico tornou-se apenas um rascunho de ideias, aberto e propenso às mudanças que foram me guiando até aqui. Assim, as escolhas de pesquisa expostas acima se deram tanto em função da minha mistura na relação com o campo, quanto com a etnografia.

O projeto apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) tinha como cerne a Necropolítica e os corpos *Queer*. Desde o início da graduação em Ciências Sociais na mesma universidade, eu tinha consciência dos interesses em examinar determinados

---

<sup>1</sup> Essa reportagem foi uma das que arqueei no aplicativo WhatsApp criado por mim e por minha orientadora, denominado “Novos Normais”, cujos materiais, especialmente brasileiros e sul-mato-grossenses, voltados à covid-19, pudessem ser posteriormente filtrados. Adiante, retomo o detalhamento deste campo multicentrado.

aspectos e pontos de grupos marginalizados e do segmento LGBTQIA+, em especial os corpos femininos e afeminados.

Proponho, assim, a ampliação dos sentidos atribuídos aos corpos femininos, trazendo outra palavra que apresenta recorrência enquanto categoria êmica ou de campo em terras sul mato-grossenses para me referenciar aos corpos feitos pelas e das travestis, assim como os performados por gays afeminadas. Nas violências por estes corpos vividas/suportadas, o escracho do feminino e do afeminado como descartável se faz. O destaque para as travestis se dá, propositadamente, pela subversão por elas performada cotidianamente, ao questionarem a partir de suas existências o binarismo que nos subjetiva a ser homem ou a ser mulher<sup>2</sup>. A concomitância do feminino e do masculino na feitura cotidiana de si de mulheres travestis é escancarada nos rituais de morte que as atravessam. Acompanhemos as palavras da socióloga Berenice Bento (2014, p. 1), em seu artigo sobre transfeminicídio:

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados. (BENTO, 2014, p. 1).

O recorte performativo se encaixa aqui a partir do que a filósofa Judith Butler (2017, p. 47) chama de ‘regulação binária’. Coloco-me no cerne da questão, primeiramente por ser um transviad@ (BENTO, 2017), desde criança não correspondendo à heteronorma, o que me possibilitou conhecer os “problemas de gênero” de forma precoce. O que seria a heteronormatividade? Recorro à Butler, na obra de Guacira Lopes Louro (2019), uma das primeiras pesquisadoras no campo da Educação a manejar as ferramentas-conceituais *butlerianas* no chão da escola, com marcadores sociais da diferença, como gênero, sexo e sexualidade. Trata-se de efeitos das dinâmicas de poder, sendo a heteronormatividade um conjunto de normas regulatórias que age sobre a materialização dos corpos. Este processo é reiterado e construído pelo discurso

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhamentos quanto à concomitância do masculino e do feminino das mulheres travestis, sugiro a leitura do artigo de Simone Becker e Hisadora Lemes (2014).

dicotômico entre masculino-pênis-homem e feminino-vagina-mulher, criando regras e uma falsa identificação com os hiperativos heterossexuais.

Ressalto que esta normatividade opera também na criação de corpos abjetos na medida em que não há identificação e reprodução de suas práticas, ou seja, a heteronormatividade se estabelece às custas da exclusão e da segregação (BUTLER, 2019) do que o “não ser” é. Aproximo-me de Michel Foucault, filósofo que instiga as reflexões acerca das relações de poder, para localizar a heteronormatividade como uma maneira de controlar biopoliticamente os corpos. É na disputa de organização e condução das vidas que os enquadres limitarão e (re)produzirão formas de viver. Não obstante, coloco em perspectiva a categoria histórica e política “patriarcado” (SAFFIOTI, 2015) como um dos substratos do capitalismo. Chego ao “nó” de Heleieth Saffioti (Ibidem, p. 122), socióloga marxista e feminista brasileira, para a compreensão do que mantém a estrutura do Estado capitalista: racismo, gênero e classe social. Os fios deste nó formam as engrenagens dos Estados-Nações-Modernos, negando humanidade para corpos marcados e legitimando políticas desiguais de promoção de vida e morte (BECKER, 2020).

A palavra-teoria ‘transviad@’ é cunhada pela socióloga Berenice Bento em seu livro “Transviad@s: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos” (2017). O termo surge como uma tradução cultural dos estudos *queer* (Ibidem) empreendidos pela autora, fazendo uso do sinal @ para marcar a descentralização dos artigos (definidos e indefinidos) da língua portuguesa. A compreensão é de que as categorizações dos artigos trabalham a favor da norma, uma vez que, conforme Foucault (2004), discurso é poder e produção de verdade advinda de quem detém o saber. Assim, se a língua é artefato social, construída e (re)afirmada constantemente, alterá-la nestes termos contribui para a inclusão de novas possibilidades de ser e de estar dentro de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela violência.

Ao final de 2021, o governador de MS, Reinaldo Azambuja (PSDB), sancionou a Lei de nº 5.820/2021 em que aplica a “obrigatoriedade da utilização da norma culta da Língua Portuguesa” (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p. 2), exceto nos casos em que exista a necessidade de uso da língua indígena em ambientes escolares (Ibidem). O projeto de lei fora criado pelo deputado Márcio Fernandes (MBD), sob o pretexto de contrariedade “às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas” (G1, 2022a, s/p). Em reportagem ao jornal *online* G1 (MS), o antropólogo e professor da

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Tiago Duque, comenta e trata este tipo de iniciativa como antidemocrática com tendências a “dar visibilidade a ultraconservadores em torno de questões de gênero” (G1, 2022a, s/p). Em síntese, as discussões que constituem as disputas pela categoria de gênero são políticas, por que, dentre outros motivos, envolve a questão da heteronormatividade como estruturante das desigualdades sociais e processos de exclusões de pessoas abjetadas por não se reconhecerem sob as impostas normalidades.

Gênero é performatividade estilizada e reiterada das normas culturais e sociais (BUTLER, 2017). A repetição não está individualmente posta, pelo contrário, há relações de poder externas ao indivíduo e por ele empreendidas no que se repete, por exemplo, o corte feminino/masculino que binariza, significa e estabelece a inteligibilidade e a coesão do que se entende por gênero e sexo. A noção de transviad@s de Berenice Bento (2017) costura uma nova perspectiva, instituindo a metamorfose dos corpos antes “binarizados”. A teoria exclui possibilidades definitivas e únicas sobre corpos não conformados com as normas, em especial a heteronorma – termo regulador, comprometido com o ideal imaginado e ratificado ao longo da história.

A noção de ‘corpo’ estabelece diversas possibilidades de compreensão da nossa própria noção de indivíduo. É nele que se inscreve “o mundo das representações” no “fundamento natural e material” (RODRIGUES, 2006a, p. 49). De maneira antropológica, colocar o corpo no centro da discussão é também buscar o que é ou não é universal, desnaturalizar o que se pensa(ou) como natural e repensar as formas e técnicas de seu uso, domínio e controle. O antropólogo Marcel Mauss (2017, p. 428) define o corpo como o “primeiro e o mais natural instrumento” humano e as técnicas que circundam a sua gerência e educação tornam-se o cerne de questões aqui abordadas, uma vez que, ao propor os estudos de gênero/sexualidade articulados à noção de morte, eu estaria (in)conscientemente buscando respostas para os meus atravessamentos sociais vividos e experienciados a partir das técnicas, das marcas, dos controles e da educação que me circunda(ra)m (Ibidem).

Colocar-me em perspectiva enquanto transviad@, a fim de traduzir meus interesses nos respectivos temas, traz à tona o que o sociólogo Pierre Bourdieu (1986) critica sobre as relações entre biografia e pesquisa em seu texto “A Ilusão Biográfica” (Ibidem). Se, para Bourdieu, trazer histórias biográficas pode ser um tipo de flerte artificial e retrospectivo que pouco tem a ver com o compromisso ético da pesquisa

apresentada, contraponho seu argumento, destacando pontos importantes de minha jornada até esse momento para descrever e localizar-nos (eu e você, leitor/a) sobre os percursos que tanto me guiaram quanto me afetaram.

Dentro da antropologia, entendo a palavra “afetação” como algo inerente ao campo e resultado de pesquisa, inspirando-me no artigo “Ser afetado” de Jeanne Favret-Saada (2005). Fruto de sua etnografia sobre feitiçaria na região Bocage da França, no livro *Les Mots, La Mort, Les Sorts* de 1977, a antropóloga critica o tradicional racionalismo dentro da feitura etnográfica na arena científica, o que, segundo ela, acaba por ofuscar a possibilidade de interpretação ‘afetiva’ a partir do que se vive em campo. No meu caso, meu envolvimento aparece justamente pela busca por respostas do que também me atravessa, ou seja, a ordem dos fenômenos que afeta(ra)m meus/minhas interlocutores/as também me afeta(ra)m. Destaco aqui as marcas de subjetividade afloradas a partir de leituras que contribuíram para a compreensão de meu local e de minha pesquisa no campo científico e social.

No que se refere às minhas afetações, reitero os dizeres da antropóloga Silvana Nascimento (2019, p. 460): “estar em campo e escrever a partir dele, é deparar-se com a evidência do seu próprio corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica, colocando-o em questão”. Nesse sentido, os atravessamentos e afetações surgem a partir dos recortes sociais de gênero, sexualidade e, sobretudo, de raça e classe. Considero as categorias como dispositivos foucaultianos (FOUCAULT, 2018a). São relações de força, portanto, exercícios de poder cujos efeitos trazem à tona saberes que instituem verdades sobre a realidade, sobre quem é ou não humano.

No diálogo etnográfico, no qual os corpos das pesquisadoras são observados, classificados, desejados, refutados e postos em dúvida, rastros, ruídos, sussurros, silêncios e sinais aparecem e interferem nos processos de produção da escrita etnográfica que se iniciam, muitas vezes, no próprio trabalho de campo. Na procura pela compreensão da alteridade, tornamo-nos outros a partir da percepção desses(as) outros(as) e esta relação se faz, antes de mais nada, pelo corpo, com suas experiências, gestualidades, movimentos, práticas, hábitos, vestimentas, cor, cheiro, modos de falar, caminhar, expressar-se, etc. (NASCIMENTO, 2019, p. 460).

As violências sentidas em meu corpo transviad@ possuem particularidades específicas do lugar que ocupo, devido à minha branquitude e às condições financeiras



de minha família de classe média<sup>3</sup>, o que oferece(u) diferentes nuances às experiências por mim vividas. Contextualizando o estado do MS e a cidade de Dourados a partir de algumas experiências, lembro-me de episódios distintos. Certa vez, em um bar considerado de classe média-alta na cidade de Dourados, um rapaz na fila do caixa me abordou e me ameaçou violentamente. Entre palavras como “viado” e “bicha”, ameaçou me bater enquanto se identificava como “filho de médico”. A minha reação imediata foi a de defesa. Quando ele insinuou que iria me peitar, fiz o mesmo. Destaco que estávamos rodeados de pessoas. Ao meu redor, minhas amigas tentavam me afastar dele e não houve nenhuma outra comoção. É possível que o ambiente escuro e a música alta tenham impedido as pessoas a nossa volta de entenderem com clareza o que estava acontecendo. Após sair do bar e chegar em casa, anotei em meu caderno de campo o episódio e, em destaque, deixei nomes da sociologia e antropologia brasileira que apreendi no início do curso de Ciências Sociais.

O rapaz que me ameaçou e me perguntou se eu sabia quem ele era seguido de sua resposta “sou filho de médico”, expunha o “reverso lógico-social” (DAMATTA, 1997, p. 84). O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta, ao discutir a cidadania brasileira, demonstra como a lei universal  $\times$  relação pessoal opera em nossa sociedade (Ibidem). A relação pessoal do rapaz com sua família o fez acreditar que, em determinados momentos e com determinadas pessoas, ele está acima da lei. Além da condição econômica familiar, destaca-se o fato de ele ser heterossexual, branco e pertencente à *high-class* douradense. Essa sua constituição heteroperformativa se viu ameaçada e em necessidade de proteção e de manutenção diante de minha presença-performatividade-resposta transviado@, o que o levou a me ameaçar e (tentar) confirmar, aos gritos, sua condição.

Em outra situação, ao andar com amig@s em uma das avenidas principais de Dourados, uma caminhonete grande e lotada de homens passou por nós e, em meio a

---

<sup>3</sup> Em alguns momentos trago histórias vividas dentro e fora do campo em um exercício que promoveu a reflexão do peso de meu corpo. Demarco, então, os atravessamentos propostos pela minha classe econômica e minha raça que, em diversos momentos, foram um tipo de escudo frente aos desafios por mim encarados. Ambas as categorias - classe e raça - são marcas operantes da lógica de nossa sociedade e, nesse sentido, ao me expor durante o trabalho, senti a necessidade crítica às questões difundidas na antropologia. O antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1981, p. 127) ensina, em seu texto “Observando o familiar”, que “na sociedade complexa contemporânea existem tendências, áreas e domínios onde se evidencia a procura de contestar e redefinir hierarquias e a distribuição de poder” e complementa: “há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia” (Ibidem). Embora os meus estranhamentos, curiosidades e intenções de campo estivessem centrados no campo familiar, como descrevo durante a dissertação, a minha experiência e o meu corpo produz(ira)em efeitos próprios dos quais são questionáveis. “O questionamento e exame sistemático” (Ibidem, p. 128) de meu próprio ambiente coloca em análise (também) o escudo que protege a minha vida e o meu corpo das garras de nossa sociedade capitalista.

buzinas e dedos apontados para mim, gritavam o nome de Bolsonaro, seguido dos gritos: “vamos te matar!”. Novamente, minha performatividade transviada@ provocava homens que não escondiam seus incômodos ao se depararem comigo. Ambos os momentos, reafirmam questões caras à sociedade brasileira e à sociedade sul-mato-grossense. Os dispositivos ser “filho de médico”, “caminhonete” e “bolsonarismo” espetacularizam “a necessidade de afirmar a masculinidade pelo uso da força, pelo abuso de poder, pela violência, pelo sadismo das relações que estabelece e busca estabelecer” (BECKER; OLIVEIRA; PARANHOS, 2016, s/p).

A matriz heterossexual se constitui a partir de seus fundamentos binários e a separação do feminino ou do masculino se dá não apenas na prática sexual, mas na coerência total performativa. Maneiras outras de identificação com a(s) masculinidade(s) ou feminilidade(s) são acessórios indispensáveis para a inteligibilidade dos corpos. Dessa forma, a caminhonete - metáfora do agronegócio - e o nome do ex-presidente da república Jair Bolsonaro<sup>4</sup> sustentam dada lógica (BUTLER, 2017) e fundamentam o prestígio local no campo simbólico.

Somadas à heteronormatividade, outras categorias indispensáveis para a reflexão da violência empreendida por esses homens são raça e classe. Sob a autoridade do patriarcado, a branquitude e os aparatos classistas marcados neste cenário reverberam o resultado inconsciente e imperativo de coerção que é retirar a humanidade e reproduzir mortes. Gonzalez (2020), ao definir o racismo junto à psicanálise como “neurose cultural brasileira”, contribui para a interpretação das imposições aos corpos abjetos que, no meu caso, se dá pelo uso da submissão psicológica que instaura medo. Pertencer ao status quo permite aos homens brancos de elite (douradenses, em especial) perpetuarem a objetificação dos corpos identificados por eles como objetos ou como não universais.

O ato de universalizar/homogeneizar sempre teve em vista funções específicas, violentas e normativas. A teoria interseccional fornece elementos para a reflexão da produção de desigualdades, explicitando o modo como os marcadores sociais se (inter)conectam e são inerentes às relações de poder. Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (202, p. 33):

---

<sup>4</sup> Em 2022, no estado do MS, Bolsonaro recebeu 59,49%, pouco mais de 880 mil votos (G1, 2022b). O MS também elegeu para o senado a então deputada federal ex-Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (PP), popularmente conhecida como ‘musa do veneno’ por seu engajamento no projeto de Lei nº 6.299 de 2022 que dispõe de flexibilização e acréscimo de novos agrotóxicos (G1, 2022c; BRITO, 2018).

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

Sigo acompanhado desta teoria-metodologia, com a percepção de que há na antropologia a possibilidade de compreensão de mundos, e concordando com as palavras do antropólogo Marcio Goldman (2003, p. 456) que afirma que “nosso saber é diferente daquele dos nativos não porque seja mais objetivo, totalizante ou verdadeiro, mas simplesmente porque decidimos *a priori* conferir a todas as histórias que escutamos o mesmo valor”.

## 1.2 O(s) encontro(s) com o(s) campo(s)

É na minha insistência em busca de orientação que as professoras Aline Crespe e Marisa Lomba me apresentam à Simone Becker que aceitou me orientar em uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) com bolsa fornecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Neste trabalho, com o recorte localizado no MS, reunimos matérias de jornais *online*, a partir da pesquisa por palavras-chave como ‘travesti(s)’ e ‘homossexual(is)’.

A feitura “pibic-ana” aconteceu através do mergulho, sobretudo, em notícias de sites do MS. O campo e a coleta de dados se deram a partir das pesquisas em noticiários regionais por meio de palavras-chave como travestis; transexuais; homossexuais; violência; morte e Mato Grosso do Sul. Eu digitava um conjunto de duas ou três palavras correlacionadas e posteriormente ia separando e lendo as notícias que apareciam. Destaco que, durante este exercício, me deparei com materiais, “puxados” pelos próprios sites, que nada tinham a ver com as palavras pesquisadas. Naquele momento, deduzi que, possivelmente, havia uma determinada quantidade de notícias relacionadas a estas palavras e após o esgotamento desse conteúdo, os jornais exibiam notícias aleatórias existentes em seu banco de dados<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, não tive a pretensão de me debruçar à análise de algoritmos e sistema dos sites visitados.

Como dito, meu trabalho naquele momento se restringia à navegação *online* e esse formato, em que não havia interação direta com outras pessoas, não me forneceu diferenças de interpretação que afetassem minha pesquisa. Pelo contrário, diante das notícias e no contato direto com o que elas me diziam, pude observar a realidade do estado do MS e perceber como eram explícitos os casos, principalmente quando as vítimas eram travestis e transexuais. Assim, durante a leitura e coleta de dados presentes nos sites visitados, pude observar o que o MS apresenta (va), como era representado e, sobretudo, o que acontecia quando corpos marcados socialmente entravam em cena. A divulgação dos acontecimentos e sua forma me deram elementos para a interpretação social e cultural da representação do MS sobre esses corpos.

Como resultado dessa pesquisa, temos o meu primeiro artigo (e primeira publicação) na revista *Ñanduty* (PPGAnt/UFGD) “Humano que não se pode consertar”: A necropolítica dos corpos femininos” (ROSSI; BECKER, 2019). Neste trabalho, expusemos o “regime do horror” (Ibidem, p. 171) que é destinado aos corpos precarizados por que não soberanos; em outras palavras, corpos não detentores do poder normatizado que, ao ocuparem o lugar ‘outro,’ entram na mira do extermínio. O que se tem é um aparelho dentro deste maquinário estado-capitalismo construído e nutrido a partir das violências que percorrem desde os corpos ao discurso midiático. Consequência dessa realidade vivida no MS, a primeira Casa da Mulher Brasileira (CMB) é fundada em 2015 e até o momento da pesquisa, em 2019, atendia mais de cem mil casos por ano (Ibidem, p. 164).

A elaboração desta pesquisa veio intermediada por diferentes componentes etnográficos, sendo eles: a leitura e assimilação teórica sobre os temas de violência dentro do campo antropológico, sociológico e filosófico; a imersão de campo, bem como a separação dos dados e, por fim, a elaboração de anotações que me ajudaram a construir o caderno de campo.

O antropólogo e professor no Departamento de Antropologia da University College London, Daniel Miller (2020), ao discutir as dinâmicas colocadas pelo cenário pandêmico no fazer antropológico, aponta a não “consistência metodológica” (Ibidem, p. 3) como parte, efeito e resultado da etnografia. Esta noção muito se assemelha ao que a antropóloga Mariza Peirano (2014a) analisa quando caracteriza a antropologia como “resultado de uma permanente recombinação intelectual” (Ibidem, p. 381), afirmando que “todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia” (Ibidem).

A categoria ‘metodologia’ é, assim, desconstruída por que, ao fazer campo e revisitá-lo em meus materiais, percebo as implicações de que só se apreende antropologia e etnografia a partir do próprio ato de fazê-las.

Letícia Carolina Pereira do Nascimento, professora do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGE), em sua obra *Transfeminismo* (2021), sinaliza a noção de um ‘não lugar’<sup>6</sup> compartilhado por corpos transexuais e travestis no limite entre a noção universal feminina e as outras pluralidades produzidas e existentes. Qualquer noção de universalidade não virá sozinha, será sempre acompanhada de segregação e exclusão. Alimentado por um modelo ideal e binário, a separação entre o que é gênero e o que é sexo (biológico) cria raízes naturalizantes em nossa sociedade, a fim de reiterar esta ordem de consonância.

Judith Butler (2017) aponta que somos efeitos da (re)produção performativa, pois, embora um corpo que porta pênis e um corpo que porta vagina tenham ideais heterossexistas já designados (desde o nascimento), é a produção discursiva que resulta no efeito da “identidade”. Existem “padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” que serão sustentados pela “coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo e reiterados pela matriz reguladora” (Ibidem, p. 42). Esta, a matriz reguladora, é cria das instituições do Estado, como a Medicina e o Direito, podendo ainda designar o que se pode ou não existir.

As repetições das normas reguladoras contribuem para a dada coerência de gênero e sexualidade tão cara a nós, corpos transviad@s. Nesse sentido, performatizar é também estar em conformidade, pois a repetição gera a continuidade dos padrões e seus engessamentos. Dessa forma, o gênero é uma produção que, ao mesmo tempo em que está subjugada, é contraditória:

---

<sup>6</sup> O antropólogo britânico Edmund Leach (2006), em seu livro/texto “Repensando a Antropologia”, ao refletir sobre as generalizações e, por conseguinte, sobre as comparações antropológicas (e/ou etnográficas) produzidas ao longo (de sua época) da disciplina, coloca em perspectiva as diferenças e os efeitos desses termos em ação. Provocado durante as orientações com Simone Becker, gostaria de remarcar o ‘não lugar’ como um lugar, o que significaria (re)pensar a agência, neste caso, da subversão dos corpos. Isto não está descolado das consequências advindas destes comportamentos e subjetividades. O que Leach demonstra é que (re)pensar as categorias criadas e colocá-las sob a ótica da generalização pode impulsionar análises mais assertivas. Assim, ao propor este ‘lugar’, estou buscando meios de compreensão – para além da oposição comparativa, considerando as formas de relações, padrões e complementaridades – de nosso social. O desmembramento da questão de um ‘não lugar’ nos aproxima de respostas estruturais mais generalizadas porque há leis gerais (re)reproduzidas quando em cena estão as travestis e transexuais, diferentemente de apenas classificar os corpos em ‘tipos e subtipos’ e reproduzir a limitação etnocêntrica que surge quando comparamos os papéis e as (re)ações entre pessoas cisgêneros e transexuais (LEACH, 2006).

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia. (BUTLER, 2019, p. 34).

As travestis e transexuais experimentam de corpo e alma o que Butler chama de abjeção (2019). Estabelecida a partir da diferença, a abjeção é um repúdio e uma condição ameaçadora às pessoas, vítima do não reconhecimento e exclusão, esse corpo assume uma “situação politicamente induzida na qual determinadas populações [...] ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte” (BUTLER, 2018a, p. 40). A abjeção é produzida tanto quanto a inteligibilidade dos corpos.

Atentemo-nos a outra noção butleriana: a precariedade. Essa condição intrínseca aos indivíduos, negada por uns e posta a outros, distribui diferentemente as violências entre as existências, formando o caráter induzido da vulnerabilidade política e social. A precariedade opera também para que a abjeção seja um status incorporado e compartilhado por esses corpos (BUTLER, 2018b, p. 15-16):

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros [...] Ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade — incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo —, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis. A concepção mais ou menos existencial da “precariedade” está, assim, ligada à noção mais especificamente política de “condição precária”.

As visitas em sites como “Midiamax” e “Dourados Agora” me fizeram compreender que as notícias veiculadas possuem a função de transmissão de informações sobre acontecimentos de diversos temas como política, televisão e neste caso, as violências e infrações às leis criminais – homicídios, drogas e tráfico, condenações, etc. Percebia que as notícias referentes aos corpos transexuais e travestis contribuía para construções de identidades marginalizadas no imaginário de quem tem contato com as

informações fornecidas, ou seja, para quem as lê - algumas delas destacavam a partir dos dados o uso de drogas, bem como a prática de crimes como tráfico e homicídio, prostituição, e até mesmo o uso indevido, porque transfóbico, do nome masculino para se referenciar a elas (ROSSI; BECKER, 2019). Essa marginalização dos corpos foi esmiuçada na etnografia produzida por Simone Becker e Hisadora Beatriz Gonçalves Lemes (2014) junto ao contexto do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), sobre a maneira como as travestis eram/são significadas nesse contexto judicial:

Com a leitura de todos os acórdãos, observamos que as travestis aparecem representadas em 05 (cinco) situações assim classificadas face às suas repetições: 1) no ambiente do crime (em 08 dos 23 julgamentos); 2) em crimes de homicídio (em 04 dos 23 julgamentos); 3) em crimes de lesão corporal (em 01 dos 23 julgamentos); 4) em crimes de roubo (em 04 dos 23 julgamentos); e no 5) repasse de drogas (em 06 dos 23 julgamentos). A observação se estende ao fato destes sujeitos não serem nomeados em conflitos da denominada ‘área civil’, isto é, aquela destinada à resolução de demandas que marcam nossa cidadania, como reclamações enquanto consumidores, locatários, dentre outras. Em outras palavras, e não menos curiosas, as travestis são referenciadas apenas nas intersecções da criminalidade/marginalidade. (Ibidem, p. 188).

Meu engajamento nesta pesquisa me provocou reflexões acerca do que temos entendido e aprendido sobre os ‘métodos’ etnográficos, como a observação participante, ainda mais quando me sentia provocado ou “menos antropólogo” por não estar convivendo e/ou produzindo uma pesquisa tradicionalmente estudada e (re)conhecida. O que quero dizer é que toda a experiência de/em campo, as escolhas e técnicas escolhidas e o registro (acumulativo) de informações coletadas me levou (e me traz), independentemente se *online* ou *offline*, à mesma terminologia: etnografia, esse conjunto de ações e teorias mescladas às vivências e experimentações que, sob análise, ressignificam o senso comum e produzem possibilidades outras de compreensão do social (PEIRANO, 2014a).

A experiência de PIBIC impulsionou o objetivo inicial da pesquisa dessa dissertação. A antropóloga Cláudia Fonseca (2008), ao discutir o ‘exercício etnográfico’, traz à reflexão que “as inquietações éticas e políticas do exercício etnográfico, em vez de serem solucionadas com a maturidade do pesquisador, tendem a crescer como as inquietações de campo” (Ibidem, p. 40). É com esta lente, proposta por Fonseca, que leio e encaro os meus interesses analíticos.

O “exercício etnográfico” pode ser entendido de algumas formas com base no que a área apreende como clássico. Segundo o antropólogo Clifford Geertz (1978):

praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes<sup>7</sup>, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”. (Ibidem, p. 15).

Para Geertz, a antropologia é uma ciência interpretativa que está preocupada com o significado do que se pesquisa. O que argumento com base nesta teoria é que a internet ou os sites e materiais coletados por mim são elementos culturais. Portanto, se analisamos com atenção o papel da internet e seu alcance dentro de nossa sociedade capitalista, em grande medida conectada, podemos compreender a constituição de nossa realidade. E quando destaco o uso de notícias, posso empreendê-las como fenômenos sociais por trazerem recortes específicos que muitos dizem sobre os reflexos de nossa sociedade na esfera do ‘cotidiano’ que não estão descolados da macrossociologia e suas chagas, como a gestão da morte em tempos de pandemia no sul do MS.

Diferentemente da proposta de “estranhamento”<sup>8</sup> como um dos aspectos metodológicos importantes da pesquisa antropológica que é a etnografia, minha escolha não foi elaborada e pautada a partir de culturas e/ou grupos sociais distantes de minha realidade. Pelo contrário, foi o catalisador. Meu “estranhamento” aparece como curiosidade do que vivo constantemente, influenciado e intrigado pelas guerras cotidianas lançadas e sustentadas pelas garras do Estado que, sob o regime do horror que nos cerca, vigia e retroalimenta fobias, guerras e recolonização (ROSSI; BECKER, 2019). Acrescento ainda a importância das leituras teóricas para minhas intenções. Trabalhos anteriores e contemporâneos provoca(ra)m e reatualiza(r)m o meu exercício etnográfico, visto que é um processo constante, como apreendido com Peirano (2014, p. 378):

---

<sup>7</sup> Cabe destacar que há tempos que o termo “informante” foi revisto, face o sentido de inação estendido às pessoas que interagem em campo. Assim, atualmente um dos termos que o substitui frente à agência dos outrora “nativos” é o de interlocutores. Inclusive, de pesquisadores, como também travestis e indígenas que cada vez mais estão presentes como autores na arena científica.

<sup>8</sup> A noção de estranhamento faz parte dos requintes da disciplina e de seu fazer etnográfico, já bastante maturados, mas não esgotados. Roberto DaMatta propõe que “transformar o familiar em exótico” (1978, p. 4) seria o caminho para estudos da sociedade, próprios do/a antropólogo/a, pois a interpretação toma também como meio a autorreflexão que pode ser provocada por marcadores sociais presentes no campo relacional estudado (PEIRANO, 1995). Destaco a partir dos dizeres de DaMatta que a “coerção socializadora” (DAMATTA, 1978, p. 6) dramatiza o desvelar de noções já introjetadas e naturalizadas, podendo assim ser um traço presente no ‘ofício antropológico’.



Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhamos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria.

Através de revisão bibliográfica<sup>9</sup>, visitas em ambientes virtuais como sites jornalísticos, pretendia, em uma discussão mais detalhada, utilizar do ciberespaço para compor costuras acerca do tema, construindo, assim, uma etnografia, pois, como apreendido durante a pesquisa de PIBIC, os arquivos provenientes dos espaços frequentados são de fato materiais etnográficos pela forma como se desdobram tanto a vida, quanto os processos sociais provenientes desta gama de informações.

A internet como campo e, mais precisamente, os meios de comunicação informativos (jornais) constitui(em) um espaço, segundo a antropóloga Christine Hine, de “interações e atividades relevantes” (CAMPANELLA, 2015, p. 168) classificado também como “espaço cultural” de significação e interpretação. Atento aos dizeres de Hine, concordo com sua posição de não (mais) classificar uma etnografia feita a partir da experiência *online* como algo separado do que temos apreendido ao passar do tempo na disciplina como etnografia e seus ‘métodos’.

Se usar algum dos termos comuns *on-line*, *virtual* ou *net* implica que isso é, de algum modo, um tipo fundamentalmente diferente de etnografia, então prefiro evitar o termo. Vejo uma continuidade de princípios metodológicos entre os tipos de etnografia que podemos aplicar à internet e os tipos que usamos em qualquer outro domínio cultural, embora algumas das técnicas possam diferir. Não creio que usar um termo específico para a etnografia envolvendo a internet é particularmente útil, pois promove um afastamento dos princípios metodológicos mais gerais da etnografia. (Ibidem, p. 170).

A internet surgiu para mim como uma possibilidade de campo em um momento de dúvidas. Durante a pesquisa “pibic-ana”, não havia maturado possibilidades metodológicas, ou seja, não havia me decidido sobre como faria o campo e quais seriam meus métodos de imersão à pesquisa. A maturação veio no exercício, assim como Peirano (1995) descreve: “cada iniciante estabelece sua própria linhagem como inspiração, de

---

<sup>9</sup> As teorias e/ou revisões bibliográficas me possibilit(ar)am a “recombinação intelectual” (PEIRANO, 2014), ao oferecerem estabilidade e insumos metodológicos de reflexão e produção científica na leitura dos trabalhos etnográficos. Neste exercício, há o engajamento de leituras ofertadas por disciplinas da graduação e do mestrado em conjunto com os meus interesses analíticos e pertinentes aos dados coletados em campo.

acordo com preferências que são teóricas, mas também existenciais, políticas, às vezes estéticas e mesmo de personalidade” (Ibidem, s/p).

Baseado na minha “própria linhagem” e também acompanhado das leituras de trabalhos com a intenção de explorar ideias dentro do empreendimento da disciplina antropológica, as etnografias impõem “uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida” (PEIRANO, 2014a, p. 385) e, acrescento, expandem e ensinam as novas possibilidades teóricas surgidas a partir do engajamento interpretativo. Dessa forma, tomei a reinvenção constante que é começo-meio-fim do exercício e optei pela etnografia em campo *online*.

A internet não é um campo singular e estático, sua presença em nosso cotidiano delineou mudanças significativas de comportamento e dependência, mas o que quero chamar atenção aqui é que as notícias analisadas em meu trabalho traziam à tona acontecimentos diários<sup>10</sup>, significados e interpretados (CAMPANELLA, 2015) a partir da leitura etnográfica que funcionou como uma ferramenta de apreensão dos materiais de campo. Dessa forma, concordo com os dizeres do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002, p. 17) que afirma que “não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”.

### **1.3 Cárcere como experiência**

Durante a graduação, nos engajamos e participamos das potentes e diversas atividades extracurriculares. Enxerguei esse emblemático momento como a possibilidade de absorção de conhecimento e experiência desmedida. O que me chamava atenção e era possível participar, lá eu estava. No mesmo período do já citado PIBIC, participei de um projeto intitulado “I Grupo de Diálogos Trans-Femininos no Cárcere”.

Fruto do Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual (NEDGS), ligado à Reitoria da UFGD e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão, junto à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>

---

<sup>10</sup> Embora pudesse ter analisado a construção de uma notícia, o que é e para que se registra nos meios de comunicação, não o fiz. Naquele momento, o interesse, atrelado ao tempo de pesquisa – um ano – talvez não me oferecesse muitas possibilidades de imersão em outras óticas. Tive a pretensão de estudar a veiculação jornalística a partir da análise do discurso do que se (e)anunciava ali. Porém, dentro de um sistema reorganizado diariamente em prol do capitalismo e interesses mercadológicos e políticos, assumo o risco ao dizer que nem todas as violências e homicídios que acontecem diariamente viram manchetes e uma de suas razões, quando localizo as transexuais, travestis e homossexuais na pesquisa, se deve ao não registro por meio de vias legais, somado ao desinteresse da seara jornalística de lançar luz necessariamente a essas pessoas.

Rosalice Lopes, foi um projeto vinculado pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD (FCH-UFGD) e que tinha como interesse o “estudo dos processos básicos em comportamento [...] como sensação, percepção, emoção, memória, cognição, aprendizagem, motivação, atenção e consciência.”<sup>11</sup> Este projeto, inspirado pelo Grupo de Diálogos Universidade Cárcere Comunidade (GDUCC) e elaborado pelo professor Dr. Alvinho Augusto de Sá que coordenou o projeto de extensão da Faculdade de Direito da USP/SP, embora originalmente e oficialmente destinado para estudantes de psicologia, acolheu pessoas de outras áreas do conhecimento como Ciências Sociais, Direito e Biologia.

O projeto, em terras douradenses, contou com a coordenadora-adjunta do GDUCC/USP, Natália Macedo Sanzovo (FDUSP/USP), para a apresentação e preparação das/dos participantes. Fomos orientadas/os para entrar e estar na Penitenciária Estadual de Dourados (PED/MS) em contato com transexuais e travestis encarceradas, ressaltando que este é um “estabelecimento penal de segurança máxima, destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado” (AGEPEN, 2022, s/p).

Chamo a atenção para a passagem “presos condenados do sexo masculino” que me provocou um incômodo pela consciência do marcador de gênero no discurso penitenciário local. Ora, se a cadeia de Dourados é para “presos do sexo masculino”, por que as travestis e transexuais estariam compartilhando celas das quais – no meu entendimento já influenciado pelas leituras da área de gênero e sexualidade – não eram destinadas a elas, mas sim a homens ‘infratores’? Incômodos e dúvidas sempre se fizeram presentes durante toda a experiência de um ano – 2018 – visitando-as durante as manhãs das quartas-feiras, a cada 15 dias. Esta foi só a primeira. Aos poucos, as interpretações e possíveis respostas acalentaram parte do que antes eram motivo de desconforto, proporcionadas pela própria experiência catalisadora.

O momento de transição da formação em sala de aula para a primeira entrada na prisão se deu após a primeira tentativa que foi impedida por uma ação policial. A justificativa dada para o impedimento foi de que havia necessidade de sigilo de algumas ações internas. A partir da segunda visita, esta com êxito, fomos apresentados/as ao ambiente e aos/às funcionários/as do local. Entramos e passamos várias vezes pelos altos

---

<sup>11</sup> Como não tive acesso ao projeto original, os dados apresentados foram extraídos da descrição do projeto de extensão registrado no currículo Lattes da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosalice Lopes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5381853520391809>. Acesso em fev. 2023.

e gelados corredores da instituição judiciária, construída com o intuito de produzir efeitos normalizantes, vigilantes, punitivos e disciplinares a quem comete infração<sup>12</sup> (FOUCAULT, 2014). Lembro-me de uma visita dividida em duas partes. Na primeira, conhecemos os pavilhões, os raios e os ambientes de trabalho, o convívio e a escola – nossos encontros aconteciam em uma sala de aula da penitenciária. E, na segunda, nos encontramos com as travestis e transexuais para a realização das dinâmicas referentes ao projeto – dialogávamos sobre assuntos cotidianos diversos (amores, sexo, desejo, família, futuro, etc.) e sem pretensões (aparentemente) acadêmicas, ouvíamos e éramos ouvidas/os, buscando manter uma horizontalidade nas relações.

O panoptismo é uma construção e “um modelo compacto do dispositivo disciplinar”, segundo o filósofo Michel Foucault (2014, p. 192). Pensado e construído por Jeremias Bentham (FOUCAULT, 2001, p. 73), o filósofo o destaca como um dispositivo de vigilância em que há a ininterrupta produção de disciplina que também produz a noção de estar sendo vigiado. Não é exclusiva dos presídios, mas presente em diversos âmbitos sociais das quais o poder exerce controle sobre o comportamento de quem se observa (FOUCAULT, 2014).

O efeito panóptico demarca todo o ambiente penitenciário, sem exceções. Portas que não trancam e possuem pequenas janelas de plástico transparente; paredes com um grande recorte retangular que formam janelas semelhantes às das portas; celas que oferecem a visão ampla para o/a vigilante; corredores com marcações nos chãos - quem está em regime fechado tem seu espaço e quem trabalha ou visita tem outro, etc. Os momentos de visita que nos introduziram ao ambiente, desde o início da realização do projeto, até seu fim nos (nós, participantes) colocava sob o olhar panóptico (Ibidem). Mesmo que amparados pelo privilégio de sermos da ‘universidade’ (como a equipe de funcionários/as nos tratava) e não estivéssemos em ‘regime fechado de liberdade’, nós participantes e o nosso conhecimento e produção de saber também eram vigiados.

Da construção do ambiente ao tratamento direcionado a quem estava preso/a, e até mesmo pelo “rito de passagem” (DAMATTA, 2000)<sup>13</sup> que marcou o momento de transição. Durante as visitas iniciais, algumas participantes não demonstravam interesse em continuar nas atividades propostas pelo projeto, porém, conforme as dinâmicas dialogadas foram acontecendo, os comportamentos introspectivos perderam lugar para

---

<sup>12</sup> Assim ditado pelos discursos dominantes, dentre eles, o do direito.

<sup>13</sup> Faço uso de Roberto DaMatta que ressignifica, na compreensão do trabalho de campo da Antropologia, a noção originária da categoria analítica do “ritual de passagem”, legado a Arnold Van Gennep.

abraços e pronomes que simbolizavam o aceite de nossa presença e a vontade, da parte delas, de estarem ali. Estive envolto na observação participante, sem mesmo ter planejado. O potencial etnográfico se deu nas nuances que me ascenderam à reflexão deste encontro com o Estado.

Após a apresentação e o breve relato sobre alguns pontos de minha experiência, volto ao motivo pelo qual retomo este projeto, experienciado durante a graduação, agora no mestrado. Existiram incômodos, ora generalizados entre nós participantes, ora próprios de minhas compreensões momentâneas, que ocorriam por dias após os encontros. Um deles já pontuado é sobre o fato de corpos femininos estarem compartilhando do local demarcado e reafirmado como masculino e outro bastante vivo em minha memória se fez em curiosidades. As travestis e transexuais perguntavam sempre que podiam sobre menstruação e características físico-biológicas das participantes acadêmicas cisgêneras. Senti, também, em algumas situações, a necessidade de conformidade de gênero e sexualidade demandada pelas internas para comigo. Em um de nossos encontros, no inverno douradense, fui “acusado” de usar um casaco ‘de homem’ e que era melhor não usar mais já que eu era uma mulher. Naquele momento nenhuma outra característica física foi suficiente para eu ser lido como um homem, o casaco foi. Havia um esforço árduo, da parte das travestis e transexuais de parecerem e agirem ‘como mulheres’ e, neste mesmo exercício, fui “fiscalizado” algumas vezes.

“O que a experiência transexual revela são traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades” (BENTO, 2012, p. 111). As travestis e transexuais que permaneceram no projeto, ao mesmo tempo em que eram “vítimas” das normas sexuais estabelecidas, rompiam com seus comportamentos e corpos estilizados de maneira ‘feminina’ pelo uso constante de maquiagens, cabelos compridos, roupas e acessórios e, não menos importante, por se relacionarem com homens (cisgêneros) que se consideravam heterossexuais, reafirmando a posição feminina reiterada por elas. Em um dos encontros, quando questionadas se gostariam de ir para uma penitenciária feminina, a maioria das travestis e transexuais prontamente respondeu que não, sob a justificativa de que ali, no ambiente demarcado para homens daquele presídio, elas conseguiam se relacionar afetiva e sexualmente.

Sobre as relações afetivas (e mais), Rodolfo Schenato Marodin (2021) apresenta e discute em sua dissertação de Mestrado em Sociologia (PPGS/UFMG), sua participação no mesmo projeto, “Grupo de Diálogos Trans-Femininos no Cárcere”, mas no ano

seguinte, 2019. O pesquisador, ao dissecar o processo de divisão das celas da PED, afirma que, embora não exista uma “política [pública] específica de separação de espaços destinados apenas à população LGBTQIA+”, há “celas em que essa população é alocada por uma questão de organização interna e de segurança” (Ibidem, p. 155). Nesse sentido, é possível afirmar que a divisão ocorre tanto para evitar a agudização de vulnerabilidades e atos de violência, quanto para o estabelecimento de relações afetivo-sexuais que também envolvem trocas e negociações econômicas, outro aspecto a ser ressaltado.

Pautado na autodeclaração de orientação sexual e/ou de identidade de gênero, há um “processo de “classificação” ou triagem inicial, realizado por servidores/as da unidade prisional” (Ibidem, p. 157) que irá efetivamente alocar esses/as “sujeitos/as nas celas destinadas a esse grupo específico de detentos/as” (MARODIN, 2021, p. 157). Destaca-se que nem todas as pessoas presas que se relacionam homoafetivamente e/ou se identificam como LGBTQIA+ compartilham destas celas em decorrência do preconceito existente no local:

Portanto, o processo de autodeclaração dos presos/as LGBTQIA+ - que possibilita o acesso à política de alas específicas de vivência - é permeado por um conjunto de saberes e pela atuação de dispositivos de poder específicos que objetivam qualificar os/as ingressantes no sistema como sujeitos/as aptos/as a serem inseridos/as em espaços de vivência específicos. A autodeclaração, deste modo, está sob o escopo de categorias de gênero e sexuais estáveis, balizadas em classificações binárias e dicotômicas, como o duplo diferencial entre homossexuais e heterossexuais, concretizado até mesmo nos documentos oficiais que compõem a ordem burocrática do sistema prisional. (Ibidem, p. 159).

Outro ponto trazido por Marodin (2021) que considero importante ressaltar diz respeito à alteração da Resolução nº 348/2020 que previa o direito de pessoas transexuais, travestis e intersexos de escolherem a unidade de detenção (feminina, masculina ou específica, se houver). Ao ser alterada pela Resolução nº 366/2021, este direito foi retirado:

A alteração teve como fundamento as recentes disposições previstas na Lei nº 13.869/201965, em especial em seu artigo 21, que descreve como crime de abuso de autoridade a manutenção de presos de ambos os sexos na mesma cela. Vê-se que a alteração, baseada na disposição da Lei de Abuso de Autoridade, se apegua à ideia de que pessoas travestis e intersexuais, mesmo autodeclaradas como pertencentes ao gênero feminino (caso assim o façam), não podem optar por cumprirem suas custódias em unidade prisionais femininas, pois seriam colocadas em convívio com pessoas do sexo feminino. A autoridade responsável incorreria em crime de abuso de autoridade, já que seriam duas pessoas

de sexos opostos coabitando uma mesma cela ou espaço no ambiente prisional. (Ibidem, p. 114).

Os atos – conjunto estético e corporal – produze(ia)m efeitos performativos rompendo com a continuidade sexo-gênero da compulsória heterossexualidade que nos coloca sob a divisão binária e fictícia. Essa coerência se estende também para o desejo e práticas sexuais, como bem ilustra analiticamente Judith Butler em Problemas de Gênero (2017) e que retomo mais adiante nessa dissertação. Recordo-me das curiosidades expostas em forma de perguntas das travestis e transexuais às minhas colegas participantes (cisgêneros) sobre seus corpos e anatomia, também as referenciando como modelos a serem seguidos de feminilidade – ideal (porém performático) historicamente introjetado e reproduzido. Um dos exemplos foi a pergunta sobre como era menstruar feita pelas travestis e transexuais às participantes do projeto que menstruavam.

Se estávamos (nós, pessoas participantes do projeto e elas encarceradas) sendo vigiadas/os o tempo todo é porque a prisão cumpria o seu papel. De um lado, pessoas ‘que não deveriam se interessar por *monstros*’ e, do outro lado, os *monstros*. A palavra *monstros* aparece no discurso de um/a agente penitenciário/a em uma das visitas e também durante alguns desabafos ouvidos nos encontros, sempre referentes ao tratamento a elas oferecido.

Influenciado por Paul B. Preciado (2019), entendo a monstrosidade como uma condição desafiadora que indica outros caminhos para o mundo. O corpo trans reinventa “arranjos mecânicos”, decodifica as relações e produz novas vidas e universos, é “Um assalto ao poder do ego hetero-patriarcal, de identidade e nome. É um processo de “descolonização do corpo” (Ibidem, s/p). A rejeição e a exclusão são efeitos dos choques propagados pela monstrosidade. A crença e a reprodução de saberes reducionistas formam escudos em volta do regime normativo contra a mutação e a multiplicidade que potencializam a transformação da ordem anatômica, política e sexual (Ibidem).

Acrescento que nós, as pessoas que participavam do projeto, no compartilhar da perspectiva carcerária, seriam potenciais monstros também. Isso se justifica através do interesse e do engajamento nas visitas periódicas na cadeia - lugar que marca, filtra e produz abjeção (BUTLER, 2018b), nos diálogos e afetos estabelecidos entre nós e as trans encarceradas e nas marcas de gênero e sexualidade que alguns/algumas de nós tínhamos enquanto pessoas assumidamente gays, bissexuais e/ou lésbicas. Lembro-me que em meio à realização dos encontros, as relações afetivas (das quais me referi como parte do rito de passagem) que envolviam toques de mãos e abraços foram interdidas, pois,

recebemos ordens que limitavam nossa participação em presença e discurso verbal, mantendo a distância e respeitando os ‘protocolos’ do órgão disciplinador.

A cadeia me apresentou noções mais aguçadas sobre racismo e poder(es) porque pela “instrumentalização da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11) exerce as funções racistas e disciplinadoras. Ali, todas as pessoas presas eram vistas como “outras” no sentido abjeto (BUTLER, 2019a) e sua extinção seria cumprida pelas garras do Estado e ordenamento carcerário. Ainda orientado por Judith Butler, em Problemas de Gênero, nas análises sobre a abjeção, levanto, junto dela, as seguintes questões:

Haverá humanos que não tenham um gênero desde sempre? A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior? (Ibidem, p. 162).

Voltarei a essas questões ao longo dessa pesquisa, mas o que quero destacar de antemão é que esse projeto experienciado por mim influenciou todos os momentos de minha construção acadêmica pelo meu encontro efetivo com as margens do Estado.

Estar em contato com pessoas presas e visitar esse ambiente me forneceram *insights* etnográficos. Dois deles são: 1) a produção e o resultado dos estigmas circundantes ao local e às pessoas ali presas - durante o projeto, ao comentar com pessoas alheias a ele de meu ‘engajamento carcerário’, perguntas e julgamentos relacionados a medo e nojo eram presentes; 2) a própria execução de “direitos e deveres” do Estado - em um dos encontros na prisão, a dinâmica que acontecia fora interrompida para a entrega de preservativos masculinos e pílulas anticoncepcionais para elas e, ao retornarem e nos mostrarem o que tinham recebido, notamos que os dispositivos farmacopornográficos (PRECIADO, 2018) estavam com validade ultrapassada.

A obra “A História da Sexualidade: A Vontade de Saber” de Foucault (2018b) discutirá o controle dos corpos, trazendo à cena o conceito de biopoder, com a centralidade do sexo e da sexualidade. Os corpos, na transição de um poder soberano que exercia o “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Ibidem, p. 146) para



um “poder de causar a vida ou devolver a morte [...] um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (Ibidem, p. 149-150) passam a ser gestados por um conjunto de técnicas que irá controlar as vidas, disciplinando e regulando as populações.

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade irá agir e se tornar “parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida” (PRECIADO, 2018, p. 76). Em “Testo Junkie: Sexo, Drogas e Biopolítica na era Farmacopornográfica”, o filósofo Paul B. Preciado (2018) irá apresentar a biopolítica capitalista e o controle farmacopornográfico como os “processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexuais” (Ibidem, p. 36).

As pílulas fora da validade entregues para as travestis e transexuais são os dispositivos performativos “chave do regime farmacopornográfico” que evoluíram de “uma simples técnica de controle de natalidade para um programa de produção cosmética de feminilidade” (Ibidem, p. 234), oferecendo (não só, mas também) novas formas, à base de estrogênios, para os corpos. Embora, durante a minha participação houvesse a distribuição dos dispositivos, Marodin (2021), ao relatar sua experiência, destaca o não fornecimento de atendimento médico especializado<sup>14</sup> e de acesso ao tratamento hormonal constituinte de “processos em ações continuadas e reiteradas de apagamento das identidades de gênero dessas sujeitas na prisão” (Ibidem, p. 31).

Em meu artigo com Simone Becker (2019) já citado anteriormente, discutimos como a morte não é somente um efeito biológico de finitude do corpo e da vida, mas a soma de seus efeitos e induções também morais. Percebi naquele momento, e agora revisitando minhas anotações de campo, como a dignidade e a dor/violência se materializam nas execuções de poder do Estado, no imaginário e no social que também me afetam (FAVRET-SAADA, 2005). Repito: a cadeia, o projeto e as travestis e transexuais proporcionaram um encontro com o Estado da maneira mais didática possível. Pude perceber atravessamentos de minha performatividade e violências vividas a partir do que também era vivido por elas e a escuta-interação com as dinâmicas propostas ilustravam o escopo teórico que conhecia e permaneço buscando, na compreensão mais

---

<sup>14</sup> Não há registros em meu caderno de campo de diálogos ou ausências por atendimento médico referente a tratamentos hormonais, em minha época no projeto.

plural ou ampla, dos sentidos/dos significados e sentires do viver. Algo que a teoria me traz para direcionar o “campo”.

#### **1.4 Os boletins pandêmicos**

Com a explosão da pandemia e parte de minha pesquisa já repensada, em um de meus encontros de orientação, Simone Becker me apresenta os boletins “Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, 2020, 2021, 2022) como uma possibilidade de campo que guiaria meus tateares no manejo pandêmico em nível nacional e estadual. Os documentos compõem a “difusão científica” (2020, nº1, p. 02) a partir da parceria entre o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) a Universidade de São Paulo (USP), a organização Conectas Direitos Humanos (CONNECTAS), e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Os boletins possuem formato digital (pdf) e estão disponíveis para *download* no site do CEPEDISA.

Em *live* (IAMARINO, 2021) no canal do *youtube* de Átila Iamarino, Deisy Ventura, coordenadora de pesquisa dos boletins, comenta sobre o seu campo de pesquisa que relaciona o direito à saúde. Segundo Ventura e pesquisadoras/es, o que já era algo importante, por conta da legislação do Sistema Único de Saúde - o Sistema Único de Saúde (SUS) - tomou ainda mais destaque durante a pandemia de covid-19. A saúde como um direito social presente na Constituição Federal e um “dever do estado” (Art. 196º) (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 2, 2020, p. 6) tornou-se ponto de extrema atenção devido aos desdobramentos de âmbito federal e estadual no período pandêmico. Segundo José Carlos Rodrigues (2006a), os corpos (humanos) são “socialmente concebidos” e analisá-los “oferece uma das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular” (Ibidem, p. 48). Considerando que há uma produção de abjeção e morte, exacerbadamente alimentadas por ofícios do Estado, o direito e a saúde assumem nuances importantes para a produção reflexiva empreendida neste trabalho.

Como descrito no boletim nº1 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, nº 1, 2020), a equipe multidisciplinar, formada por pesquisadoras/es e professores/as, produz (iu) as pesquisas documentais, a fim de que uma análise qualitativa do impacto sobre os direitos humanos fosse feita, com a intenção de também compreender dados de forma quantitativa deste período.

IMAGEM 1 – Capa do boletim nº 1.

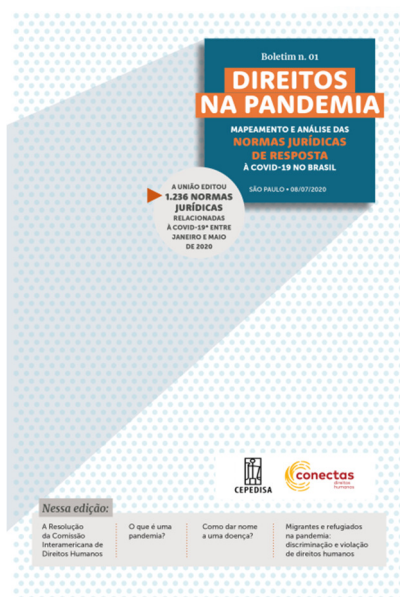
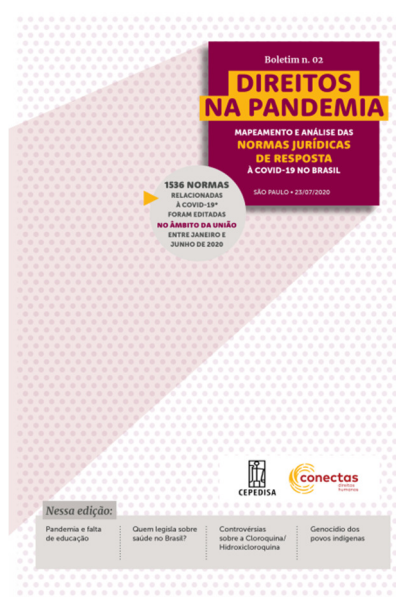


IMAGEM 2 – Capa do boletim nº 2.



Fonte: (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, 2020)<sup>15</sup>.

A divisão se dá da seguinte forma: a parte qualitativa aparece como disparadora de reflexões pertinentes guiadas não só, mas também, por questões e temas emergentes que são resultados das “ações políticas” deste período. Nos boletins acima destacados, como no primeiro, observamos que as temáticas analisadas na pesquisa em tela são voltadas para a pormenorização de discussões sobre: "o que é uma pandemia?"; "como dar nome a uma doença?" e "migrantes e refugiados na pandemia: discriminação e violação de direitos humanos". No boletim nº 2, entra em cena o detalhamento sobre o genocídio cometido contra os povos indígenas.

IMAGEM 3 – Títulos qualitativos do boletim nº 2.

**PANDEMIA NA TERRA  
INDÍGENA YANOMAMI**  
Depoimento de Dario Kopenawa Yanomami  
(enviado por áudio em 15 de julho de 2020)

**PANDEMIA E RACISMO  
INSTITUCIONAL:  
A SITUAÇÃO DOS POVOS  
KAIOWÁ E GUARANI**

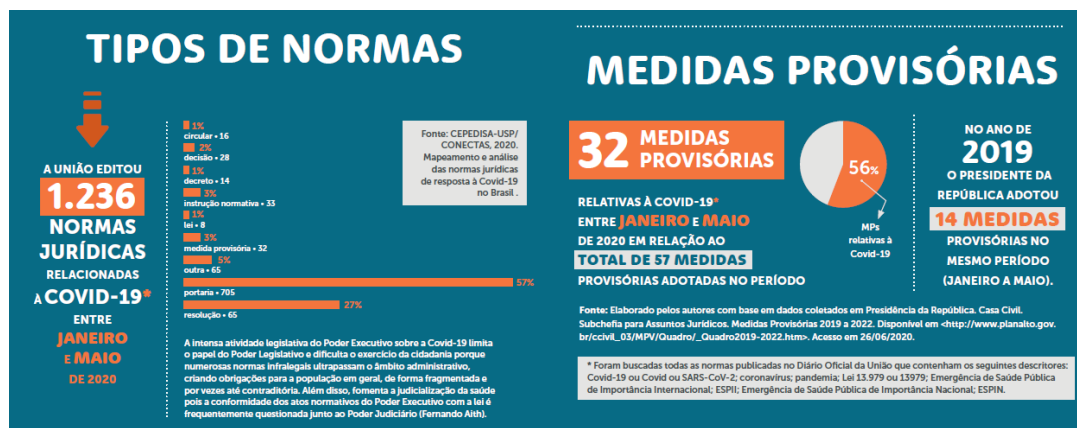
Fonte: (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 2, 2020, p. 12-13).

Já a parte quantitativa traz dados referentes às normas, tanto federais quanto estaduais, resultantes do manejo pandêmico, de acordo com o período de coleta de dados e publicação de cada boletim. Nota-se nas imagens 1 e 2, o cuidado da citada pesquisa na

<sup>15</sup> Advirto que infelizmente a impressão em papel das imagens dos boletins tende a torná-las ininteligíveis, motivo pelo qual reitero na sequência, o link de acesso ao repositório. Disponível em: <https://www.conectas.org/publication/>.

sistematização do quantitativo das normas, de quem as produz, bem como, das temáticas que representam.

IMAGEM 4 – Títulos quantitativos do boletim nº 1.



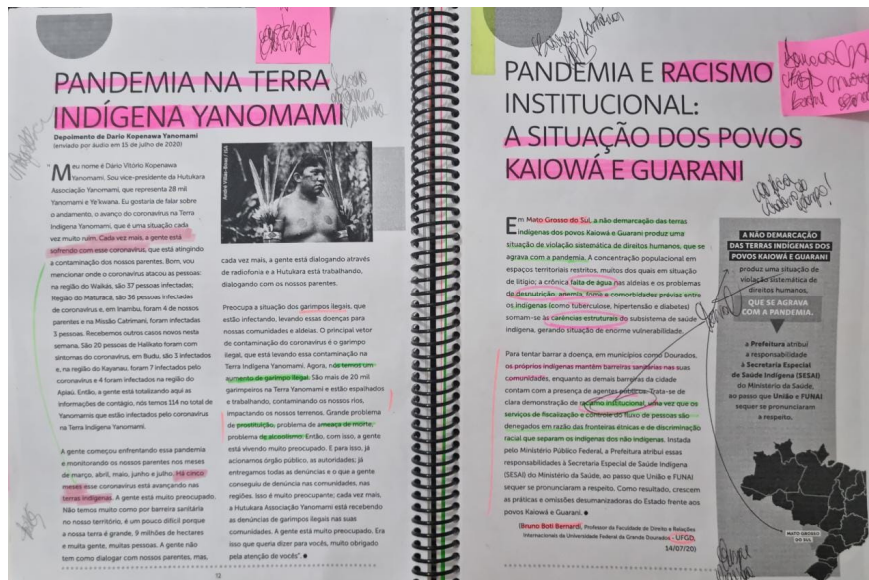
Fonte: (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 1, 2020, p. 3)

Os boletins aparecem como ferramentas disparadoras. O meu encontro com as dez primeiras edições não ocorreu seguindo a cronologia de suas publicações que tiveram início no mês de julho de 2020. Início a leitura e acompanhamento dos boletins somente a partir da publicação da edição nº 11 (CEPEDISA/USP/CONASS, 2021), entre fevereiro e março de 2021, após a sugestão de minha orientadora em um de nossos inúmeros encontros naquele ano. Durante as primeiras leituras, percebi que este material evidencia que a relação entre Estado e população, em meio à maior crise sanitária dos últimos tempos, não era baseada em critérios propostos pela própria instituição no que se refere à saúde e segurança.

Tomo os boletins como norteadores do que também descrevo e como descrevo em meu caderno de campo - esse instrumento antropológico-metodológico, quando em destaque estão conectados a outros acontecimentos necrobiopolíticos em solos sul mato-grossenses. O caderno é herança de Bronislaw Malinowski em seu trabalho nas Ilhas Trobriand, “Argonautas do Pacífico Ocidental” (1978) e um dos trunfos da construção ‘técnica’ da antropologia. O antropólogo Marcio Goldman, ao relatar suas experiências de campo durante seu trabalho em terreiros de candomblé na Bahia, define a importância do caderno de campo em seu processo: “Na antropologia, a leitura das notas e dos cadernos de campo, a imersão no material coletado e, principalmente, a própria escrita etnográfica revivem o trabalho de campo, fazem com que sejamos afetados de novo” (GOLDMAN, 2003, p. 469). Além de serem materiais de leitura diários, eu também os

imprimir e encadernei, formando literalmente um caderno em que eu pude grifar, riscar e marcar páginas.

IMAGEM 5 – Boletins encadernados.



Fonte: Acervo pessoal (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, nº 2, 2020).

A junção destes dois instrumentos, o caderno e os boletins, me permit(iu) sistematizar, guiar, organizar e refletir o que l(i)eio e viv(i)o durante todo o processo deste trabalho. Li inúmeras vezes cada uma das edições e fui afetado em maiores e menores medidas por seus artigos. Os enunciados, segundo Foucault (2008a), definem sentidos a partir da relação de suas proposições, o que é dito ou não, por exemplo, em suas condições históricas formativas. Assim, o conjunto de enunciados presentes nos boletins concebem acontecimentos, materializados e registrados de diferentes formas, como resultados de discursos referenciais “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 103).

Durante a leitura, algumas vezes me senti deslocado diante do ‘juridiquês’. Considerando o direito como uma aparelhagem para institucionalização da dominação, percebo o discurso jurídico como um produtor de efeitos e verdades nas teias do poder. Nesse viés, uma das nuances simbólicas (e efetivas) do ‘juridiquês’ seria afastar a sua compreensão, manter como desconhecido aquilo que legitima a verdade e o direito em si. Fala-se (escreve-se) difícil e isso também diz respeito ao acesso à justiça e à informação que se deseja comunicar por parte do Poder Judiciário, como traz em suas reflexões Simone Becker, quando, ao tratar de sua etnografia junto ao TJSC e à ESMESC, sugere

que “além da dificuldade posta desde o início por meio da linguagem técnica (do direito), surge ao seu lado ou de mãos dadas com essa, a dificuldade de compreensão do que está ou não em jogo em meio ao conflito no judiciário” (BECKER, 2008, p. 44). Para a realização desse trabalho, precisei recorrer a dicionários jurídicos, colegas da área e a minha orientadora - que também tem formação nessa área - para que pudesse compreender minimamente as palavras, seus sentidos e o que os materiais de minha pesquisa comunicavam.

Os boletins CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS (2020, 2021, 2022) me apresentam multiplicidades e conexões (MACEDO, 2017) entre os acontecimentos e as respostas em período pandêmico. A dissertação de Rayane Bartolini Macedo, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD), sobre a PEC 215 (Proposta de Emenda à Constituição) me aparece como um material de inspiração teórico-metodológica. Ao analisar os trâmites jurídicos da “PEC das demarcações” (MACEDO, 2017, p. 9), a socióloga se utiliza do conceito de cartografia cunhado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, somado à genealogia de Michel Foucault, para uma construção relacional entre suas “ferramentas conceituais e o campo” (MACEDO, 2017, p. 17) construindo, assim, uma análise investigativa que aponta para a multiplicidade dos sentidos.

Como apreendido metodologicamente no trabalho de Macedo (2017), utilizo ferramentas como a arqueologia foucaultiana (2008a) - para definir os tipos de regras e práticas discursivas de uma maneira sistemática - que virá alinhada à genealogia (FOUCAULT, 2018a). O interesse de Foucault não visa a linearidade dos processos sociais localizados na linha do tempo ocidental (antes e depois de Cristo), mas os efeitos de sentido que circulam a partir dos saberes construídos e das relações de poder – o que não é algo uno e universal, mas uma prática historicamente construída que funciona a partir de dispositivos (e mecanismos) que se efetivam nas relações e (também) produzem saberes, apresentando legitimação por parte do Estado para validarem dadas verdades. São processos sociais que trazem consigo tanto continuidades de dados eventos como descontinuidades.

Em *A Arqueologia do Saber* (2008a), o autor define discurso como um conjunto de enunciados e signos que constituem as regras sociais e as relações para a compreensão das condições que levam à produção de saberes. O método arqueológico, assim, contribui para que eu possa conectar os discursos que produzem saberes (a exemplo da Medicina e

do Direito) de poderes legitimados e legitimadores, pois, segundo Foucault (2008a, p. 28),

é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Segundo a antropóloga brasileira Adriana Vianna (2014, p. 47), os documentos são “peças etnográficas” que também são “construtores de realidade”. Nesse sentido, os documentos, materiais sobre o assunto investigado, se tornam objetos discursivos que reverberam a realidade, ou seja, as leis e projetos de leis, normas, vetos, promulgações, decretos, reportagens, boletins, imagens, enfim, tudo aquilo que fora registrado e publicado de forma *online* ou física e que auxilia minha investigação e feitura etnográfica. A ‘observação participante’ com os documentos me levou ao encontro com as repetições de induções à morte presentes e descritas por eles. As noções de biopolítica foucaultiana e de necrobiopoder, cunhada pela socióloga Berenice Bento, otimizam meu olhar aos boletins (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, 2020, 2021, 2022) e materiais de campo.

Durante a *live* com Atila Iamarino (2021), Deisy Ventura ressalta que o interesse inicial das pesquisas e análises eram “as violações de direitos humanos que poderiam resultar dessas restrições”. Ao usar o termo “restrições”, a pesquisadora está se referindo às medidas de contenção da propagação do vírus e ao colapso do sistema hospitalar brasileiro. Como ponto de virada, os resultados, segundo Ventura, apontam para um plano estratégico por parte do Estado e do governo brasileiro de fragmentação de medidas protetivas, propagação contra a saúde pública e a proliferação do vírus (Ibidem). Há nomeações atribuídas a essas induções à morte: genocídio e/ou etnocídio.

O biopoder é a instrumentalização política dos corpos na esfera social, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 2010, p. 201). Efeito de relações, o poder é exercido por todos e todas, sendo algo que “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2018, p. 45). Nesse sentido, a biopolítica aparece como uma norma controladora e disciplinar que tomará conta da multiplicidade social dentro de um país, estado ou grupos específicos. O mecanismo do biopoder fundamentado em “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 2010, p. 202)

será chamado de “racismo (de Estado)”, nas palavras do filósofo, isto é, “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Ibidem, p. 214).

Berenice Bento (2018, s/p), ao trazer à cena o termo necrobiopoder, define-o como

um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver.

O necrobiopoder é a confluência que amplia as construções teóricas propostas por Michel Foucault (2010) e Achille Mbembe (2018). Mbembe explora as nuances do poder soberano em sua capacidade máxima, o que resulta na necropolítica. O exercício instituído pelo regime de verdade operacionaliza as violências e retira o status humano-político dos corpos. Nesse sentido, a morte se torna um filtro social. A subjugação de poderes na gestão de vidas protege ou extermina vidas, (re)constituindo modos de governamentalidade (FOUCAULT, 2018a) que se (re)produzem, a partir da violência e atualizam as máquinas de guerra estatais e estruturais contra vidas ainda mais precarizadas que outras.

A fusão proposta por Bento (2018) coloca em perspectiva os efeitos provocados por aparatos estratégicos estatais na lida com as populações marcadas por categorias como raça, etnia e gênero e sexualidade. Na mesma perspectiva de Mbembe (2018), a autora dá atenção ao “conjunto de técnicas de governabilidade” (BENTO, 2018, s/p), situando o necrobiopoder como “atos contínuos do Estado”.

O foco das minhas reflexões está no Estado, em um esforço para entender a relação entre biopolítica (dar a vida) e a necropolítica (promover a morte). [...] Certamente a violência difusa revela linhas de continuidades com o que estou chamando de necrobiopoder, conceito que proponho para interpretar um conjunto de técnicas de governabilidade. (Ibidem, s/p).

Como exercícios/instituições do Estado, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenham a administração da vida de forma biopolítica (FOUCAULT, 2008b). As preocupações com as definições de “saúde”, “segurança”, “liberdade” e “direitos” pautadas nos documentos da OMS demarcam suas agendas capitalistas-neoliberais (FEDERICI, 2019)<sup>16</sup>, contemplando o necrobiopoder estatal (BENTO, 2018).

---

<sup>16</sup> A filósofa Silvia Federici, em suas obras “O Ponto Zero da Revolução” (2019) e “Calibã e a Bruxa” (2017) descreve a agenda capitalista-neoliberal como produtora de uma racionalidade estruturante do



O ex-presidente (no momento da finalização desse texto) Jair Bolsonaro, no mês de março de 2020, “em conferência com empresários, [...] pede que atividades não sejam totalmente suspensas para evitar uma ‘catástrofe de verdade’” (CNN, 2020a, s/p). Bolsonaro aponta como “catástrofe de verdade” os impactos econômicos resultantes dos manejos indicados contra a propagação do vírus pandêmico com a justificativa de que o “Brasil não pode parar” (Ibidem). E de fato não parou. A discussão sobre a legislação da saúde no Brasil presente no boletim nº 2 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, p. 6) aponta que

na ausência de lei federal sobre normas gerais de direito sanitário, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades (Art. 24, §3) [...] Estabelece ainda a Constituição que “a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

A mencionada ausência de legislação federal não impediu que estados e municípios elaborassem as próprias normas gerais sanitárias, porém, segundo a Constituição, a “superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 2 p. 6). Na *live* anteriormente citada (IAMARIANO, 2021), Ventura destaca que a fragmentação das medidas normativas, diferentemente distribuídas por estados e cidades, foram produtos de disputas políticas e econômicas. O “elevado grau de judicialização” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 10, p. 36) das atividades essenciais, por exemplo, foi afetado pelo “ativismo político” do ex-presidente e de seus apoiadores. Vejamos o quadro de “Normas estaduais sobre atividades essenciais: Estudo comparativo”, presente no boletim nº 10. (Ibidem, p. 41-42).

---

capital que desafia a reprodução social. Consequência da manipulação gerada pela produção de acumulação, o capital, ao controlar a reprodução de vida opera na desvalorização do que não gera lucro monetário, cria a divisão entre acumulação e subsistência. As configurações de reprodução social (e/ou subsistência) estão atreladas a trabalhos e serviços entendidos como de âmbito privado e/ou não assalariados. Os efeitos provocados geram hierarquias sociais pautadas em marcadores sociais da diferença, e também na produção de vulnerabilização social e econômica. Nesse sentido, para exemplificar, a saúde e a educação se tornam reféns dos quadros políticos e econômicos da acumulação e (re)produção capitalista.

IMAGEM 6 – Quadro de atividades essenciais.

ATIVIDADES ESSENCIAIS Decreto Presidencial 30.282/2020*		Normas estaduais sobre atividades essenciais: estudo comparativo																											
		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;																													
II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;																													
III - atividades de segurança pública e privada, incluindo a vigilância, a guarda e a custódia de presos;																													
IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;																													
V - trânsito e transportes interestadual e internacional de passageiros;																													
VI - telecomunicações e internet;																													
VII - serviço de call center;																													
X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:																													
a) o fornecimento de suprimentos para funcionamento de sistemas de energia, com a exceção de sistemas de transmissão e distribuição de energia;																													
b) as respectivas obras de engenharias;																													
XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio de aplicativos, de produtos essenciais para a limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;																													
XIII - serviços funerários;																													
XIV - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, corrosivos, perigosos, explosivos, radioativos ou sujeitos de segurança sanitária, metrológica, controle ambiental e prevenção contra incêndios;																													
XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;																													
XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas, vegetais e de doenças dos animais;																													
XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;																													
XVIII - vigilância agropecuária internacional;																													
XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;																													
XX - serviços de pagamento, de crédito, de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;																													
XXI - serviços postais;																													
XXII - serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;																													
XXIII - serviço relacionados à tecnologia da informação, em particular o fornecimento de serviços de hospedagem em nuvem e de outras atividades previstas neste Decreto;																													
XXIV - fiscalização tributária e aduaneira federal;																													

Fonte: (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 10, p. 39-40)<sup>17</sup>.

O boletim nº 6 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 6, p. 11), sob o título “*Lockdown à brasileira*”, afirma que essa fragmentação é influenciada por fatores como

<sup>17</sup> A dificuldade de leitura das imagens se repetirá no decorrer deste trabalho, tornando-se necessária a repetição de que os boletins estão disponíveis aqui: <https://www.conectas.org/publication/>.

negacionismo, *fake news* e polarização ideológica-eleitoral que “representam uma ameaça [...] ao imperativo de proteção de saúde pública” (Ibidem, p. 14) ao recusarem evidências científicas e promoverem o retrocesso da saúde pública brasileira.

O alerta de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), referente ao SARS-CoV-2, vírus causador da doença covid-19, fora oficialmente emitido no dia 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável pelas políticas de saúde de 193 Estados do mundo e criada a partir das discussões propostas na *International Health Conference* em Nova Iorque em 1946 - ratificada em 7 de abril de 1948 (OMS, 2022). Juntamente com a OMS, a organização das Nações Unidas (ONU) também criou órgãos especializados em diferentes áreas, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Com o cenário pós-guerra – fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 – o crescimento e o fortalecimento de organizações intergovernamentais surgiram com o propósito de existir uma colaboração entre diferentes países. A ONU foi criada em 24 de outubro de 1945 com a ratificação da Carta das Nações Unidas, assinada por cinco países-membros permanentes que compõem o Conselho de Segurança<sup>18</sup>, sendo eles: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, além de outros cinquenta países signatários. Descrita na Carta como um “mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (UNICEF, 2022, s/p), é uma organização que me provoca reflexões acerca de suas contradições.

Os enquadres formados por ideários de segurança e paz coletivas certamente não foram capazes de reconsiderar o viés colonizador tanto de sua criação, moldada por potências econômicas, quanto por sua constituição baseada no direito internacional, das quais legítima verdades num regime institucionalizado de controle e vigilância, como me inspira pensar as reflexões sobre dispositivos propostas por Michel Foucault (2014). Os cinco países que formam e participam do Conselho de Segurança, conforme o artigo 24 do capítulo V da Carta das Nações, têm “a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais” e, complementar no inciso II, “no cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas”. (UNICEF, 2022, s/p).

---

<sup>18</sup> Fruto das próprias regras, os membros deste conselho possuem o poder de veto e “utilizam-se dessa ferramenta com certa frequência para derrubar medidas que sejam contrárias ao seu próprio interesse” resultando em decisões antidemocráticas. (MARQUES, 2012, s/p).

O progresso guiado por dispositivos e órgãos que tutelam diversos campos sociais não está livre do etnocentrismo ativista e colonizador (ROCHA, 1984). A OMS é “uma espécie de “enquadramento político e técnico” dos Estados em matéria de saúde pública” (VENTURA; PEREZ, 2014, p. 45), mas não só. A instituição disputa e reflete dinâmicas da agenda capitalista-neoliberal (FEDERICI, 2019), (re)produzindo estratégias voltadas à universalização baseadas em interesses etnocêntricos. O antropólogo brasileiro Everardo Rocha, em sua obra “O que é Etnocentrismo?”, explora o fenômeno como

uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência [...] a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. Representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós [...] O etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do grupo do “eu”. (ROCHA, 1984, p. 5-7).

Em 1952, a UNESCO solicita ao antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1976) a produção de um discurso-texto a respeito da “contribuição das raças humanas para a civilização mundial” (Ibidem, p. 1), o que deu origem ao texto “Raça e História”. O antropólogo, naquele momento, era Secretário Geral do Conselho Internacional de Ciências Sociais do mesmo órgão. O texto desconstrói conceitos etnocêntricos de raça e cultura, colocando em perspectiva a homogeneização reiterada por mitos evolucionistas que levariam a sociedade a um ideal universalista eurocêntrico. Lévi-Strauss oferece elementos para se pensar a diversidade como potência que tenta ser ocultada pela visão etnocêntrica somada à agenda capitalista. Esse é o ponto em que quero chegar.

“A diversidade das culturas humanas não deve ser concebida de uma maneira estática”, afirma Lévi-Strauss (1993, p. 332). A ideia de progresso se torna frágil na medida em que se baseia em caminhos unilaterais, como é o caso do Ocidente que, ao exportar modos de vida, produz engessamentos na produção diversa de sentidos culturais. Chego, assim, ao neoliberalismo como sistema econômico vigente que formula e define os meios e os fins a partir do que se entende como progresso.

A ordem social, pautada no lucro monetário que coloca em disputa a produção e a força produtiva do sistema capitalista, centraliza sua própria lógica como a única possível em um exercício que inviabiliza e afeta diretamente os modos de ser e estar (FEDERICI, 2017; 2019). A divisão provocada pelo capitalismo neoliberal, que se

alimenta também do etnocentrismo, traz literalidade ao sacrifício da vida pela economia (BUTLER, 2022). O processo de internacionalização (ou hegemonização) das atividades da ONU (e de outros órgãos políticos e estatais) reformula opiniões e posições nacionais, estruturando pensamentos a partir das engenharias sociais que geram e gestam sofrimentos consecutivos à ordem (SAFATLE, 2020).

Gostaria de trazer aqui a definição de saúde que, segundo a OMS, é um bem comum e um direito social assegurado pelo Estado, destacando a noção de “bem-estar” social, que não se limitaria à falta de enfermidade, mas à integração da saúde física, mental e social (OMS, 1946). Essa definição, bem como as orientações dos documentos oficiais, não foi eficiente e nem conseguiu barrar as ocorrências racistas e o etnocídio no Brasil, por exemplo.

Em abril de 2019, a indígena Joice Quevedo Arce, irmã de Angélica, minha colega de graduação nas Ciências Sociais à época, veio a óbito após o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) se recusar a entrar na Reserva Indígena de Dourados (RID). A recusa, advinda do sargento bombeiro Ayrthon Oliveira Mota e sua equipe, foi justificada pela “falta de segurança e pelos riscos” que a RID oferecia aos agentes em ofício. Após a denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF), os cinco agentes envolvidos nessa ocorrência se tornaram réus de um processo que findou, em fevereiro de 2022, com a absolvição de Ayrthon Oliveira Mota.

Os crimes apontados pelo MPF eram “homicídio culposo, agravado por deixar de prestar imediato socorro à vítima, conforme artigo 206, parágrafo 1º do Código Penal Militar, e por incitar a discriminação ou preconceito de raça, conforme a Lei Federal Antirracismo 7.716, de 1989” (CAMPO GRANDE NEWS, 2022a, s/p). O júri, composto por membros do Corpo de Bombeiros (tenentes coronéis e capitães), votou pela absolvição, com o argumento de que não havia crimes e nem provas que pudessem comprovar suas existências. Além do fato de se tratar de um julgamento corporativista, uma vez que membros do próprio Corpo de Bombeiros compunham o júri, cabe destacar, ainda, que o tipo de crime constante na legislação penal previa a culpa ao invés do dolo, ou seja, a não intenção do indivíduo no resultado da morte.

O primeiro boletim (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 1, p. 6) apresenta como tópico qualitativo a definição do termo pandemia por sua capacidade de expansão geográfica. Em março de 2020, a “compilación de pensamiento contemporáneo en torno al COVID-19 y las realidades que se despliegan a lo largo del globo”, intitulada Sopa de

Wuhan (2020), é publicada, trazendo reflexões de filósofas/os como Judith Butler, Paul B. Preciado, Giorgio Agamben, entre outras/os. Dessa publicação, destaco as afirmações de Butler em seu texto “El capitalismo Tiene sus Límites” (Ibidem, p. 59), atrelando os efeitos pandêmicos e o manejo normativo brasileiro, influenciados pela produção de discriminação dos poderes intrincados no nacionalismo, racismo, xenofobia e capitalismo.

O que destaca o estado do MS nos boletins é a situação de vulnerabilidade das populações indígenas, imposta pelos governos federal e estadual. O artigo “Pandemia e racismo institucional: a situação dos Povos Kaiowá e Guarani” discute diretamente a situação vivida em Dourados/MS com a “violação sistemática de direitos humanos” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 2, p. 13), agravada com a pandemia. Quem apresenta esta discussão é o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Bruno Boti Bernardi, que também produz pesquisa nas áreas de direitos humanos, América Latina e direitos dos povos Indígenas. Portanto, a não demarcação de terras, somada à falta de água, desnutrição, fome e às carências estruturais que marcam os tensionamentos das reservas e vidas indígenas contribuem para a transformação do MS em um laboratório de análise. Isso se deve, como aponta Simone Becker (2022, p. 87), ao fato de que Dourados/MS “se trata de um lócus com a segunda maior população indígena do país” e também pelo fato do MS ser um dos estados “que mais mata (na literalidade) performances/expressões do feminino – feminicídios, lesbocídios e transfeminicídios” que “também o atravessam como lócus político [e] geográfico” (Ibidem, p. 87).

A essência do Estado é a violência. Estou tratando aqui do que é chamado por Pierre Clastres (2017) de “Um sem o múltiplo”, porque totaliza em unidade e se ampara na morte do múltiplo. A descentralização do poder sob a figura de chefia aguça muito mais a análise sobre nossa própria ordem e sociedade que a dos povos em questão, já diriam Tânia Stolze Lima e Marcio Goldman no prefácio da obra. Compreendo, assim, que institucionalizar a sociedade por meio do Estado é (re)produzir os exercícios de poder que uniformizam o social e “revelam-se sempre a vontade de redução da diferença e da alteridade, o sentido e o gosto do idêntico e do Um” (CLASTRES, 2004, p. 60):

o etnocídio, como supressão mais ou menos autoritária das diferenças sócio-culturais, está inscrito de antemão na natureza e no funcionamento da máquina estatal, a qual procede por uniformização da relação que mantém com os indivíduos: o listado conhece apenas

cidadãos iguais perante a Lei [...] A violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado, [...] toda organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo normal de existência do Estado. (Ibidem, p. 61).

Os povos Aché/Guayaki, etnografados por Clastres em sua obra “A Sociedade Contra o Estado”, conheciam as assimetrias e os perigos advindos do poder centralizado. (CLASTRES, 2004). Por isso, contra o Estado, por que o contra-ato protege da unificação do poder a fragmentação social e livra-os da morte. Colocar em perspectiva o múltiplo como a diversidade que atravessa o Um pode despertar novas nuances para a nossa ordem social, pois a resistência contra as limitações das regras e técnicas ímpares e etnocêntricas de poder promove a potência de vida dos povos.

### 1.5 “Novos normais”

Durante a pandemia, Simone e eu nos encontramos remotamente inúmeras vezes. A impossibilidade do potente encontro presencial que antes já fora feito em salas de aulas, bares, viagens e em nossas casas, nos apresentou outra possibilidade de realizar as orientações. Reinventando formas (PEIRANO, 2014a), criamos o grupo “Novos Normais” na rede social/aplicativo *WhatsApp*<sup>19</sup>. Formado no início de julho de 2020 e pensado a partir do convite da Profa. Dra. Jenniffer Simpson dos Santos para participarmos de seu projeto de pesquisa “Observatório das “novas normalidades” no contexto da pandemia da covid-19”, o grupo viria a contribuir também para as pesquisas de meu campo e de minha orientadora.

A rede social, antes pensada e utilizada para trocas de mensagens, neste momento, nos forneceu a chance de transformar todo o fluxo de notícias, vídeos e fotos em um tipo de “arquivo pandêmico”. Os materiais ali enviados e guardados formam um histórico com marcas do momento vivido e que se pretende analisar em forma de enunciados. Os enunciados, segundo Foucault (2008a), definem sentidos a partir da relação de suas proposições, o que é dito ou não, por exemplo, em suas condições históricas formativas contextualizadas.

Nesse sentido, o conjunto de enunciados salvos no grupo de *WhatsApp* concebem acontecimentos, materializados e registrados de diferentes formas, como resultados de

---

<sup>19</sup> Durante a pesquisa, perdi o histórico de conversas, pelo menos duas vezes. Confiar nas tecnologias nunca esteve em minhas prioridades e, após erros e *bugs* em minhas máquinas, deixou de ser uma possibilidade futura. Para a minha sorte, Simone não experienciou da mesma maneira que eu e pôde me enviar um *back up* dos dados. Infelizmente áudios e imagens não foram recuperados.

discursos referenciais “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 103). A teoria foucaultiana me permitiu compreender os sentidos relacionados ao que foi arquivado e à própria noção de arquivo. Os materiais enviados registram práticas governamentais e acontecimentos e/ou consequências relacionados diretamente ou indiretamente ao Estado brasileiro, formando um sistema de enunciados em forma de arquivo.

O acervo *whatsappiano*, elaborado com materiais enviados por Simone e por mim, oferece(u) insumos para “entender contextos – social e simbólico – da sua produção” (CUNHA, 2004, p. 293) justamente por dependerem tanto dos acontecimentos quanto de sua própria constituição enquanto notícia postada em um site jornalístico ou foto que registra um ato, formando “lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido” (Ibidem, p. 294). Este arquivo permite armazenar as relações “envolvidas na trama dos dispositivos institucionais” (MALUF *et al*, 2020, p. 60) em um só local para a busca e interpretação de seus atravessamentos. Enquanto dispositivo, compreendo conforme Michel Foucault, as relações de forças (atravessadas pelos exercícios de poderes) através das quais emergem saberes legitimados pelo Estado:

A etnografia em arquivo tem se desenvolvido no Brasil em três modos de abordagem. O primeiro é o que foca nos arquivos produzidos pelas próprias pesquisas antropológicas, como arquivos etnográficos e acervos de antropólogos/as – como notas de campo, diários, desenhos, registros fotográficos ou filmes etc. O segundo modo toma o arquivo como uma fonte suplementar e secundária da pesquisa de campo, que ajudaria a estabelecer contextualizações sociais e históricas dos eventos observados ou narrados pelos interlocutores da pesquisa. O terceiro modo aborda o arquivo como campo prioritário da pesquisa, como o território em que as vozes, as perspectivas ou pontos de vista, os acontecimentos serão “observados” e em que a questão que se coloca é produzir narrativas a partir de “imagens e vozes de um tempo distante”. (MALUF *et al*, 2020, p. 59).

O título “Novos Normais” possui peculiaridades destacáveis. O termo (desconhecido por mim até então) se popularizou com o estouro da pandemia e o que eu percebia é que estava sempre relacionado às novas possíveis configurações sociais bastante influenciadas pela contaminação e pelo novo arranjo social experimentado durante este período – com isolamento social. A mudança de ambiente e as relações implicadas entre o presencial e o remoto promoveram mudanças significativas. Embora, o isolamento social (quarentena ou *lockdown*, termos também populares durante esse



período) no Brasil tenha sido apenas uma “adoção de medidas quarentenárias com diferentes graus de restrição” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 6, p. 11) baseadas no combo formado por medidas de disputa política e impactos econômicos ocupados por negacionismos e *fake news*.

No boletim de número 6 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020), há definições mais específicas quanto aos termos utilizados e seus significados em função dos usos imprecisos dos conceitos. Assim, o termo “isolamento social” é “destinado a separar pessoas doentes ou contaminadas” (Ibidem, p. 12). A expressão “quarentena” também aparece ressignificada e passa a ser entendida na esfera científica como restrição de atividades, separação de pessoas com suspeita de contaminação e um protocolo de ‘isolamento’. Por fim, o termo “cordão sanitário” que seriam as barreiras físicas, algo que os povos indígenas Kaiowá, Guarani e Terena, presentes no Sul do MS executaram com maestria, apesar de todas as descon siderações advindas do governo federal ou nele inspiradas, como as ações dos governos (estadual e municipal) sul-mato-grossenses. Estas definições aparecem para desmistificar possíveis equívocos no campo científico e seu uso apropriado permite conscientizar a população de que não houve “rigor excessivo no combate à pandemia”. Adiante retomarei a reflexão sobre a pandemia, suas implicações e atravessamentos em determinados grupos precarizados.

Conforme fui visitando o arquivo de materiais, notei que a pandemia e os “conceitos de saúde, doença e corpo” não estavam relacionados “apenas como entidades biológicas, mas, sobretudo, políticas e sociais” (OLIVEIRA; MARTINS; SILVA, 2020, p. 25) que trazem marcas de “relações de poder” produtores de “efeitos contraditórios” (ALLRAM; MAIA, 2019, p. 52). Nesse sentido, aguicei meu olhar para as políticas públicas como “práticas em que a lei e as intervenções estatais passam por outras formas de regulação que provêm das necessidades das populações consideradas vulneráveis” (Ibidem).

O arquivo arqueológico<sup>20</sup>, atravessado de forma genealógica (FOUCAULT, 2008a), trouxe também materiais relativos ao período pré-pandemia que possibilitaram ligações entre atos políticos sociais e suas consequências em longo prazo, uma vez que a

---

<sup>20</sup> Tomo o entendimento da arqueologia como a maneira através da qual Foucault analisa os discursos voltados à produção dos saberes legitimados pelo Estado – que a ele importam. As obras como “As Palavras e as Coisas”; “A Arqueologia do Saber” e o “Nascimento da Clínica”, por exemplo, retratam sentidos desse método. A genealogia assumirá sentido para Michel Foucault, inspirado em Friedrich Nietzsche e sua “genealogia da moral”, quiçá possa se dizer que ela se faz (também) em suas pesquisas centradas na compreensão do lastro deixado pelos exercícios de poderes e as distintas produções de verdades aliadas aos saberes retroalimentadores do Estado Moderno.

precarização da saúde, a vulnerabilização interseccionalmente atravessada por raça-etnia, gênero, sexo, sexualidade, classe, religião, geração, bem como o negacionismo científico, aliado ao agronegócio predatório (redundância inclusa), são e estão presentes para além da pandemia e não surgiram com ela, e, sim, agudizaram-se a partir dela. A interseccionalidade une categorias distintas, possíveis de entrecruzamentos e/ou de análise complementar, tanto no arquivo quanto na minha reflexão (COLLINS; BILGE, 2021). Dessa forma, (re)descobri e reinventei o meu fazer etnográfico ao colocar a pandemia como produtora de um novo contexto social. (PEIRANO, 2014a).

Durante a pandemia assistimos parte da Amazônia - bioma latinoamericano presentes nos estados do norte, norte do centro-oeste e parte do nordeste brasileiro<sup>21</sup> - e do Pantanal, localizado nos estados brasileiros Mato Grosso e Mato Grosso do Sul<sup>22</sup>, serem devastados por grandes queimadas. A notícia, arquivada no grupo *zapeano*, sob a manchete “Queimadas no Amazonas em 2020 registram maior número da história” (G1, 2020), afirma que, somente em 2020, 45,6% dos registros de queimadas foram nesta região. Segundo o boletim nº 10 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 10, p. 41), na tabela de normas estaduais sobre atividades essenciais, a fiscalização ambiental não aparece como serviço essencial nos estados do Amazonas e do Mato Grosso do Sul.

Segundo a BBC News Brasil (2020), até o momento da publicação da notícia intitulada “Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios” (BBC BR, 2020), 15%, ou 2,3 milhões de hectares, do bioma já havia sido queimado, com destaque da manchete para a diminuição de multas. Somando os dois estados brasileiros, a queda seria de 48%, se comparada a anos anteriores. Ainda em setembro do mesmo ano, a CNN Brasil (2020b) estampava a manchete “‘Brasil é o país que mais preserva seu meio ambiente’, diz Bolsonaro”.

A notícia traz um vídeo em que Jair Bolsonaro e Ricardo Sales (então ministro do meio ambiente) discutem as relações ambientais no País. O ex-presidente afirma que “A Amazônia é nossa e nós vamos desenvolvê-la, afinal de contas lá existem mais de 20 milhões de brasileiros que não podem ficar desamparados”. E Sales complementa: “a valorização das pessoas e meio ambiente e do zoneamento econômico ecológico” (CNN, 2020b, s/p). O baixo índice de multas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a não fiscalização ambiental assinalada no

---

<sup>21</sup> O bioma também está presente nos países Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa, e Suriname.

<sup>22</sup> O Pantanal também se faz presente em parte dos países sul-americanos Bolívia e Paraguai.

boletim nº 10 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 10, p. 41) em ambos os estados e as falas dos representantes políticos demonstram requintes especiais da aniquilação do governo federal.

FIGURA 6<sup>23</sup> – Manchete CNN Brasil.



FIGURA 7 – Manchete BBC News Brasil.



Fonte: CNN, 2020b; BBC, 2020.

O contato com estas manchetes me despertou a necessidade de revisitar às “ideias para adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019). O filósofo indígena Ailton Krenak discute sobre o modo como o conceito moderno e hegemônico de humanidade nos alienou da “experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões” (Ibidem, p. 13) que, sob o exercício do poder e seus interesses capitalistas, transformou a ânsia em consumo da natureza e das subjetividades:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2019, p. 9-10).

As queimadas e/ou os reiterados crimes contra a humanidade estão presentes também na fala de Célia Xakriabá<sup>24</sup>, ativista indígena que, ao ser entrevistada pelo jornal

<sup>23</sup>A título de ilustração, trago as duas manchetes que despertaram as reflexões e revisitações à Ailton Krenak (2019).

<sup>24</sup> Eleita como deputada federal no Estado de Minas Gerais com 101.078 votos no pleito de 2022. É mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e, atualmente, doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

internacional *The Guardian* (2020), se refere à Amazônia como “the vagina of the world because it’s where people come from”<sup>25</sup> (Ibidem, s/p). Ao utilizar o termo vagina como sinônimo de origem da vida, a ativista indígena afirma ainda que se a natureza está doente as futuras gerações também ficarão. A compreensão da terra como origem e fornecedora de vida é um ensinamento indígena da qual jamais poderíamos nos desapegar. O governo de Jair Bolsonaro trouxe também a reverberação do machismo aliado à objetificação do outro como não humano através do racismo.

A partir da perspectiva feminista clamada por Célia Xakriabá, a “Earth is like the first independent woman that created humanity and Earth needed rivers and water to create humanity”<sup>26</sup>, trago as discussões de Silvia Federici, em seu artigo “Pandemia, Reprodução e Comuns” (2020) que afirma que é a reprodução social que interliga futuro, vida e morte. Com o evento pandêmico foi possível perceber como, desde a China, voando até a Itália e chegando ao Brasil, a teia capitalista conecta o mundo num tipo de projeto próprio do sistema que cada vez mais nos assola.

A reprodução é o terreno estratégico fundamental para a construção de um futuro, de uma sociedade. Reprodução significa vida, futuro. Vivemos em um sistema capitalista cujo problema fundamental, que o torna insustentável, é que ele se baseia sistematicamente na subordinação da reprodução da vida, do futuro, uma vez que se pauta pelo lucro individual e no das corporações, a partir da exploração do trabalho humano. Pode-se observar que todas as medidas políticas e econômicas colocadas em ação [para combater a pandemia] são moldadas por esse objetivo. (Ibidem, s/p).

A discussão, que não se finda aqui, provoca pensar os “novos normais” amparado nas interpretações butlerianas (BUTLER, 2022). A nova normalidade seria expressão da realização dos sonhos das garras estatais: morte desenfreada, escolas fechadas, fome e desemprego, indígenas e pobres morrendo e as máquinas tomando o lugar dos humanos, verdadeiras políticas de fim de mundo. Porém, há que se lembrar da produção de resistências e da teoria feminista que será explorada nos próximos capítulos. Não há poder que não possa ser vencido e, segundo Silvia Federici (2020) e Célia

---

<sup>25</sup> Em tradução livre, “A vagina do mundo porque é de onde as pessoas vêm”.

<sup>26</sup> Em tradução livre, a “Terra é como a primeira mulher independente que criou a humanidade e a Terra precisava de rios e água para a criação da humanidade”.

Xakriabá (2020), a reprodução social e o femini(no)smo<sup>27</sup> possuem respostas. Nesse sentido, as vaginas sempre atacarão de volta!<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> A separação entre feminino e feminismo demarcada se deve às inspirações butlerianas nas quais mergulho constantemente. O feminino a ser interpretado aqui está longe de ser uma identidade universal. O seu caráter político está na multiplicidade e na contestação da heteronorma que contribui para reformulações e possibilidades outras de ser e estar. Desconstruir o feminino é colocar em perspectiva a ótica feminista do que tanto é estrutural na aparelhagem regulatória binária que alimenta compulsoriedades no campo das performatividades e desejos, bem como desconstruir o masculino e os determinismos essencialistas (re)produzidos pela dominação. Nesse sentido, o feminismo é a subversão à ordem estruturada nos dispositivos que ocultam singularidades e uniformizam subjetivamente e materialmente os corpos. (BUTLER, 2017).

<sup>28</sup> Em 2016, nos Estados Unidos da América, mulheres feministas criaram a *hashtag* #PUSSYGRABSBACK, em tradução livre seria como “bucetas atacam de volta”, em resposta às várias declarações machistas e misóginas do então presidente Donald Trump.

## 2. UM SUSPIRO SUL-MATO-GROSSENSE

Com este capítulo, tenho o intuito de apresentar o processo colonizador da história territorial e social brasileira e o modo como esse processo orienta desde a criação do território do estado Mato Grosso do Sul até a sua atualidade, 45 anos depois. Por um momento, houve o respeito à linearidade dos fatos (na régua do tempo Cronos) para que assim fosse mais fácil compreender algumas das minúcias envolvidas na história do MS. Produzo, então, uma reflexão que pretende suscitar pontos específicos da história e do discurso como produtos essenciais na compreensão e produção de verdades que reverberam a identidade sul-mato-grossense.

O trabalho etnográfico permitiu que eu pudesse interpretar de que forma o caminho formado pela história da construção do Estado é permeado pelas guerras que se fazem presentes desde então. Lançando luz ao presente e atravessados por uma pandemia que afeta/ou diretamente o sistema respiratório de corpos humanos, busco trazer como respirar o ar do MS está ligado tanto aos componentes biológicos - corpos, natureza e biomas - quanto aos elementos sociais - estrutura, cultura e identidade.

É importante não esquecer que mesmo sem “oxigênio” existem corpos que respiram, pois a lógica colonial de vida não é geral, principalmente por excluir e forçar grupos discordantes ou de outras dinâmicas a acharem suas formas de sobreviver: re-existindo. (ROSSI; BECKER, 2019, p. 171).

O suspiro sul-mato-grossense se faz na medida em que se complexifica a reprodução de vida e de morte.

### 2.1 Plantar guerras para colher o Mato Grosso do Sul

*Ainda não estamos prontos para a tal da “paz” [...] enquanto nós formos assim “ah, eu sou o máximo, o outro que se exploda”... Ah, meu amor, nós estamos plantando guerra e nós vamos colher guerra... Você planta banana e você colhe cereja? Você colhe uma banana desse tamanho pro seu rabo e eventualmente de dinamite... E a gente não tem liberdade, todo mundo fala “ah, você é muito livre” falo não, não... Tenho uma liberdade sim, nós todos... De escolher a prisão que a gente quer ficar... Isso a gente tem, com certeza... Eu me deixo aprisionar sim, acho que todos nós, né? Ainda, ainda... Na hora da morte eu vou estar livre!*

*Elke Maravilha*

O pensamento da artista brasileira Elke Maravilha presente na epígrafe desse capítulo traz consigo particularidades as quais ligo diretamente ao MS. Esse estado brasileiro foi criado a partir da Lei Complementar nº 31 de 1977 (BRASIL, 1977) pelo então ditador e presidente da república (General) Ernesto Geisel que governou o país entre o período de 1974 a 1979. Essa lei complementar, em seu artigo 2º, inventa ou dá vida ao MS, graças ao desmembramento do então estado de Mato Grosso (MT).

A ditadura civil-militar, que se iniciou em 1964 e perdurou até 1985, marca a história do Brasil com a repressão e o terror formulados a partir da estrutura legislativa que sustentava o regime autoritário (PRIORI *et al*, 2012). As disputas políticas e econômicas naquele momento reverberaram por um longo período antidemocrático que se viu desafiado pelas estratégias de resistência que acompanham e integram as relações de poder, como nos ensina Foucault (CASTRO, 2009). Proponho nesta pesquisa lembrar, mas não analisar detalhadamente, os eventos de guerra que atravessa(ra)m a historiografia do MS desde sua gênese. Trazê-los à cena é interpretar a literalidade dos dizeres de Elke e demonstrar que as guerras não acabaram, uma vez que as terras estão lavradas por pequenas dinamites que explodem há muito mais de 45 anos, todos os dias.

Voltemos à história anterior à divisão dos estados, guiados por alguns eventos que conceberam o MS. Até metade do século XVII, o controle colonial se concentrava sobre o litoral (OLIVEIRA, 2010), período em que as terras mato-grossenses eram vistas como uma “distante periferia” (MISSIO; RIVAS, 2019, p. 608) que fornecia mão de obra escrava indígena aos centros urbanos que estavam localizados no sudeste do país - Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com a antropóloga Aline Crespe,

Essa região não era desocupada. Pelo contrário, ela era densamente povoada por índios de diferentes etnias. Entretanto, os índios não foram considerados como pessoas que ocupavam, com seus modos e costumes, seus territórios. Eles eram considerados apenas como parte da paisagem que deveria ser “civilizada”, explorada e dominada. (CRESPE, 2015, p. 51).

A escravidão advinda do exercício colonizador atravessa este período empreendendo métodos conflituosos nas terras que viriam a ser o Brasil (OLIVEIRA, 2010). A exploração e a opressão amparadas no controle dos modos entendidos pelos colonizadores como selvagens dos povos colonizados desempenharam a internalização do que seria a superioridade das raças (GONZALEZ, 1988). As análises de Lélia Gonzalez (Idem, 2020) permitem que a história seja ajustada à realidade dos fatos,

contrapondo teóricos clássicos das ciências sociais brasileira, como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, que, ao interpretarem a gênese brasileira, ofuscaram as violências sistemáticas/estruturais contra negros, indígenas, (...), romantizando a escravidão e seus resultados.

As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020, p. 61).

Antes de retomar a história do MS, resalto a importância da descrição e da rememoração do exercício etnográfico. Retomar a escravidão é romper com a produção epistemicida que sequestra e oculta saberes e vivências a partir da subjugação dos corpos marcados por raça e etnia. Guiado por dispositivos de biopoder, o epistemicídio serve para anular e matar o individual e o coletivo e ao “controle de mentes e corações” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Eficaz é a prática que reaviva a memória e localiza saberes, pois, contrapor as verdades hegemônicas e colonizadoras é quebrar com a norma e o pacto que validam algumas vidas e histórias em detrimento de outras.

Voltemos à história do MS. A invasão dos colonizadores adquire força no século XVIII com a descoberta de ouro durante as expedições. Por essa razão, o território, que antes era considerado como “área de passagem” (MISSIO; RIVAS, 2019, p. 608) do centro comercial, situava Cuiabá como um polo econômico e político. O destaque dado à mineração prevalece até o final do século XVIII e, no século seguinte, inicia-se a invasão não indígena nas terras originárias que viriam a ser o que chamamos atualmente como Mato Grosso do Sul (MISSIO; RIVAS, 2019).

Em meados de 1830, as migrações iniciam-se, populações do sudeste brasileiro começam a ocupar o sul do MT para a produção bovina, momento de marco em que a população indígena se vê expropriada de suas terras pelo movimento chamado “frente de expansão” (Ibidem, p. 609). Segundo Crespe, esse movimento resultou em “ondas de colonização” (2015, p. 51) e, embora a palavra ‘ondas’ aponte para um sentido de duração cíclica e/ou curta, os impactos na reprodução de vida dos povos indígenas permanecem até o presente. O processo de colonização e/ou modernização dos campos do MT resultaria mais tarde, no mesmo século, na Guerra do Paraguai (1864-1970) - símbolo de



disputas por territórios e poderes que definiram a “consolidação nacional” a partir da “expansão colonial” (ANTUNHA; MURA, 2011, p. 291). Complemento com as afirmações de Crespe (Ibidem, p. 91):

A guerra deu novo rumo à história dos Kaiowá ao produzir novas fronteiras e limites por cima dos territórios indígenas. Após a guerra, cada país seguiu suas políticas de colonização e adotaram ações diferentes em relação à colonização dos índios, sendo a política brasileira muito mais eficaz no aldeamento dos índios.

O aldeamento/cerceamento foi a forma encontrada para o controle político e produção econômica atribuída aos povos indígenas. Segundo Crespe (Ibidem, p.108), “O SPI foi de fundamental importância para a concretização dos projetos de colonização e “povoamento” nos “sertões” do país”. Por conseguinte, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ao criar as reservas indígenas ainda presentes no MS, “afetou diretamente os Kaiowá e Guarani” (Ibidem, p. 21) ao alimentar práticas desenvolvimentistas ancoradas em projetos civilizatórios que empreendiam neste exercício o desmantelamento de configurações sociais próprias dos povos. Civilizar os indígenas seria humanizá-los, ou então, colocá-los “sob o domínio do Estado” (Ibidem, p. 105).

Com o fim da guerra do Paraguai e a abertura das fazendas que haviam sido interrompidas, surgem os dispositivos coloniais. Os dispositivos na teoria foucaultiana (2018), como já exposto anteriormente, seriam elementos heterogêneos que compõem a rede entre discursos, instituições, leis, morais. Enfim, uma gama de fatores que auxiliam no funcionamento de determinadas proposições, nesse caso, a colonização e seus efeitos hierarquizantes e racistas. As instalações da Companhia Matte Laranjeira, da Colônia Militar de Dourados e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) contribuíram diretamente para a exploração, favorecida pela criação, por parte do SPI, das reservas indígenas para povoarem o sul do MS (CRESPE, 2015):

Quando consideramos as formas convencionais em que pensamos sobre a humanização e a desumanização, debatemo-nos com a suposição de que aqueles que são representados, especialmente os que têm uma autorrepresentação, têm também uma chance maior de serem humanizados, e aqueles que não têm essa chance de se representar correm um risco maior de serem tratados como menos do que humanos, ou, na verdade, de não serem vistos de forma alguma. (BUTLER, 2019b, p. 171).

Influenciado por Butler (Ibidem), compreendo que o processo colonizador culminou na desumanização de povos negros e indígenas por parte de quem, naquele momento, continha a humanidade como status social engajado nos aparatos econômicos<sup>29</sup> de exploração. Crespe (2015), ao discutir o esparramo ou *sarambi*, exemplifica os efeitos epistemicidas (CARNEIRO, 2005) das ondas colonizadoras que negam o status humano aos povos indígenas na medida em que interferem diretamente nos modos organizacionais de produção de vida. “Para os Guarani e Kaiowá, o *sarambi* [...] trata-se de um tipo de mobilidade negativa [que] promoveu a fragmentação forçada das *te’y* que antes viviam organizadas a partir de uma lógica própria de socialidade” (CRESPE, 2015, p. 323).

Durante o século XX, a constituição de Campo Grande como cidade, e em seguida como capital, chamou atenção para a criação do MS. A política e os interesses eram dominados por fazendeiros e elites que não estavam satisfeitos com a submissão nortista de Cuiabá e, utilizavam-se da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e o aumento da migração para a cidade como argumentos e referências de modernidade e potencialidade econômica independente do norte do estado (ATTIANESI; PASSAMANI, 2018).

Após os processos de independência e expansão territorial, chegamos à década de 1970, mais precisamente em 1977, quando o MS se torna estado por meio da Lei Complementar nº 31 de 1977 (BRASIL, 1977). O contorno divisório dos Estados de MT e MS foi construído em meio à “exuberante mata” que inspirou a definição dos nomes (IHGMS, 2021, s/p). No artigo 2º da citada lei (BRASIL, 1977), tem-se a descrição sobre como se formou a divisão geográfica a partir de rios e cidades já existentes que chamavam atenção por seu bioma diverso. A precisão demarcatória e os interesses futuros com a exploração das terras e dos povos já habitantes no vasto território são pontos importantes da história do MS que viria a ser, num futuro não muito distante, o estado do agronegócio. Sigamos a literalidade do trecho da lei que cria o estado de MS:

A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até às nascentes do córrego das Furnas; [...] da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da Lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao

---

<sup>29</sup> Que não se reduz ao econômico.

leste, e Corumbá, ao oeste; da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul (BRASIL, 1977, s/p).

IMAGEM 8 – Mapa Mato Grosso Econômico de 1933.



Fonte: Página do Arquivo Nacional do Brasil no Pinterest<sup>30</sup>.

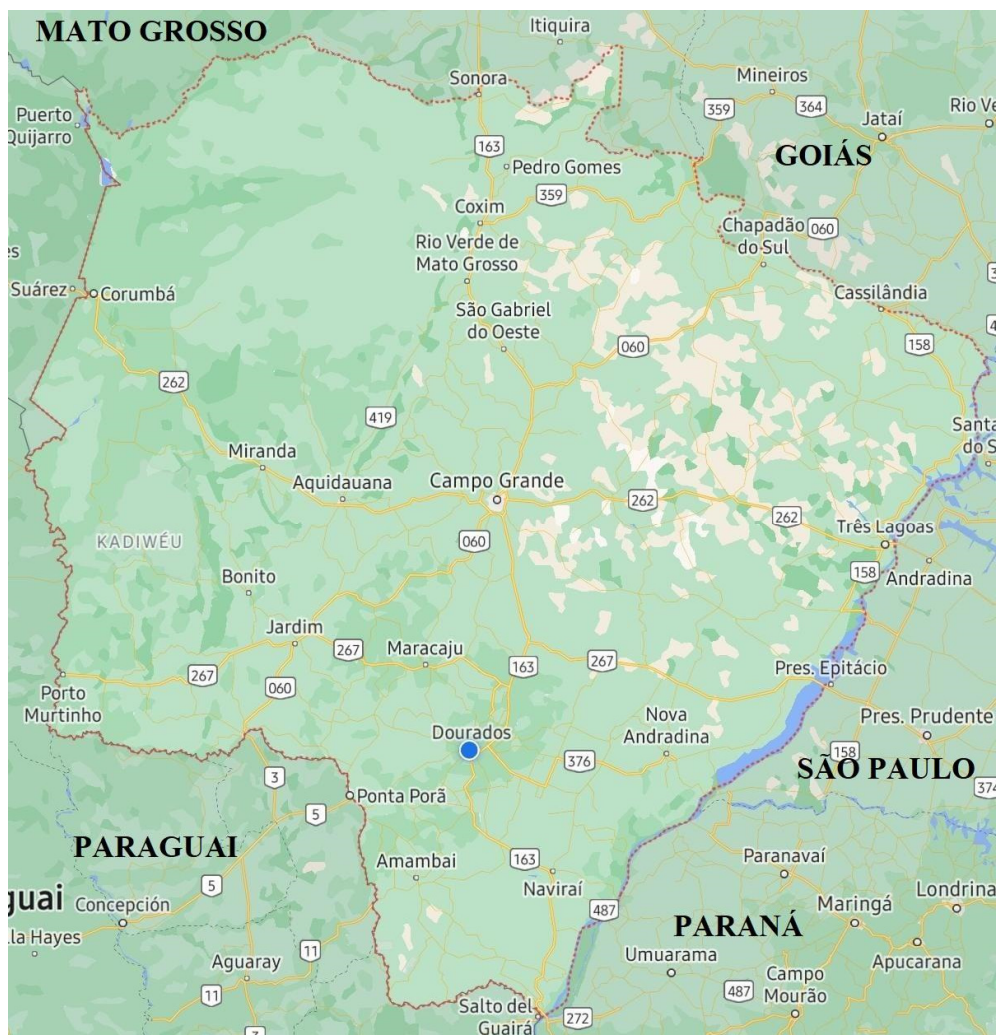
A representação midiática e popularizada do MS está atravessada pelos efeitos do agronegócio. O “mato grosso” produz no imaginário social a ideia do desenvolvimento do país, esse mesmo “mato grosso” que, além de devastar as terras indígenas e seus povos, também destrói os biomas. Ao viajar pela rodovia BR-163 que corta o MS e interliga as

<sup>30</sup> Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/737183032738958403/>. Acesso em jan. 2023.



maiores cidades do estado, Dourados e Campo Grande, nota-se que a ‘paisagem’ é estilizada por fazendas, plantações de *commodities* e indústrias que afetam diretamente nossos ares na dinâmica ‘tech e pop’ (JOHNSON; FARIA, 2020). Os eventos que costumam e formam, conseqüentemente, a criação do estado seriam as sementes de dinamites, parafraseando Elke Maravilha, que colhemos até os dias de hoje. Afinal, ou no final das contas, o mar da monocultura que impulsiona os agrotóxicos ou mesmo as cabeças de gado que pastam nos milhares e mais milhares de hectares invadidos pelo latifúndio heterocispatriarcal, cuja cor e/ou raça é branca, dão o tom da invisibilidade das pessoas e povos indígenas que constituem desde sempre tais terras.

**IMAGEM 9** – Mapa do Mato Grosso do Sul.



Fonte: Aplicativo *Google Maps*. A imagem foi registrada em janeiro de 2023.

## 2.2 Os celeiros de *violência* sob um céu de *puro veneno*

*Os celeiros de farturas,  
Sob um céu de puro azul,  
Reforjaram em Mato Grosso do Sul  
Uma gente audaz.*

*Tuas matas e teus campos,  
O esplendor do Pantanal,  
E teus rios são tão ricos  
Que não há igual.*

*A pujança e a grandeza  
de fertilidades mil,  
São o orgulho e a certeza  
Do futuro do Brasil.*

*Moldurados pelas serras,  
Campos grandes: Vacaria,  
Rememoram desbravadores,  
Heróis, tanta galhardia!*

*Vespasiano, Camisão  
E o tenente Antônio João,  
Guaicurus, Ricardo Franco,  
Glória e tradição!*

*A pujança e a grandeza  
de fertilidades mil,  
São o orgulho e a certeza  
Do futuro do Brasil.*

*Hino do Mato Grosso do Sul<sup>31</sup>*

A história do MS me deu elementos para (re)interpretações em que pude extrair noções outras das teorias, símbolos e discursos sobre o passado, presente e futuro do MS que facilmente se cruzam e se misturam. O hino do MS reverbera efeitos de poder a partir de sua função central: a representação nacional<sup>32</sup>. Segundo o emérito da Universidade de Freiburg, Joseph Jurt (2012, p. 471):

Aos símbolos nacionais cabe uma função central, uma vez que visualizam de modo marcante os valores e os conteúdos da

---

<sup>31</sup> No site do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o hino está hospedado na área de história do MS, mais precisamente na área de símbolos, Disponível em: <http://www.ms.gov.br/simbolos/>. Acesso em dez. 2022.

<sup>32</sup> Tanto quanto ainda vivenciamos no Brasil com a bandeira nacional, desde a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

autodefinição política de uma comunidade, através dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política.

Nesse sentido, alguns dizeres simbólicos e representativos do hino sobre o MS inspiraram minha escrita. Embora a pandemia tenha atravessado minha pesquisa como já expus, trarei dados de um período pré-pandêmico não isolado, mas, complementar aos efeitos da crise sanitária que marca o início desta década e de meu trabalho.

Olhemos para a seguinte notícia, enviada no dia 03 de julho de 2020 para o grupo “Novos Normais”: “Índios trabalhavam sem proteção contra vírus e em alojamento sujo em MS” (CAMPO GRANDE NEWS, 2020). De acordo com a notícia, vinte e quatro indígenas ‘trabalhadores’ foram encontrados pela fiscalização da Secretaria do Trabalho (STE), vinculada ao Ministério da Economia, em condições ilegais de trabalho. A notícia destaca que a função exercida pelos indígenas era a colheita de mandioca em uma fazenda na cidade Itaquiraí, no Sul do MS, a pouco mais de 180km de Dourados e que “a fiscalização definiu as condições de trabalho como “degradantes”” (Ibidem, s/p).

Os ‘celeiros de farturas’ se ancoram “no modelo predatório de exploração, extração e acumulação fundado pela colonização europeia” (JOHNSON; FARIA, 2020, p. 45) que resulta em consequências vitais. A socióloga Maria Gabriela Guillen Carías, ao discutir os efeitos das grandes empresas e indústrias durante a pandemia, aponta o celeiro (frigorífico) JBS como um dos responsáveis pela disseminação de covid-19 nas reservas indígenas do Sul do MS.

No dia 13 de maio se confirmou o primeiro caso da Covid-19 na aldeia Bororó: trata-se de uma mulher indígena de 35 anos trabalhadora do frigorífico JBS Foods Seara, unidade de Dourados. Em 15 de maio o número de casos pulou para 10 indígenas, todos trabalhadores da mesma unidade. A 21 de maio já havia pelo menos 36 funcionários, entre indígenas e não-indígenas que testaram positivo. Pequenas cidades em torno de Dourados como Culturama, Gloria de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Douradina e Rio Brilhante, confirmaram seus primeiros casos a partir dos funcionários contaminados dentro da JBS (CORREIO DA CIDADANIA, 2020, s/p).

O “caráter dispensável e substituível” (BUTLER, 2022, p. 85) associado aos povos indígenas e propagado pelo governo federal durante toda a pandemia (mas não só) exemplifica os efeitos da produção de abjeção (BUTLER, 2018a). A comunhão entre os celeiros presentes no MS se fez pela negligência para com os casos de indígenas contaminados por covid-19, na rescisão de contratos sem aviso prévio e no movimento de dificultar o acesso aos pagamentos referentes aos dias trabalhados (JOHNSON;

FARIA, 2020; CORREIO DA CIDADANIA, 2020). Assim, durante a pandemia, as contradições do capitalismo tomaram novos contrastes, o que corroborou a afirmação de Butler (2022, p. 85) que afirma que “a classe trabalhadora trabalha para viver, mas o trabalho é precisamente aquilo que precipita sua morte”.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018-2021) Especial Eleições 2022 (ABSP, 2022), no tocante aos povos indígenas do MS - estado com a segunda maior população indígena do país e a maior terra indígena Guarani e Kaiowá identificada pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) (ABSP, 2022; ALMEIDA, 2020) - as taxas de homicídios são alarmantes. Em 2019, o índice foi de 44,8/100 mil habitantes e foram contabilizados 40 homicídios, “liderando o ranking nacional com 35,4% dos homicídios de indígenas no país” (ABSP, 2022, p. 121). Os dados apresentados, embora datados e publicados no ano de 2022, não possuem atualização do período pandêmico, iniciado em meados de março de 2020.

Entre o emaranhado de linhas e dados do ABSP (2022), encontrei o Relatório ‘Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil’ do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), publicado em 2022, mas com dados do ano de 2021. As ligações entre os relatórios apresentam números significativos do território brasileiro. No cômputo geral, ocorreram 176 assassinatos distribuídos por todo o Brasil. Somente no MS, que ocupa a segunda posição, foram contabilizadas 35 vítimas, abaixo apenas do Amazonas com 38 mortes.

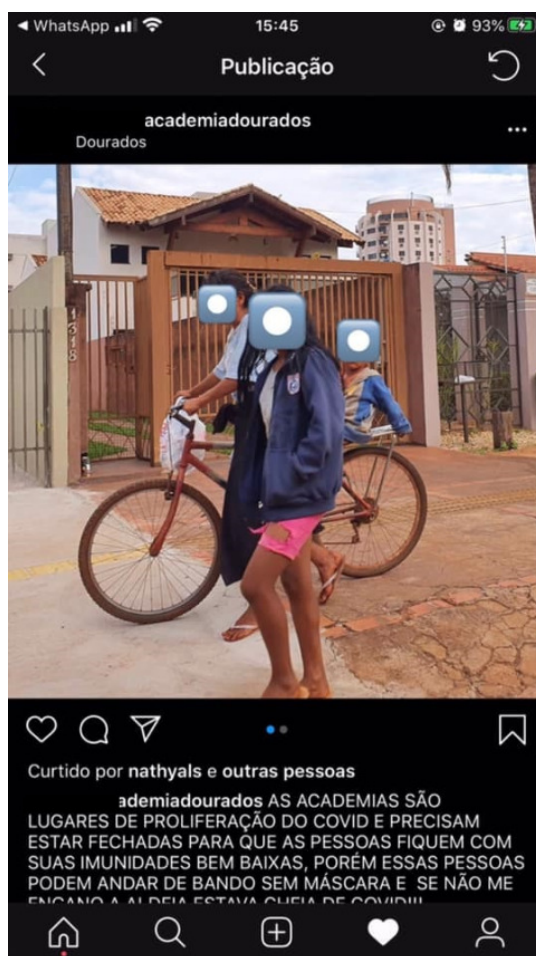
O relatório do CIMI traz, em detalhes, comentários publicados na internet que ilustram a violência recaída sobre os Guarani e Kaiowá (2022, p. 191):

São vários os ataques que têm sido desferidos contra os indígenas, principalmente em redes sociais. Em uma publicação, uma pessoa comenta: “isso mesmo, imuniza essa peste que não produz nada... Bando de cachaceiro” [...] Em outra ocasião, uma empresária de Dourados (MS) publicou nas redes sociais uma reclamação sobre academias fechadas devido à pandemia de Covid-19, mas com uma foto de indígenas para falar sobre a disseminação do vírus no município. Na publicação, ela relatou: “as academias são lugares de proliferação do Covid-19 e precisam estar fechadas para que as pessoas fiquem com suas imunidades bem baixas. Porém, essas pessoas podem andar de bando sem máscara e se não me engano, a aldeia estava cheia de Covid-19”.

O caso referente ao fechamento das academias devido à proliferação e o agravamento da pandemia de covid-19, em 2020, foi manchete do jornal douradense ‘O Progresso’ que disponibilizou o *print* do post sob a manchete “Academia é alvo de críticas

após postar foto de indígenas sem máscaras: “essas pessoas podem” (O PROGRESSO, 2020). A imagem 10, a seguir, com os rostos encobertos, está disponível na própria reportagem. Ao notar este cuidado do jornal em não identificar as pessoas, notei que podem existir motivos para esse esmaecimento das identidades. O protagonismo que se torna cada vez mais pulsante no meio jurídico, via Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>33</sup>, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Kuñangue Aty Guasu, traz à tona os cuidados, antes ausentes, no manejo, em notícias e reportagens, para com os povos indígenas.

**IMAGEM 10** – Publicação na rede social *Instagram*.



Fonte: Jornal O Progresso, 2020.

Em agosto de 2021, outra manchete estampava os jornais locais e nacionais. Raíssa da Silva Cabreira, uma criança (menina) indígena de 11 anos, foi vítima de “estupro coletivo” e depois jogada de um penhasco com cerca de vinte metros de altura

<sup>33</sup> Para facilitar o acesso de quem me lê, disponibilizo os sites das três entidades por mim citadas no corpo do texto. São eles, em sequência: <https://cimi.org.br/>; <https://apiboficial.org/> e <https://www.kunangue.com/>.



na reserva indígena de Dourados (RID) (CAMPO GRANDE NEWS, 2021a). As notícias trazem dados sobre a execução dos crimes e também chamam a atenção para as violências vividas pelos povos Kaiowá e Guarani. Segundo tal discurso dominante, em outra reportagem (CAMPO GRANDE NEWS, 2021b), cinco homens, após a consumação do estupro, teriam jogado a criança porque ela teria “prometido denunciar o estupro” (Ibidem, s/p). No mesmo mês, a pastora membra da ‘bancada evangélica’, Damares Alves e, naquele momento, ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo bolsonarista, chega à Dourados com o intuito de “discutir o aumento da violência nas aldeias indígenas, especificamente a de gênero em relação à mulheres e crianças” (CORREIO DO ESTADO, 2021, s/p).

A ex-ministra e atual senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves, não esconde em sua vinda à Dourados, os interesses neoliberais (capitalísticos) que compõem a agenda do então governo federal do genocida Bolsonaro. (Re)produtora de discursos genéricos, preconceituosos e criminosos nas fobias disseminadas, a ex-ministra, se coloca como contrária à “ideologia de gênero” e ao feminismo. Ela se diz feminina, e não feminista (R7, 2020). Para a ex-ministra o pensamento feminista e as políticas sociais que visam olhar para questões de gênero e sexualidade são ameaças diretas à “família tradicional brasileira”, com argumentos que giram em torno de propostas religiosas e reconfiguram a heterocisnormatividade com nuances neoliberais que visam o empreendedorismo da mulher como forma de liberdade (CAZARRÉ, 2022).

Os termos acima, citados entre aspas, recebem destaque não apenas por serem elementos importantes do discurso de Damares Alves. Durante a campanha para o cargo de presidência e ao longo do governo de Jair Bolsonaro, muito se falou (e ainda se fala, um dos efeitos de seu pleito) sobre essas categorias que causam pânico moral com o “objetivo [de] conter os avanços democraticamente conquistados pelas mulheres e minorias sexuais, colocando-as em risco” (CAMPOS; BERNARDES, 2022, p. 6). Esse discurso foi difundido estrategicamente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos numa configuração que “consiste em assegurar as hierarquias patriarcais” (Ibidem, p. 2) com base no medo e na aversão.

Nesta medida, esse discurso é uma reação violenta ao gênero, mas contraditoriamente, é ele próprio de uma “ideologia de gênero familista”, um sistema de ideias que mascara relações de opressão, naturalizando-as. A “ideologia de gênero familista” necessita negar o conceito de violência baseada no gênero, de caráter sistemático e enraizado nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres. A

aceitação social da subordinação feminina e o uso da violência para o controle dos corpos femininos vincula a presunção de que meninas são propriedade dos meninos e sem autonomia, pois seus corpos pertencem aos meninos (CAMPOS; BERNARDES, 2019). Ora, se a causa da violência vai mais além da mera intenção individual de um menino “desviante” e “mal formado”, o que, nos processos ideológicos, Marilena Chauí (1980) chama de inversão causa/efeito, a “ideologia de gênero familista” necessita esconder que a família é um lugar de violência. (Ibidem, p. 6).

Em sua visita às terras douradenses, entre falas e propostas, a pastora se esqueceu do nome de Raíssa, vítima do crime que impulsionou sua presença e também apresentou a justificativa de biossegurança para não visitar a Reserva Indígena das quais ocorreram os crimes (CORREIO DO ESTADO, 2022). As atitudes de Damares Alves não escondem o descaso com a violência e potencializam o seu olhar aos lucros do capital, uma vez que, durante seu pronunciamento, em outra visita à Dourados em janeiro de 2022, reiterou o que Bolsonaro já havia dito antes: “índios precisam trabalhar e ganhar dinheiro” (Ibidem, s/p).

O genocídio, tanto na lei brasileira (CF/1988), quanto no direito internacional (Tribunal Penal Internacional - TPI) é definido como práticas e intenções, em forma de homicídios, lesões de integridade física e ou mental, adoção, submissão e ou sujeição de condições precárias de existência que resultam na destruição de povos/grupos étnicos e raciais:

Ao analisar o Estatuto do Tribunal Internacional é possível se deparar prontamente com os crimes que são competências do tribunal: o crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e os crimes de agressão. O primeiro está previsto no artigo 6º do Estatuto que o caracteriza como:

[...] entende-se por "genocídio", qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
  - b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
  - c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
  - d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
  - e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.
- (FONSECA; SALIBA; LECHINEWSKI, 2022, p. 88-89).

O genocídio, agudizado pela pandemia, foi estruturado durante o governo de Jair Bolsonaro. As violações de direitos e a (re)produção de precariedade sistêmica

(BUTLER, 2018b) a partir da omissão deliberada, como apontam Luiz Eloy Terena e Deborah Duprat (2021), configuram os crimes de genocídio.

Seus membros morrem ou aqueles que sobrevivem se submetem a um processo de integração da cultura dominante, assimilando a linguagem e o sistema de valores do colonizador. O povo preexistente deixa de existir. Foi o que aconteceu com vários povos indígenas ao longo do projeto colonial. (TERENA; DUPRAT, 2021, s/p).

A reprodução observada por Federici (2020) demonstra a literalidade da produção de vida atrelada às condições necessárias para seu êxito que, quando cindidas pelo necrobiopoder (BENTO, 2018) do governo federal, promovem a infração dos direitos e consumação do possível, por que ainda não julgado, crime.

Giorgio Agamben, em “Reflexiones sobre la peste”, um de seus dois textos presentes na coletânea Sopa de Wuhan (2020, p. 135), sugere a hipótese de que a ‘praga’ sempre esteve presente. A ‘praga’ é o resultado das configurações capitalistas e necrobiopolíticas (BENTO, 2018) antes já existentes e potencializadas durante a pandemia de covid-19. Em 2018, durante uma visita à Dourados/MS, Jair Bolsonaro, que à época concorria à presidência pelo partido social liberal (PSL), disse:

Se eu assumir [a presidência do Brasil] não terá mais um centímetro para terra indígena” [...] Índio é nosso irmão, quer ser reintegrado a sociedade. **Índio já tem terra demais, vamos tratá-los como seres humanos**, tem índio tenente do Exército, presidente da Bolívia [Evo Morales], não quer viver em um zoológico. [grifo meu] (CAMPO GRANDE NEWS, 2018, s/p).

Considerando a precariedade um “aspecto do que é apreendido no que está vivo” (BUTLER, 2018b, p. 30), intensificar a precarização é induzir a vulnerabilidade e a exposição às condições violentas, causadas pelo Estado ou, então, por vias das quais o Estado não possui meios judiciais que proporcionem proteção e reparação (BUTLER, 2018a). A negação de território propõe a contínua desarticulação de um conjunto de fatores culturais referentes às dinâmicas de reprodução de vida destes povos. A criação de Reservas Indígenas às custas de invasões por parte de não indígenas no processo contínuo de colonização das terras originárias, com consequentes retomadas, bem como das poucas reintegrações de posses dos territórios homologados pelo governo federal, das quais Bolsonaro se refere como “terra demais” (CAMPO GRANDE NEWS, 2018), é reflexo de conflitos consequentes do processo civilizador advindo do Estado e da divisão proposta que beneficia empresas e fazendeiros (CRESPE, 2009). As reservas indígenas

fazem parte da história do MS, criadas antes da divisão dos Estados “entre os anos de 1915 e 1928”. (CRESPE, 2015, p. 130).

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 pelo decreto n° 8.072 de 20 de junho de 1910 (BRASIL, 1910). Os problemas enfrentados pelo SPI com a criação de reservas, a aliança com os interesses exploratórios gerada pela pressão das estratégias não-indígenas e os conflitos gerados pelo período militar brasileiro, a partir de 1964, enfraqueceram o órgão que, na década de 60, recebeu acusações de genocídio, corrupção e ineficiência frente às suas funções de proteção e integração indígena (PIB, 2022). Neste contexto, houve a criação e substituição para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela lei n° 5.371 de 5 de dezembro de 1967, “permanecendo as mesmas premissas políticas [...] voltada[s] para a integração progressiva e harmoniosa à comunhão nacional, de acordo com os interesses maiores do país” (BRAND; ALMEIDA, 2007, p. 1).

Colocar os povos originários sob a “égide do Estado” (Ibidem, p. 3) permite compreender que o status dado aos povos indígenas “estaria em trânsito para a categoria dos trabalhadores rurais” (Ibidem, p. 3). A criação de reservas e conseqüentemente a expulsão dos indígenas se deu “para abrir espaço para a criação de gado e para a agricultura extensiva” (CRESPE, 2015, p. 32), dando sentido à transitoriedade de status (BRAND; ALMEIDA, 2007) que estava ligada à transformação das culturas vistas como selvagens para a integração ao estado nacional:

As expulsões, a atuação do SPI, a criação dos postos indígenas, os deslocamentos forçados e a vida nas reservas marcam, para os Kaiowá, a chegada de um tempo que fez romper com o tempo antigo vivido pelos seus avós (*tamõi* e *jary'i*). Para os Kaiowá atuais, os antigos viveram um tempo bom em que havia à sua disposição tudo o que precisavam: terra, alimentos, água, lugar para plantar, caçar e realizar coletas. Nas matas e nos rios também viviam os donos (*jára*) de tudo que existia. Atualmente, os Kaiowá são marcados pela escassez das terras, conseqüentemente, a escassez de tudo que se produz nela. Com o desmatamento, muitos bichos e plantas desapareceram e, com eles, também foram embora os seus *jára*. A perda das terras, matas, rios e *jára* anunciam, para os Kaiowá, um tempo de desequilíbrio cosmológico e conseqüentemente, social. (CRESPE, 2015, p. 51).

As mesmas premissas (BRAND; ALMEIDA, 2007) esbarram em problemas antigos, sendo um deles a demarcação de terras. Embora a Constituição Federal de 1988 preveja o direito reconhecimento e demarcação de terras no País, este problema é há muito vivido pelos povos indígenas no Brasil. As políticas relacionadas a essa questão sempre

foram refratárias a esses povos e, no MS, há o agravamento de terras, reconhecidas ou em processo de reconhecimento, “impactadas pela ocupação agropastoril” (PEREIRA, 2010), bem como a desumanização dos indígenas sob aspectos capitalistas os quais não são compartilhados por esses povos. Dessa forma, o tratamento humanizado do qual Bolsonaro se referia expõe processos que maximizam os efeitos da precariedade induzida. Subjugar as vidas às condições de um sistema visceral e não compartilhado por povos originários não produz humanização.

### **2.3 São a vergonha e a dúvida do futuro do Brasil<sup>34</sup>**

Retomo os boletins pandêmicos a partir da discussão sobre a “incitação ao genocídio dos povos indígenas e ataques sistemáticos aos direitos socioambientais” discutida pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) e pela Comissão Arns (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 4, p. 7). A comunicação feita à instituição permanente do Estatuto de Roma, o TPI, se deu por sua função de “jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, complementar às jurisdições penais nacionais” (Ibidem, p. 4), vigente no Brasil desde 2002 (Ibidem, nº 2, p. 14). Nesse artigo do referido boletim, pontos como a violência direcionada aos povos indígenas, a degradação ambiental, formada por projetos estatais e privados, a mineração ilegal e a expansão do agronegócio, somadas ao desprezo do governo federal, promovem “a incitação ao cometimento de crimes contra a humanidade e genocídio contra os povos indígenas e tradicionais brasileiros” (Ibidem, p. 8).

O filósofo e teórico camaronês, Achille Mbembe, cunhou o termo necropolítica (2018) ao discutir as políticas de Estado que separam grupos sociais baseadas em critérios que gestam a vida. Em diálogo intenso com o filósofo francês Michel Foucault e suas categorias analíticas da biopolítica, bem como do racismo de Estado, o autor camaronês aponta a herança da colonização como base da estrutura racista advinda das instituições de poder, pois “a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político” (Ibidem, p. 27). A dominação resultante desta condição subjuga os corpos à “dominação absoluta” (Ibidem) e, assim, nessa divisão hierárquica entre raças humanas, as relações de poder controlam a vida e a morte.

---

<sup>34</sup> Mantenho o uso intencional do hino do MS no jogo de palavras que dá título às discussões seguintes. Dessa vez, substituindo as palavras ‘orgulho’ e ‘certeza’ por seus antônimos.

A produção de morte, segundo Mbembe, é “um meio para a verdade” (Ibidem, p. 14) que impulsiona o potencial de vida e segurança soberana que “consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver” (Ibidem, p. 20). Complementar à teoria de Mbembe, Berenice Bento (2018) estabelece um diálogo entre a noção de necropolítica de Achille Mbembe e a de biopolítica de Michel Foucault, propondo o neologismo “necrobiopoder”, que consiste na análise da gestão de cuidado da vida e na indução planejada e contínua de “zonas de morte” (BENTO, 2018, s/p). Segundo a autora, a própria governamentalidade<sup>35</sup> promove as consequências desta manutenção de poder conscientemente.

Voltemos à necrobiopolítica promovida pelo bolsonarismo. Durante a lida com os boletins, percebo que o MS protagoniza as discussões de racismo institucional e genocídio (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 2, p. 13), anteriormente citadas. Retomo-as para a análise da Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020 (BRASIL, 2020a) que previa a garantia aos povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais de acesso a serviços essenciais de forma urgente e gratuita em situação emergencial, dada a gravidade da pandemia de covid-19. Antes de ser sancionada, o ex-presidente da república Jair Bolsonaro tentou vetar alguns dos serviços presentes na Lei, como acesso à água potável, distribuição de materiais informativos sobre a covid-19 em línguas nativas, distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção de superfícies e acesso à internet nas aldeias e reservas (BRASIL, 2020b).

A situação de precarização dos povos Kaiowá e Guarani no MS se deve ao “discurso hegemônico local (eleitoral, político e econômico) como expressões que negam aos indígenas o reconhecimento de suas dinâmicas relacionais e transformacionais de seus modos de vida” (SERAGUZA; CARIAGA, 2019, p. 248). A abjeção causada pela falta de reconhecimento gera a perpetuação das carências estruturais (BUTLER, 2019a). A tentativa de veto ao acesso à água por parte do governo Bolsonaro me remeteu ao artigo de Ceres Gomes VÍctora e Antonio Leite Ruas-Neto (2011), “Querem matar os “últimos Charruas”: sofrimento social e ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades”.

---

<sup>35</sup> Seria a governamentalidade ou as “maneiras de governar” (CASTRO, 2009, p. 190) “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas [...] de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, 2008, p. 143) que conduzem dispositivos biopolíticos e desenvolvem “uma série de aparelhos específicos de governo” (Ibidem, p. 144). Compreender e analisar a governamentalidade é lançar luz às técnicas e aos procedimentos exercidos pelas relações de poder (CASTRO, 2009).

O título do artigo faz referência a uma frase sempre presente nos encontros das pesquisadoras com o grupo e ilustra a realidade dos desafios passados pela etnia Charrua, presente na área do Sul do Brasil - Rio Grande do Sul, que, durante/há muito tempo, foram/são hostilizados. Em seu histórico, assassinatos e sequestros aparecem como dispositivos de extermínio da etnia. Como relatado pelas autoras, em sequência, o primeiro se refere ao “assassinato de quarenta Charruas e o aprisionamento de tantos outros” (VÍCTORA; RUAS-NETO, 2011, p. 44) em 1831 pelo governo do Uruguai na Batalha de Salsipuedes; o segundo se refere ao sequestro em 1833 de quatro indivíduos Charruas para exposição numa espécie de “zoológico humano” na França (Ibidem).

O ‘sofrimento social’ discutido tem como destaque o desdém de instituições que possuem como função, em tese<sup>36</sup>, assegurar o atendimento de seus direitos humanos básicos como o acesso à água potável. A ausência deste insumo vital, presente no texto de VÍctora e Ruas-Neto, é um paradoxo, pois “se a água é vital por um lado, ela é também vista como potencialmente letal” (Ibidem, p. 54). Este paradoxo vivido e exposto pelos Charruas é similar ao que as etnias Kaiowá e Guarani vivem.

Em sua dissertação de Mestrado, o antropólogo Felipe Mattos Johnson descreve algumas situações vivenciadas pelos povos Kaiowá e Guarani. Destaco os “processos de encarceramento, repressão, opressão, judicialização ou violência sistemática.” (JOHNSON, 2019, p. 22) e “o envenenamento por agrotóxicos, resultante de ações criminosas de fazendeiros; o bloqueio do acesso de ambulâncias em áreas de retomada; mortalidade infantil, por desnutrição e doenças curáveis ou tratáveis.” (Ibidem), como pontos interpostos à citada lei (BRASIL, 2020a) que produzem distintas práticas necrobiopolíticas no solo sul-mato-grossense. Embora os vetos tenham sido rejeitados e tornados obrigatórios com força de lei (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b) pelo Congresso Nacional, o que se torna perceptível em meio à enorme crise sanitária que compunha e intensificava este cenário é que o veto à água, sob a justificativa apresentada, beneficia os interesses do agronegócio e sua agenda capitalista-neoliberal (FEDERICI, 2019).

Voltarei a partir do olhar interseccional (COLLINS; BILGE, 2021) às demais violências existentes no grande celeiro que é o MS. Trarei dados referentes aos recortes de gênero/sexualidade nessas terras descritas como “o orgulho e a certeza do futuro do Brasil” (MS, 2022). Destaco os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

---

<sup>36</sup> E desconsiderando a essência violenta e violadora do Estado.

(ABSP, 2022) em que o MS é citado como o 6º estado brasileiro com menores taxas de mortes intencionais e violentas em 2021, porém, quando analisamos os dados detalhadamente nota-se que, entre 2018 e 2021, o MS liderou as taxas de homicídio feminino e ocupou a segunda posição em taxas de feminicídio. Nesse mesmo período, as taxas relativas a estupro (e de vulnerável) também aumentaram. Além disso, o sociólogo André Luiz Faisting destaca, no Anuário, as chances dos números serem “subestimados em função da pandemia de covid-19” (Ibidem, p. 121).

Os destaques aos marcadores sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade se dão tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Como descrito por Faisting, o MS se localiza entre fronteiras que ultrapassam os “limites geográficos” sendo essas fronteiras também “internas, físicas e simbólicas” (Ibidem, p. 122), colocando corpos específicos no limite da violência e tornando-se um caso de segurança pública.

O jornal local ‘O Progresso’ divulgou, em julho de 2022, sob a manchete “Estatísticas de violência contra a mulher no Mato Grosso do Sul são alarmantes”, dados retirados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (Sejusp -MS) que demonstram que, durante o período pandêmico, houve um aumento significativo da violência contra a mulher, quando comparado com os anos anteriores:

Esse tipo de crime **feminicídio** tem aumento ao longo do ano de 2022, já que em comparação com o ano anterior foram registrados 32 assassinatos de mulheres. Se comparado os períodos de janeiro a junho dos dois anos, 2022 teve um aumento de 33,33% nos números de feminicídio em comparação com 2021. Este ano, em Dourados, foram registradas três mortes de mulheres em 2021 e um feminicídio. [Grifo meu] (O PROGRESSO, 2022).

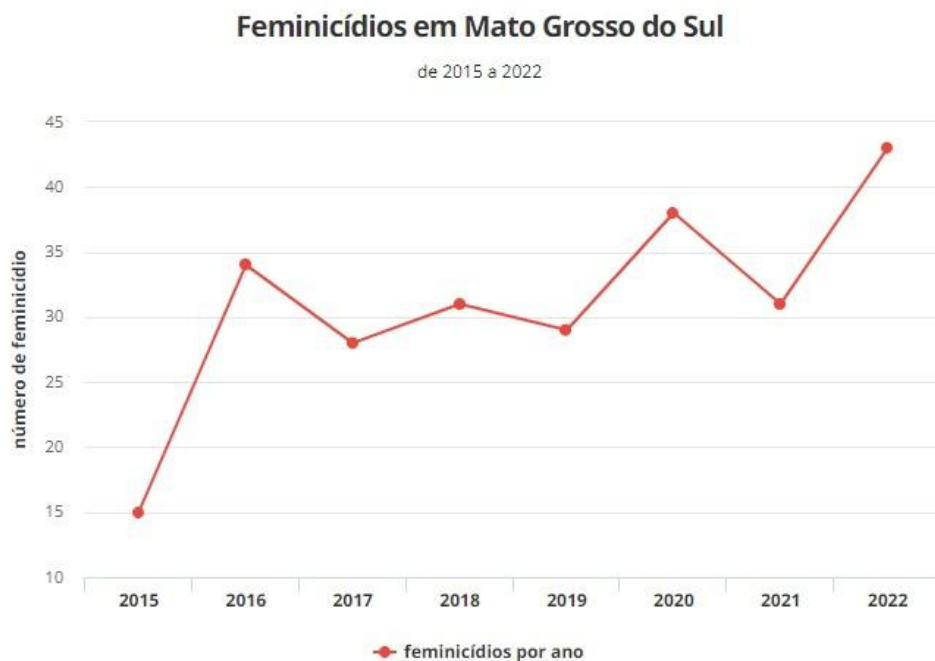
Os crimes de destaque da reportagem são feminicídio, violência doméstica e estupro. Houve um total de 1.864 registros de crime de estupro no MS somente no primeiro semestre de 2022 e, no mesmo período, sobre a violência doméstica, houve 10.783 registros. As informações quantitativas sobre o complexo conjunto de fenômenos violentos chamam a atenção para a violência estrutural da sociedade que se mescla à dominação masculina e suas garras patriarcais e capitalistas num “regime do horror” que é configurado por requintes de crueldade advindos de armas de fogo, homicídio e estupro (ROSSI; BECKER, 2019).

A chegada da primeira Casa da Mulher Brasileira (CMB) no MS em 2015 demonstra a urgência dos dados. Em 2022, o Estado “registrou 43 ocorrências de mulheres mortas por causa do gênero, maior número registrado anualmente desde a



criação da Lei do Feminicídio (nº 13.104), em 2015” (G1, 2022d, s/p). A referida lei prevê os crimes de homicídio simples e qualificado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015, s/p). E interpretando os dados disponibilizados pela reportagem (G1, 2022d), é possível perceber que a definição não se esgota nos crimes descritos. Estes, por sua vez, são ocasionados pelos meios de violências que incluem torturas, agressões físicas e verbais, estupros, ameaças e manipulações (Ibidem).

**IMAGEM 11** – Tabela quantitativa de feminicídios no MS.



Fonte: Sejustp

Fonte: G1, 2022d.

O feminicídio é, então, produto da ordem normativa e patriarcal que exprime o sexismo e a misoginia como ferramentas (re)produtivas do “regime do horror” (ROSSI; BECKER, 2019). O reconhecimento, segundo Butler (2018), é o resultado das condições que precedem o ato formulado por normas que operam e atribuem diferencialmente o *status* de reconhecimento. Nesse sentido, proponho pensar a misoginia e o sexismo como dispositivos que promovem a dificuldade de reconhecimento (re)produzidas pelo universo masculino.

O enquadramento que busca conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante um período, consegue fazer exatamente isso) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito. Essa própria reprodutibilidade, porém, demanda uma constante ruptura com o contexto, uma constante delimitação de novos contextos, o que significa que o “enquadramento” não é capaz de conter completamente

o que transmite, e se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo. Em outras palavras, o enquadramento não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna espécie de rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal de acordo com a qual se desloca de um lugar para outro. (BUTLER, 2018, p. 26).

Sugiro, então, que os atos violentos, são impulsionados contra os corpos portadores e (re)produtores de características do universo feminino por serem opostas ao universo masculino e, por isso, provocarem rupturas com esta universalidade. Como apreendido com Butler (Ibidem), não há enquadramentos definitivos e estáticos e, nesse sentido, a feminilidade provoca torções que, sob a ótica deste imaginário, precisariam ser detidas. Vamos então aos dados referentes à população LBTQI+. Utilizo os dados do Atlas da Violência de 2021 (CERQUEIRA, 2021 p. 64-65). Embora não localize os dados por estado, apontam uma diminuição de números relativos às denúncias de violência lesão corporal (Ibidem, p. 59), homicídios e tentativas (Ibidem, p. 60) no ano de 2019, se comparado aos anos 2017 e 2018. As variáveis de sexualidade e identidade de gênero apontam as pessoas homossexuais (Ibidem, p. 63) como as maiores vítimas (em valor bruto). Em 2018, um total de 4.136 casos foram registrados e, em 2019, 4.344. Os/as bissexuais têm o registro de 719 casos em 2018 e 986 em 2019 e uma categoria chamada ‘outros’ (Ibidem, p. 65) registram um total (bruto) de 92 casos, 40 em 2018 e 52 em 2019<sup>37</sup>.

Há uma particularidade presente nos dados sobre os casos de violências contra transexuais e travestis para além do número total bruto, em diferentes categorias. São elas: violência física, 3.758 em 2018 e 3.967 em 2019; Violência psicológica com 1.571

---

<sup>37</sup> Destaco que, em 2016, as intervenções neoliberais promoveram o impeachment da presidenta, eleita democraticamente, Dilma Rousseff. Trata-se de um momento em que o “país foi levado a uma crise monumental que, para além de seus determinantes econômicos principais, foi piorada conscientemente pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos” (BRAZ, 2018, p. 88). Este processo e a posse de Michel Temer trouxeram requintes próprios do sistema capitalista vigente. O cenário político-econômico-social do Brasil se viu atravessado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 que aprovou “o congelamento de investimentos por vinte anos, inclusive para a Saúde e a Educação” e a “contrarreforma da Previdência Social, que prevê desvinculação de pensões do salário mínimo, aumento da idade mínima e do tempo de contribuição” (Ibidem, p. 96). Assim, os direitos foram ameaçados, as políticas sociais públicas atacadas e a democracia fortemente abalada. Outro aspecto deste movimento foram os ataques machistas à primeira mulher eleita presidenta no país, referenciada como incapaz em meio a manchetes midiáticas agressivas e xingamentos misóginos. Não há que se esquecer dos adesivos colados nos tanques de carros em que apresentavam a figura de Rousseff com as pernas abertas. Por fim, com o desmonte social e econômico, demarco que esses dados apresentam também a processualidade dos efeitos neoliberais, nesse sentido, arrisco o palpite de casos subnotificados bem como a continuidade das violências que não só, mas desde então, intensificaram-se em solos brasileiros.

casos em 2018 e, em 2019, 1.784; e a tortura com 401 casos no total, 204 em 2018 e 197 em 2019. Essas subdivisões na apresentação dos dados se devem, em especial, à “diferença que tem o sócio performativo de cada gênero, afinal, as políticas de morte e o racismo vem em maior intensidade para as pessoas que não condizem com o sexo rei, isto é com as definições estatais” (ROSSI; BECKER, 2019, p. 170), que contornam o cotidiano de pessoas transexuais e travestis:

A condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas [...] Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”. (BUTLER, 2018, p. 53).

Em 2021, o estado de MS estreava nas telas dos cinemas mundo a fora, sob o título Madalena. O filme dirigido por Madiano Marcheti, ganhou prêmios (internacionais) como o de ‘melhor filme internacional’ no Festival Internacional de Cinema de Istambul e de ‘melhor direção’ pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) e hoje está disponível no catálogo de filmes e séries da Netflix. O reconhecimento do longa metragem não se deve somente (mas também) à direção, elenco (algumas pessoas que participaram são colegas meus de Dourados/MS) e produção, o sucesso está na representação cotidiana do interior do MS.

Caso você, leitor@, não tenha assistido, adianto que haverá *spoilers* a seguir. A cena sul-mato-grossense retratada a partir do sumiço e (também presunção de) morte de Madalena, uma travesti, contempla cotidianos outros que não se conhecem, mas se cruzam com o acontecimento, como o clássico *agrobóy*, a patricinha cis-heterossexual e a amiga, também travesti, de Madalena que cuida dos pertences que restaram desde o desaparecimento. O ponto pelo qual trago esta referência cinematográfica é: em meio às fazendas de soja, relações políticas, crimes distintos ao que vitimou Madalena, esses entendidos como reais e o cotidiano de interior. A morte de uma travesti não parece gerar comoções na rotina douradense/interiorana. As amigas, ao perceberem que a amiga estaria morta lamentam em resistência, permanecem unidas e conscientes do cenário e das consequências do peso de seus corpos. Há ali uma representação do que faz parte do cotidiano sul-mato-grossense.

Madalena representa as (sobre)vivências LGBTQIA+ no MS. A lógica comandante é a do lucro agro-patriarcalizado, não há porque sua morte ser chorada ou lamentada, sua morte ocorre porque é um projeto social de higienização e, ao acontecer, a preferência é que seja distante dos centros urbanos e fazendas, pois a exposição pode causar conflitos sociais e econômicos.

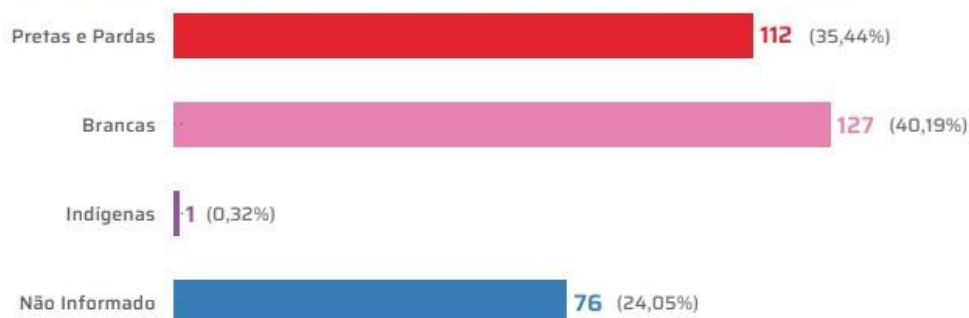
O Dossiê 2021 do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2022) demarca o Centro-Oeste – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – como a “macrorregião mais violenta comparativamente à sua população” (Acontece/ANTRA/ABGLT, 2022, p. 36) contabilizando 36 casos que equivalem a 2,15 em número de mortes por milhão de habitantes:

Áreas ligadas ao agronegócio são frequentemente identificadas como locais violentos, especialmente em função dos conflitos pela terra estabelecidos entre os exploradores e as populações tradicionalmente ocupantes desses locais. Chamamos a atenção para o fato de a região Centro-Oeste ter sido, justamente, a mais violenta em termos comparativos à sua população em 2021 [...] Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente o segundo e o terceiro estados mais violentos em termos proporcionais à sua população [...] ambos estados integram a macrorregião Centro-Oeste, uma área de expansão da fronteira agrícola brasileira caracterizada por elevados índices de violência, apesar de alguns indicadores socioeconômicos mais favoráveis, especialmente a renda média da população. (Acontece/ANTRA/ABGLT, 2022, p. 39-42).

No final de 2022, o jovem indígena Guarani e Kaiowá de 16 anos de idade, Cleijomar Rodrigues Vasques, foi assassinado e teve seu corpo jogado na rodovia próxima a sua comunidade, Limão Verde na cidade de Amambai, a pouco mais de 120km de Dourados, para simular um acidente de trânsito. Como consta na notícia disponibilizada pela Revista Fórum (2022), em 2022, outros dois jovens indígenas - Timi Vilhalva e Gabriel Rodrigues – também foram assassinados, “apontando indícios de haver um grupo de pessoas perseguindo e ameaçando as LGBTI+ indígenas que residem nesta comunidade” (Ibidem, s/p).

**IMAGEM 12** – Dados separados por marcadores sociais de raça e etnia no Brasil.

**RAÇA E ETNIA DAS PESSOAS LGBTI+ VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS NO BRASIL EM 2021**



Fonte: (Acontece/ANTRA/ABGLT, 2022, p. 23).

Referente aos dados com o recorte de raça e etnia, o dossiê apresenta as particularidades das pesquisas que encontraram “a significativa ausência de dados relativos à raça/etnia nas informações jornalísticas, especialmente nos segmentos gay, e ainda mais, no de travestis e mulheres transexuais” (Acontece/ANTRA/ABGLT, 2022, p. 23), apontando a “vulnerabilidade a que essas populações estão sujeitas quanto à violação de direitos” evidenciando a “omissão de dados como parte do processo social de exclusão e de morte das pessoas com identidades e sexualidades dissidentes da norma”:

Na análise detalhada por segmento LGBTI+, chamamos a atenção para a diferença de composição racial/étnica dos segmentos gays e travestis e mulheres transexuais. Entre os homens gays, predominaram as pessoas brancas (67) em relação às pretas e pardas (56). Já entre as travestis e mulheres transexuais, houve maior número de mortes de pessoas pretas e pardas (50) que de pessoas brancas (43). (Ibidem, p. 23).

Em 2022, o MS ocupou a 13ª posição “entre os estados brasileiros que mais matam pessoas trans” (MIDIAMAX, 2022, s/p). As informações presentes na notícia demonstram que, entre os últimos cinco anos, o estado subiu sete posições, ocupando, em 2017, a 20ª posição e em 2022 a 13ª (Ibidem). Como afirmado por mim e Simone Becker (2019), a hegemonia é imposta a partir da violência que (re)configura o *status* masculino normativo e que exclui as diferentes formas de ser e estar socialmente. O ocultamento, que no dossiê aparece como ausência de dados relevantes (Acontece/ANTRA/ABGLT, 2022), é um dispositivo regulador (FOUCAULT, 2018a) que opera na (re)produção de morte:

Morte não é apenas deixar de existir ou não ocupar mais espaço social, mas também é esquecimento e apagamento, queima de arquivo e reprodução de um sistema que se retroalimenta na dor do outro. Não se

define morte sem se pensar em dor. As ausências de direitos e de representações políticas em dadas esferas estatais podem significar a morte, uma vez que apenas quem vive vida viável utiliza tais acessórios. Vida não é apenas coração batendo e sangue pulsando em veias, mas também é direitos, é usufruir dos mecanismos sociais para que se tenha “dignidade”. (ROSSI; BECKER, 2019, p. 162).

No início de 2022, a transexual Cláudia Aparecida Linda, de 40 anos foi espancada por pai e filho na cidade de Mundo Novo, a 463 km da capital Campo Grande. “A tentativa de homicídio foi motivada por transfobia” (CAMPO GRANDE NEWS, 2022b, s/p). A presença de Cláudia foi o que motivou o ato de violência, como descrito na notícia (Ibidem, s/p):

Claudinha e o Sabugo haviam se encontrado antes, em uma lanchonete e [...] o suspeito disse que “ali não era lugar de viado”. Para evitar briga, a transexual foi embora. Mas os dois voltaram a se encontrar na tabacaria e Sabugo teria dito que “não queria viado olhando”. A transexual só retrucou: “Você que está na minha frente”. Sabugo partiu para cima dela, que revidou com garrafada. Claudinha foi embora. O homem foi embora e voltou armado. Testemunhas disseram que ele gritava: “Cadê aquele viado? Vou matar ele”. Em seguida, saiu e emboscou Claudinha, juntamente com o filho, agredindo a pauladas a transexual. (CAMPO GRANDE NEWS, 2022b, s/p).

Após ser internada em estado grave na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em um hospital de Dourados, Cláudia sobreviveu com sequelas de um traumatismo craniano severo (Ibidem). A presença de corpos como o de Cláudia é ameaçadora à norma. No capítulo 1 desta dissertação, relatei um dos casos de homofobia que me atravessaram em Dourados. Sem a intenção de comparar os efeitos e a gravidade do caso de Cláudia, gostaria de retratar o que cruza ambas as histórias: a presença que subverte os exercícios da cis-heteronormatividade em espaços (re)produzidos para seus iguais.

Nesse sentido, o MS se destaca por ações (políticas) em que reverberam o racismo de Estado como a definição e o direito de quem pode matar quem (MBEMBE, 2018). A população LGBTQIA+ é vítima do necro(bio)poder (MBEMBE, 2018; BENTO, 2018) que delimita as vivências e os espaços a serem ocupados a partir de divisões promovidas por ódio e nojo. (BENTO, 2014).

### 3. EU NÃO QUERO MAIS VIVER NO MUNDO DOS HOMENS<sup>38</sup>

*A mãe natureza está morrendo, ninguém está ganhando, eu não quero mais viver no mundo dos homens. Se você tem mãe, filha ou uma amiga, talvez seja a hora, hora de você compreender que o mundo em que você vive não é o mesmo que o delas, então não me castigue por não ser um homem.*

*Marina, Man's World.*

Apreendi durante a graduação, lendo Michel Foucault, que as relações de poder não são unilaterais e unicamente opressoras. Em outro momento, durante a dissertação, discuti que a existência do poder impele a existência de resistência (CASTRO, 2009). Este capítulo tem como objetivo apresentar as respectivas respostas e estratégias às relações e disputas de poder. Segundo Foucault (2018b), o poder não deve ser compreendido como “uma instituição nem uma estrutura” (Ibidem, p. 101), mas como um jogo relacional que está em todas as partes e em diferentes formas de agência e resistência.

Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis [...] por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 2018b, p. 104).

O Estado e suas ramificações nos colocam (ou nos fazem acreditar que estamos) em posição de desvantagem. A noção de corpos dóceis, proposta por Foucault (2014), é subproduto da rede construída para o controle que ao mesmo tempo nos infantiliza frente aos nossos próprios atos. Parafraseando Lélia Gonzalez (2020, p. 78), “infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos”. Por essa razão, trago, ao longo da dissertação, o diálogo com a arte, meio pelo

---

<sup>38</sup> Trecho e título da música intitulada *Man's World* da cantora inglesa Marina (anteriormente conhecida como Marina and the Diamonds), presente no álbum *Ancient Dreams In A Modern Land* lançado em 2021. A artista, que também é formada em psicologia, conta com mais de nove milhões de ouvintes mensais no canal de *stream* musical *Spotify* e, desde 2009, discute amor, sexo, gênero, sexualidade, sociedade e poder em suas produções. Seu alcance e sucesso globais contribuem para que a indústria internacional popular não perca de vista o caráter político presente na produção artística. A letra e a tradução estão disponíveis aqui: <https://www.lettras.mus.br/marina-and-the-diamonds/mans-world/traducao.html>. Acesso em nov. 2022.

qual acredito haver a produção de resistência em diversas formas de manifestação que recusam se render ao projeto que nos separa e controla. Complemento com a afirmação de Gonzalez: “neste trabalho assumimos nossa própria fala” (Ibidem, p. 78).

A arte neste trabalho é pensada e trazida à reflexão por seu poder subversivo. Presente em minhas memórias, recordo-me de músicas, filmes e artistas que contribuíram para a minha percepção social e construção subjetiva. São relações que me afetaram cotidianamente. Neste sentido, não tenho a pretensão de discutir o tema a partir, por exemplo, de teóricos como o filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1987). Tomo a liberdade neste momento de significar os efeitos da arte a partir das afetações que em mim emergiram pela etnografia.

Nascimento (2019) questiona sua própria especificidade enquanto antropóloga e coloca em perspectiva o modo como o corpo, e o conjunto de características que compõem sua materialidade e sua subjetividade marca(ram) “suas escolhas teóricas, pelos contextos socioculturais, políticos e históricos e pelas suas experiências de campo (NASCIMENTO, 2019, p. 461-462). A autora me inspirou a (re)pensar como a minha lida com a arte se fez e se faz presente neste trabalho e na minha vida. Crescer sendo um transviad@ fez com que, em alguns momentos, eu sentisse a necessidade de fuga de formas outras. Sair do campo das relações sociais e parentais era uma válvula de escape e descobrir o canal da MTV Brasil, alugar filmes e navegar na internet para ouvir músicas durante a minha infância, foi encontrar o meu primeiro refúgio consciente.

As novidades visuais e sonoras evidenciaram em mim a curiosidade e a potência que havia nas expressões corporais e estéticas. É inegável o caráter político que há na arte. Nunca me esqueci do beijo entre as cantoras Madonna e Britney Spears que, durante uma *performance* musical no canal norte-americano *MTV*, escrachou a homossexualidade. Madonna, inclusive, sempre esteve envolta de em polêmicas e 'cancelamentos' (termo contemporâneo para boicote) por utilizar de seu corpo e sua arte para apoiar a comunidade LGBTQIA+ e a liberdade sexual de mulheres. Com a antropologia e a etnografia, buscamos meios de compreensão de fatos, acontecimentos, costumes e ritos que muitas vezes desafiam a nossa sociedade (e por isso a tão discutida questão do estranhamento), ao mesmo tempo em que nos transformamos no exercício etnográfico.

Em campo, há a necessidade de mergulho. Desde a preparação inicial até os últimos momentos da pesquisa, a imersão afeta e proporciona reflexões. Estive durante



todo o mestrado acompanhado não somente de meus materiais de campo e meu notebook, mas também de músicas e filmes que, em meio a pandemia, acalentavam as agonias e contribuía para o meu trabalho, como é o caso da música título deste capítulo. Enquanto organizava papéis e anotações, uma *playlist* tocava aleatoriamente. Ao parar por um momento, me dei conta de que algo estava sendo comunicado – *Man’s World* - e então anotei rapidamente em meu caderno de campo algumas palavras presentes na música e destaquei com um marca-texto.

A letra da música comunica, essa é a função captada por mim. Apreendi que não querer viver no mundo dos homens é produzir agência e resistência e a demanda de Marina viaja pelo mundo, anunciando com seu alcance internacional. Na arte enxergo a valorização da diversidade e a possibilidade de sentir, imaginar e provocar. Assim retorno a Nascimento (2019) que propõe, baseada em teóricas feministas, uma reformulação etnográfica que expanda as reflexões e as corporeidades “não-dicotômicas, múltiplas, contraditórias, divergentes” (Ibidem, p. 469) e crie uma escrita transgressora.

O caráter político da música de Marina reflete o tempo presente, vivido e pulsante. Não mais viver no mundo dos homens é encontrar maneiras de existir que atravessam e enfraquecem o ideário criado e reforçado na repetição performativa constituída por técnicas materiais e subjetivas que estão atreladas às produções de feminilidades e masculinidades (BUTLER, 2017). As masculinidades hegemônicas, precisam ser postas em análise, pois, ao mesmo tempo em que são a “submissão ao modelo”, são também a “obtenção de privilégios do modelo” (WELZER-LANG, 2001, p. 464). A submissão incentiva os encaixes aos moldes limitantes que reverberam na repetição de ritos (hierárquicos que são) passados por gerações e se (re)constroem de acordo com o tempo.

O nosso inimigo em comum não é simplesmente a condição masculina, mas a sua projeção e reprodução atreladas ao sistema capitalista que resulta também em sofrimento psíquico (BUTLER, 2017; SAFATLE, 2020). O meu esforço está centrado em demonstrar como ser ‘homem’ está associado à construção em vias múltiplas da opressão que, embora beneficie alguns corpos e exclua outros, dentro dos moldes binários, ainda é sinônimo de violência para todas as partes envolvidas nas tramas relacionais.

A inteligibilidade dos gêneros é elemento da estrutura binária dividida em masculino ou feminino. O “ou” se faz em sintonia com as discussões que Simone Becker

(2011, p. 147) tece sobre as existências e vidas humanas contrárias àquelas das travestis enquanto inumanas.

Para tanto, penso que o ser humano que difere do inumano ou do abjeto aqui entendido enquanto o “indizível” (BUTLER, 2005, p. 24), se constitui ontologicamente por alguém ser homem ou ser mulher, por pertencer ao universo masculino ou feminino e nunca ser homem e ser mulher, masculino e feminino. (Ibidem, p. 147).

Segundo Butler (2017; 2019), não há essência que determine as expressões, mas sim um conjunto de repetições que operam subjetivamente, apresentando então a própria noção de gênero como produto da reprodução normativa:

A “nomeação” do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Wittig, “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós [...] ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais. (BUTLER, 2017, p. 200-201).

Amparado pelo social e suas exigências, os padrões aprisionam e conduzem os corpos a ideais supervalorizados:

Esta virilidade exigida dos homens para que cumpram ou realizem sua “essência” masculina é motivadora de tensões e conflitos permanentes, pois a mesma deve ser afirmada em toda e qualquer circunstância. Os homens acabariam assim por serem oprimidos por sua própria opressão. [...] Para ambos os sexos, portanto, há expectativas e cobranças sociais. Mais do que externos, esses valores são constitutivos dos percursos de subjetivação e se fazem presentes na experiência de ser um “homem” ou uma “mulher”, estabelecendo parâmetros pelos quais o sujeito se vivencia e se avalia. (ZANELLO; BUKOWITZ, 2011, s/p).

Então, a divisão e/ou oposição masculino ou feminino pautadas pelas conformidades e moldes de gênero “atuam nas interpretações dos indivíduos sobre si mesmos e sobre os outros” (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 239). Dessa forma, não corresponder às expectativas disciplinadoras de virilidade-masculinidade e sensibilidade-feminilidade gera sofrimento. Compreender a heteronormatividade como (re)produtora de violências e como direcionadora de opressões aos corpos femininos e subversivos é também buscar novas formas de compreensão que nos livram de amarras. A potência está na multiplicidade das performatividades e desconstruir as divisões é romper com os padrões excludentes.

Reitero os dizeres do filósofo espanhol, Paco Vidarte (2019, p. 26-27), que afirma:

Toda ética universal, no fundo, é absolutamente particular, é uma ética de classe, de povo escolhido, de héteros, de masculinos, de uma maioria que pretende impor uma ética particular – por muito majoritária que seja – a todos em seu próprio benefício e em prejuízo das minorias que não pertençam ao seu círculo de poder [...] as maiorias precisam de sua própria ética para defender seus privilégios, e as minorias precisam de sua própria ética para defender-se do assédio implacável que sofrem das maiorias.

Entendo ética, a partir de Vidarte (Ibidem, p. 19), como “código de valores” e “pautas de conduta” que, neste contexto, são medidas propostas pela heteronormatividade, mas não só, há também influências capitalísticas que se cruzam interseccionalmente com raça, etnia e classe<sup>39</sup>, questões estruturais operantes e significativas que impregnam “pouco a pouco as pessoas massivamente”. O MS tem uma ética própria a qual busquei problematizar nessa dissertação: uma ética baseada em violência(s) com fortes influências do agronegócio e da herança colonial que atualiza periodicamente a agenda necropolítica estatal (MBEMBE, 2018).

Vidarte (2019, p. 9-10) localiza os recortes da proposta de uma ética bixa:

Escrevo em primeira pessoa, a partir de uma situação subjetiva e de discurso bastante problemática, múltipla, contraditória, singular, sem me fazer porta-voz de ninguém. Como bixa é muito difícil, para mim, falar em nome de outras bixas, muito mais ainda em nome das lésbicas e das transexuais, porque estou convencido de que não se pode colocar todos esses grupos no mesmo saco, já que nossas situações de opressão e discriminação social são muito diferentes [...] Se finalmente me atrevi a ampliar o âmbito do meu discurso para além das bixas, terá sido seguindo as pautas de uma solidariedade LGBTQ.

Eu sou uma bixa ou um transviad@ e, independentemente da categoria escolhida ou posta, estou contra a norma e configuro a subversão em conjunto à comunidade. Não há exercício amplamente eficaz que não atravesse os coletivos. Nesse sentido, utilizo da ética bixa proposta por Vidarte (2019) como uma inspiração e “um dispositivo que desliga a corrente” (Ibidem, p. 9) em confluência com a “construção variável da identidade como um pré-requisito” ou como “um objetivo político” (BUTLER, 2017, p. 25). Trata-se de não presumir uma representação vítima das normas viscerais que fixam e limitam os corpos e na mesma medida “criar um mal-estar” (VIDARTE, 2019, p. 16).

---

<sup>39</sup> Dentre outros marcadores sociais da diferença.

Nós, pessoas marcadas socialmente a partir de dispositivos de diferença sexual, de raça-etnia e de classe, ao produzirmos resistência, estaríamos então produzindo uma ética contra a universalidade branca-cis-hetero-normativa-patriarcal? Segundo Vidarte (2019, p. 22) “uma ética bixa deveria recuperar a solidariedade entre os oprimidos, discriminados e perseguidos, evitando estar a serviço das éticas neoliberais” e, a partir dessa afirmação, eu diria que sim: a produção de uma ética bixa de resistência está ordenada por uma política que reduza o “sofrimento e os maus-tratos, a descriminalização, os insultos que nunca vão a julgamento” (Ibidem, p. 77).

A minha experiência, durante toda a pandemia e escrita desta pesquisa, foi maturada a partir das sensações aversivas provocadas com a vivência e manejo dos materiais das quais exemplificarei a seguir<sup>40</sup>. Os sentimentos de revolta e angústia integram meu exercício etnográfico (PEIRANO, 2014b, p. 5):

Esses sentimentos [...] nos acometem, nos assaltam no momento em que definimos, para nós mesmos, que estamos “em campo”. O “campo”, portanto, não está lá; ele está dentro de nós, e se as surpresas nos parecem, às vezes, meros acasos, é que deles é feita a vida. Muitas vezes, inclusive, somos surpreendidos pelo fato de que a vida parece imitar a teoria.

O trabalho da antropóloga brasileira Flávia Medeiros (2014) no Instituto Médico-Legal (IML) do Rio de Janeiro me vem à cabeça quando (d)escrevo meus sentimentos e afetações. A provocação etnográfica, experienciada por Medeiros, estremeceu não somente a teoria investida em seu exercício, mas também uma gama de relações que atravessaram sua persona a partir das reações tidas como respostas ao falar e fazer (d)a pesquisa, sua subjetividade, crenças religiosas e, sobretudo, a lida com a morte:

[...] ser antropóloga num espaço de construção da morte foi um experimento tanto quanto uma passagem. Para alguns, um risco junto aos mortos. Para mim, um rito junto aos vivos. Realizar o trabalho de campo, esse rito de passagem (DAMATTA, 1981), é necessário antropologicamente e implica a possibilidade de redescobrir formas de relacionamento social. Foi no IML, a instituição que consolida a linha de separação entre mortos e vivos, que me apresentei para tal rito da experiência antropológica do trabalho de campo. Lá estabeleci novas relações sociais e explorei minhas capacidades de percepção e compreensão sobre um meio ambiente desconhecido, sobre um mundo ocupado pelos vivos, mas que é representado como sendo dos mortos.

---

<sup>40</sup> Retomarei os boletins pandêmicos (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, 2020) para analisar alguns discursos que acompanharam as medidas e disputas políticas do Governo Federal vigente durante a pandemia.

E foi a imersão nesse universo social, o distanciamento das minhas próprias relações sociais para a constituição de outras, novas, que me permitiram passar pelas experiências que aqui descrevi e analisei sob o ponto de vista etnográfico. (MEDEIROS, 2014, p. 86-87).

A experiência adquirida e construída etnograficamente levou Medeiros a considerar a visão e o olfato como ferramentas “de organização nas relações no tempo e no espaço” e, por conseguinte, a desafiar a compreensão da “multiplicidade das percepções” (Ibidem, p. 79). Dessa forma, os diversos sentimentos que arrepiaram minha pele me provocaram a “reflexão sobre esses sentidos e sensações” que fazem “parte de um processo que me permitiu obter “a experiência etnográfica”” (Ibidem, p. 87). Passar pelo governo de Jair Bolsonaro e pelo contexto pandêmico foi sobreviver, literalmente, à astúcia das articulações necrobiopolíticas (BENTO, 2018) e também perceber as pulsões de vida que emergiam a partir da análise cada vez mais aguçada pelas experimentações.

A aversão (e/ou afetação) não é recente. Durante todo o ano de 2018, fui alvo de violências verbais. Entre xingamentos e ameaças, o nome de Jair Bolsonaro se fazia presente como justificativa. Durante um passeio ao *shopping* de Dourados, ao entrar em uma loja de roupas com minha amiga, me deparei com o olhar de desaprovação de um homem (branco e heteronormativo). Ao passar em minha direção, esse homem disse em tom baixo que nos encontraríamos no DOPS. A sigla refere-se à Delegacia de Ordem Política e Social, um órgão de repressão “cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra o regime militar” (PRIORI *et al*, 2012, p. 202).

A ascensão e a vitória de Jair Bolsonaro trouxeram novas configurações políticas e sociais. O populismo atrelado à sua liderança almejou mudanças e deixou marcas “como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido” (CESARINO, 2019, p. 534). Bolsonaro cresceu com sua “espontaneidade e coragem para falar a verdade diante de quem quer que fosse” que articulava discursivamente comportamentos e ideias “contra o “politicamente correto” defensor dos “bandidos” e cerceador da liberdade das “pessoas de bem” – e posteriormente, o combate cristão contra a “ideologia de gênero”” (Ibidem, p. 541).

A presença de Bolsonaro no contexto político e social brasileiro rapidamente mobilizou estratégias e símbolos que uniram e formaram uma identidade própria com o “povo” – parcela da população contemplada, porque identificada por seus discursos e práticas (CESARINO, 2020). Estrategicamente, a eleição de Bolsonaro reforçou o “antagonismo amigo-inimigo” (Ibidem, p. 99) visando “agregar e estabilizar um sistema líder-povo isolado de um entorno potencialmente ameaçador” (Ibidem, p. 102)

propagando “uma diluição ainda mais acentuada das fronteiras entre a esfera político-eleitoral e outros domínios da vida” (Ibidem, p. 112).

Chego à “Linha do Tempo da Estratégia Federal de Disseminação da Covid-19” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº10, 2020, p. 6-31). Ela está dividida entre “Atos Normativos” que incluem a edição e os vetos de autoridades e órgãos; “Atos de Obstrução da Resposta” que são as respostas estaduais e municipais à pandemia e o meu destaque à categoria “Propaganda” onde está o

discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19. (Ibidem, p. 6).



Fonte: (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 10, 2020, p. 8-31)<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> Disponível em melhor resolução aqui: <https://www.conectas.org/publication/>.

Em 17 março de 2020, primeiro mês da pandemia em terras brasileiras, durante entrevista à rádio Tupi, Jair Bolsonaro declara: “O que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº10, 2020, p. 8). Doze dias depois, enquanto passeava em Brasília, o ex-presidente diz: “O vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia” (Ibidem, p. 9).

A (re)produção das resistências sempre coube a grupos que enca(ra)ram na linha de frente o combate à desigualdade em momentos de crise. Segundo Foucault (2018, p. 360), “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”. A necrobiopolítica do governo bolsonarista foi afrontada pela resistência inventiva dos povos indígenas que sustentaram as barreiras sanitárias em seus territórios, e também vencendo no STF, obrigando a União a apresentar o plano de “enfrentamento e monitoramento da Covid-19 para os povos indígenas” (REPÓRTER BRASIL, 2020). As barreiras foram apoiadas por “ações não governamentais, associações e representantes da sociedade civil” (REPÓRTER BRASIL, 2020, s/p). Segundo o antropólogo Kaiowá e integrante da Assembleia Aty Guasu, Tônico Benites, a força do Ministério Público Federal (MPF<sup>42</sup>) não era reconhecida pela polícia.

Os cuidados coletivos associados aos conhecimentos tradicionais, espirituais e a auto-organização Kaiowá e Guarani são dispositivos de resistência que confrontam “a banalização da pandemia” e a “política genocida do Estado brasileiro” (ALZIRO; MONFORT, 2022, p. 605). As dinâmicas coletivas e autônomas dos povos indígenas descentralizam e alertam os perigos advindos da modernidade colonizadora capitalista (JOHNSON; FARIA, 2020). Se o discurso bolsonarista disse que era preciso enfrentar a pandemia “como homem” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 10, 2020, p. 8), neste trabalho suponho que a eficácia estaria no enfrentamento às violências estruturais como diariamente fazem os povos indígenas.

---

<sup>42</sup> O MPF atua como parceiro e/ou como agente estatal no contexto em discussões que envolvem interesses das pessoas e das comunidades indígenas, tal como dispõem os artigos 231 e 232 da CF de 1988. Há que se falar que tal atuação não se confunde com a tutela até a Constituição de 1988 ter sido promulgada, por exemplo, com determinados ditames do Estatuto do Índio.



A agência indígena no MS, frente às controvérsias advindas das medidas de isolamento social, colocou em perspectiva a sua adoção e eficácia, visto que não estiveram no escopo proposto pelo Estado. Os padrões científicos a respeito da pandemia e seu alastramento não foram capazes de esquivar as “distinções socioeconômicas, culturais, políticas, ambientais, coletivas ou mesmo individuais” (SEGATA *et al*, 2021, p. 8). O ex-presidente Jair Bolsonaro, e seu governo, nunca foi capaz de esconder seu desdém em relação às populações vulneráveis e construtoras/propagadoras de subversão. Embora durante a pandemia, o seu discurso classista, racista e machista tenha tido grandes consequências não foi capaz de afogar a agência e a produção de vida subversiva.

Não vamos enfrentar as mazelas sociais ‘como homem’, vamos enfrentar como putas. Monique Prada, a Putafeminista (2018, p. 74) nos ensina que o “empoderamento como construção individual” é uma questão potencializada e “verdadeiramente transformadora” quando se torna coletiva. Em meio às crises intensificadas pela pandemia, as putas “tiveram que voltar às ruas mesmo sabendo do alto risco de se infectarem” (UOL, 2021). A manchete “Sem beijo, de máscara: prostitutas criam regras para trabalhar na pandemia” disponibilizada pelo site UOL em março de 2021, um ano após o início da pandemia, ilustra alguns dilemas enfrentados pela classe trabalhadora sexual.

Ao kit de cuidados que carregam para evitar as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), com camisinha e gel lubrificante, acrescentaram a máscara e passaram a sair de casa com até cinco peças de roupas para trocar após os programas. Além disso, estabeleceram regras para a relação sexual: os clientes não podem beijá-las e elas precisam ficar de costas durante o ato. Quem se recusa a seguir o protocolo é posto para fora do quarto, garantem elas (UOL, 2021, s/p).

Além do uso de equipamentos de segurança individual, Maria Elias que é trabalhadora sexual e foi entrevistada comenta que houve a organização e distribuição de materiais com protocolo de higienização e incentivos de cuidado com relação ao vírus. Segundo Butler (2022), a pandemia colocou em jogo a sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores pobres apresentando as contradições do capitalismo como “aquilo que precipita sua morte” (Ibidem, p. 85). As “condições pandêmicas” esracharam a importância da saúde da economia ao mesmo tempo em que intensificaram os descasos com as “condições de segurança” de populações marginalizadas.

O fim do mundo já é experienciado por corpos subversivos há muito tempo. Vidarte (2019, p. 74) provoca ao demonstrar que a homofobia não é simplesmente ser

chamado de “bixona”, a preocupação com a verdadeira opressão, inspirado pelos dizeres do autor e estendidos por mim, é não ter condições propícias para a reprodução de vida. Lutar contra os ideais formados por leis que não nos contemplam está circunscrito no exercício de resistência pautado por uma nova ética. E parafraseando Krenak (2019, p. 31), “Por que tanto medo assim de uma queda se a gente não fez nada nas outras eras senão cair?”

Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra. Então, que a gente pare de despistar essa nossa vocação e, em vez de ficar inventando outras parábolas, que a gente se renda a essa principal e não se deixe iludir com o aparato da técnica.

Em maio de 2020, com 155,939 casos acumulados e 3,877 óbitos de covid-19, Bolsonaro em discurso no Palácio do Planalto dizia "Lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar nenhum aqui..." (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 10, 2020, p. 13).

## (IN)CONCLUSÕES

*Pelo fogo: transmutação, sem afago, lapidando o aprendiz.  
O que sobra é cicatriz, A sustentação é que a manhã já vem,  
logo mais amanhã já vem.*

*Pitty, Serpente<sup>43</sup>.*

A epígrafe de Pitty, cantora brasileira, é trecho da música Serpente, por ela composta. A escolha da música e dessa passagem específica se dá na medida em que esperar pelo amanhã é também acreditar na força das lutas que provocam mudanças nas estruturas sociais.

Ao longo desta pesquisa, a conclusão se fez cada vez mais explícita, como se fosse uma espécie de hipótese (principal): o Estado nas mãos de Jair Messias Bolsonaro intensificou a existência das violências e, por conseguinte, as execuções das mortes. A pandemia disparada pelo coronavírus agudizou a precarização de determinadas vidas em relação a outras. Essas, por vezes, repetidas como “minorias” de acesso a direitos, a informações (...).

Há que se (re)lembrar do caso de Miguel Otávio de Santana, que faleceu após a queda de uma cobertura de luxo na cidade de Recife, estado de Pernambuco, no mês de junho de 2020. Em plena pandemia. Miguel, cinco anos de idade, era filho de Mirtes Renata de Souza, empregada doméstica contratada por Sari Corte Real. Sari se descuidou de Miguel, enquanto sua mãe passeava com o cachorro da família, que caiu do nono andar do prédio. “No país negro e racista, no coração da América Latina”, como canta Adriana Calcanhoto<sup>44</sup>, não há sentença que coloque a branquitude na cadeia. Nos dizeres de Mirtes. para o Portal Geledés, “se fosse ao contrário, com certeza eu estaria presa desde o primeiro dia” (GELEDÉS, 2022, s.p).

Nesta pesquisa, além dos resultados obtidos, busquei trazer a (re)memoração de acontecimentos que refletem as (in)conclusões, para que não esqueçamos as atrocidades

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.letras.mus.br/pitty/serpente/>. Acesso em fev. 2023.

<sup>44</sup> Música composta e interpretada pela cantora brasileira influenciada pelo crime que ocasionou a morte de Miguel Otávio. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/adriana-calcanhoto/2-de-junho/>. Acesso em mar. 2023.

que nos contornam nos racismos, nas LGBTQfobias e nos machismos tão estruturais de nossa sociedade brasileira.

Voltemos aos boletins da pesquisa coordenada pelo CEPEDISA/USP (em parceria com outras entidades), que foram os principais disparadores para as análises sobre práticas necrobiopolíticas do governo federal brasileiro, durante a pandemia da covid-19. Na edição de nº 3 (CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS, nº 3, 2020, p. 8) a discussão esperançava a chegada da vacina com o título “Quando a vacina chegar” no mês de agosto, cerca de cinco meses após o início da pandemia. O texto informa que, com os resultados das pesquisas, o Brasil já abandonava as diretrizes enquanto promovia “uma flexibilização um tanto quanto açodada e mal planejada das medidas conhecidas e preconizadas pela OMS como as mais adequadas para a contenção da pandemia” (Ibidem). Entre as inúmeras normas aprovadas, apenas cinco eram sobre a vacina e, neste período, algumas formulações já estavam sendo desenvolvidas e testadas em países como a China e a Inglaterra (Ibidem).

Paul B. Preciado (2020), ao refletir sobre aspectos da pandemia provocada pelo coronavírus, baseia-se na biopolítica foucaultiana, apontando o controle do dispositivo a partir de atos de proteção que definem qual comunidade será sacrificada para que outras exerçam sua soberania. Em alguns momentos ao longo do texto desta dissertação, citei a coletânea “Sopa de Wuhan” (AMADEO, 2020), obra destinada à veiculação de reflexões de diversos intelectuais sobre a pandemia, tão logo ela foi anunciada. Aqui, nesse momento conclusivo com reticências, destaco, da coletânea, o conceito de praga que o filósofo Giorgio Agamben traz para aproximá-lo do exposto por Paul B. Preciado (Ibidem).

As consequência das amarras capitalistas e necro(bio)políticas (MBEMBE, 2018; BENTO, 2018) são definidas como praga e saliento, a partir de Preciado (2020) que a reprodução do vírus é uma forma de dominação estatal e necropolítica que já era existente mundo a fora (ibidem). A imunização não é um feito exclusivamente biológico, ao contrário, a imunidade é construção que se dá de maneira coletiva na junção da ciência e da sociedade que adere graças às políticas públicas à vacinação. A ingestão de algo ‘estranho’ no corpo demanda a confiança que é produzida nessa relação com o poder público.

Pouco antes do fim deste trabalho, em meados de março de 2023, recebo a notícia da CNN Brasil (2023) que expõe, após entrevista do Ministro da Controladoria-

Geral da União, Vinicius de Carvalho, que a “existência de uma troca de ofícios entre a CGU e o Ministério da Saúde” (Ibidem, s/p) daria indícios de uma possível dose de vacina (Janssen) tomada por Jair Messias Bolsonaro. A notícia destaca que uma investigação está sendo feita, uma vez que apenas o registro não é suficiente para confirmar o fato. Em dezembro de 2020, como relata o boletim nº 10, durante um comício cheio de apoiadores sem máscaras, o ex-presidente declarou “Eu não vou tomar vacina e ponto final. Minha vida está em risco? O problema é meu” (CEPEDISA/USP/CONNECTAS, 2020, nº 10, p. 24).

A negação da pandemia e as consequências deste tipo de governo reverberavam, no mês da declaração, 181,123 óbitos e um total de 6,880,127 de casos acumulados (Ibidem). Percebamos, portanto, que há indícios de que Bolsonaro tomou a vacina. Quem tanto criou obstáculos para que vidas precarizadas fossem salvas da pandemia, quem tanto negou os efeitos da vacina, provavelmente se vacinou. Como diria Preciado (2020, p. 167), “dime cómo tu comunidad construye su soberanía política y te diré qué formas tomarán tus epidemias y cómo las afrontarás”<sup>45</sup>.

Sem pretensões conclusivas, o trabalho deixa questões e reflexões sobre o passado, o futuro e também sobre as relações de poder que atravessam as vidas múltiplas precarizadas ainda mais pelas ações e omissões estatais. Está explícito que o Estado e suas instituições não fornecem os meios adequados para a reprodução social de vida e o compromisso em matar, violentar e dominar não resultaria de outra forma que não a necro(bio)política tão pulsante em tempos como os que vivemos (MBEMBE, 2018; BENTO, 2018).

Provocado pelos resultados desta dissertação, mantenho o interesse analítico em trabalhos futuros que poderão destrinchar de outras maneiras e também de forma mais minuciosa os efeitos advindos das (re)produções de morte cada vez mais agudizadas a partir de políticas neoliberais estatais. Por fim, proponho que a ligação entre as esferas de poder do Estado, somadas às mazelas (re)produzidas pelo heterocispatriarcado colonizador, são responsáveis pela desgraça que assola antes, durante e agora (ou depois) da pandemia. Há que se ter atenção aos inimigos em comum para que a luta e a resistência construam novos caminhos de (re)produção de vida.

---

<sup>45</sup> Em tradução livre: Diga-me como a soberania política de sua comunidade é construída e eu direi como as epidemias serão controladas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021 Especial Eleições 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em set. 2022.

ACONTECE - Arte e Política LGBTI+; ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais; ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. 2022, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencis-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em jan. 2023.

AGAMBEN, Giorgio. La invención de una epidemia. In: AMADEO, Pablo (ed.). 2020. Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatório). 188 p. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/defil/wp-content/uploads/sites/67/2020/05/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>. Acesso em out. 2022.

AGEPEN-MS. 2022. Penitenciária Estadual de Dourados. Disponível em: <https://www.agepen.ms.gov.br/penitenciaria-estadual-de-dourados/>. Acesso em set. 2022.

ALLRAM, Renata Lemes; DA MAIA, Gabriela Felten. Políticas assistenciais e a produção de sujeitos vulneráveis: o processo de desinstitucionalização produzindo zonas de abandono social. **Revista Ñanduty**, v. 7, nº 10, 2019. p. 50 a 73. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/nty.v7i10.10297>. Acesso em dez. 2022.

ALMEIDA, Ellen C. de. “Reservas” e “Terras Indígenas”: as alterações vivenciadas pelos Kaiowá de Dourados-Amambaipagua I no Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: [https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=69](https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=69), Acesso em set. 2022.

ALZIRO, Germano Lima; MONFORT, Gislaine. Corpos-Territórios em resistência nas retomadas Kaiowá e Guatani: quando a terra se levanta contra os solos devastados pelo agroextrativismo. **Terra Livre**, v. 1, nº 56, 2021. p. 580-620. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2088>. Acesso em fev. 2023.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Plano do governo contra Covid-19 nas aldeias deixa de fora 70% das terras indígenas. 18/08/2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/08/18/plano-do-governo-contra-covid-19-nas-aldeias-deixa-de-fora-70-das-terras-indigenas/>. Acesso em jul. 2022.

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme R. Um urbano pra lá de rural: as particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, nº 30, jul-dez. 2018. p. 56-68. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13228>. Acesso em nov. 2022.

ANTUNHA B. Pablo; MURA, Fabio. Construindo e reconstruindo territórios Guarani: dinâmica territorial na fronteira entre Brasil e Paraguai (séc. XIX-XX). **Journal de la Société des Américanistes**, v. 97, nº 97-2, 2011. p. 287-318. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/jsa.11963>. Acesso em dez. 2022.

BBC NEWS BRASIL. Queimadas no Pantanal: muitas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios. 15/09/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54159499>. Acesso em set. 2022.

BECKER, Simone. *Dormientibus non socurrit jus!* (o direito não socorre os que dormem): um olhar antropológico sobre rituais processuais judiciais (envolvendo o pátrio poder/poder familiar) e a produção de suas verdades. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BECKER, Simone. Entre a história e o direito, entre humanos e inumanos: o que é que o discurso jurídico tem que só ele detém. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 3, nº 9, 2011. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Rbhr\\_Anuh/article/view/30369/15949](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Rbhr_Anuh/article/view/30369/15949). Acesso em fev. 2023.

BECKER, Simone; LEMES, Hisadora Beatriz G. Vidas vivas inviáveis: Etnografia sobre os homicídios de travestis no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. **Revista Ártemis**, v. 18, nº 1, 2014. p. 184-198. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/22545>. Acesso em ago. 2022.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos. “Onde fala a bala, cala a fala”: resistências às políticas da bancada da bala, do Boi e da Bíblia em MS. **(Em)cena**, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://encenasaudemental.com/post-destaque/onde-fala-a-bala-cala-a-fala-resistencia-as-politicas-da-bancada-da-bala-do-boi-e-da-biblia-em-ms>. Acesso em jun. 2022.

BECKER, Simone. Observatório dos rastros de mulheres travestis, transgêneros, negras e indígenas, dentre as que(m) restaram das guerras pós-tempo Covid-19 (e suas mutações), através das prisões e das Universidades de Dourados/MS (e cercanias). Projeto de pesquisa com bolsa de produtividade PQ de 2021 a 2024. Mimeo, 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política, volume 1. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades. v. 3, nº 04, 2012. p. 95-112. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298>. Acesso em set. 2022.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **CLAM**. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 4 jun. 2014. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf). Acesso em ago. 2022.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, nº 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Acesso em set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, 1986. p. 69-72. Tradução de Olívia Alves Barbosa.

BRAND, Antônio; DE ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja. A ação do SPI e da FUNAI junto aos Kaiowá e Guarani, no MS. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas Interethnica**, v. 11, nº 1, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e aprova o respectivo. 1910. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d8072.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm). Acesso em nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Brasil: Senado Federal, 2020a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32440002/publicacao/32605734>. Acesso em maio 2022.

BRASIL. Lei Nº 31, de 11 de outubro de 1977. É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-norma-pl.html>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL. Veto nº 27/2020. Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas e medidas de apoio a diversas comunidades. Brasil: Congresso Nacional, 2020b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/13425>. Acesso em maio 2022.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 128, 2017. p 85-103. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Acesso em fev. 2023.

BRITO, Débora. Tereza Cristina é confirmada para o Ministério da Agricultura. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bancada-ruralista-indica-tereza-cristina-ao-ministerio-da-agricultura>. Acesso em nov. 2022.



BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade; tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de S. T. M. Lamarão e A. M. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. Tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo edições, 2019a.

BUTLER, Judith. Vida Precária: Os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, Judith. Que mundo é esse? Uma fenomenologia pandêmica. Coordenação de tradução por Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. Entrevista com Christine Hine. **MATRIZES**, v. 9, nº 2, 2015. p. 167-173. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p167-173>. Acesso em ago. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2018. Em Dourados, Bolsonaro volta a atacar demarcação de terras indígenas. 08/02/2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/em-dourados-bolsonaro-volta-a-atacar-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em set. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2020a. Índios trabalhavam sem proteção contra vírus e em alojamento sujo em MS. 02/07/2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-trabalhavam-sem-protecao-contravirus-e-em-alojamento-sujo-em-ms>. Acesso em ago. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2021a. Criança é estuprada e morre jogada em pedreira. 09/08/2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/crianca-e-estuprada-e-morre-jogada-em-pedreira>. Acesso em nov. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2021b. Criança é estuprada e morre jogada em pedreira - Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/crianca-e-estuprada-e-morre-jogada-em-pedreira>. Acesso em nov. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2022a. Bombeiro denunciado por morte de adolescente indígena é absolvido. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/bombeiro-denunciado-por-morte-de-adolescente-indigena-e-absolvido>. Acesso em set. 2022.

CAMPO GRANDE NEWS. 2022b. "Por que fizeram isso comigo?": transexual agredida a pauladas terá sequelas. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/por-que-fizeram-isso-comigo-transexual-agredida-a-pauladas-tera-sequelas>. Acesso em jan. 2023.

CAMPOS, Carmen H. de; BERNARDES, Márcia N. Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**. v. 30, nº 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n373882>. Acesso em jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli A. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CASTRO, Edgardo Vocabulário de Foucault Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores/ Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAZARRÉ, Marieta. Governo lança programas de proteção e incentivo às mulheres. Agência Brasil. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-03/governo-lanca-programas-de-protecao-e-incentivo-mulheres>. Acesso em nov. 2022.

CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS. Direitos na Pandemia; mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, Boletim nº 1, 08/07/2020. (Boletim de difusão científica).

CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS. Direitos na Pandemia; mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, Boletim nº 2, 23/07/2020. (Boletim de difusão científica).

CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS. Direitos na Pandemia - mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, Boletim nº 4, 27/08/2020. (Boletim de difusão científica).

CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS. Direitos na Pandemia - Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, Boletim nº 6, 14/09/2020. (Boletim de difusão científica).

CEPEDISA/USP/CONNECTAS/CONASS. Direitos na Pandemia - Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, Boletim nº 10, 20/01/2021. (Boletim de difusão científica).

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista De Antropologia**, 2019, v. 62, nº 3, p. 530 - 557. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>. Acesso em fev. 2023.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, nº 1, p. 92-120, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%CC%A7a%CC%83o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em fev. 2023.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2021. 2022 Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em dez. 2022.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado – Pesquisas de Antropologia Política*. Tradução de Theo Santiago; Prefácio de Tânia Stolze Lima e Marcio Goldman. São Paulo: UBU editora, 2017.

CNN BRASIL. 2020a. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em nov. 2022.

CNN BRASIL. 2020b. “Brasil é o país que mais preserva seu meio ambiente”, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-o-pais-que-mais-preserva-seu-meio-ambiente-diz-bolsonaro/>. Acesso em set. 2022.

CNN BRASIL. 2023. À CNN, ministro da CGU confirma registro de vacinação de Bolsonaro contra Covid. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-cnn-ministro-da-cgu-confirma-registro-de-vacinacao-de-bolsonaro-contr-covid/>. Acesso em fev. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREIO DA CIDADANIA. 2020. “É evidente a relação entre o avanço do vírus nas aldeias guarani e as grandes empresas”. Disponível em: <https://www.correio-cidadania.com.br/social/14214-e-evidente-a-relacao-entre-o-avanco-do-virus-nas-aldeias-guarani-e-as-grandes-empresas>. Acesso em dez. 2022.

CORREIO DO ESTADO. 2021. Damares cumpre compromissos públicos e inventa 'desculpa' para não visitar aldeia indígena de Dourados. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/em-dourados-ministra-desvia-de-visita-em-aldeia-indigena/390139>. Acesso em nov. 2022.

CORREIO DO ESTADO. 2022. Damares não vai à aldeia em Dourados, mas diz que governo mudará políticas públicas para os indígenas. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/lancando-programa-para-indigenas-damares-nao-vai-a-aldeia/395961>. Acesso em nov. 2022.

COVID-19. In: VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (VOLP) [online], 2022. Disponível em: <https://www.volp-acl.pt/index.php/item/covid-19>. Acesso em out. 2022.

CRESPE, Aline C. Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados – MS (1990 – 2009). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2009.

CRESPE, Aline Castilho. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekohá à reserva, do tekohará ao tekoha. 2015. Tese (Doutorado em História - História Indígena) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2015.

CUNHA, Olívia M. G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, out. 2004, p.287-322. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25162.pdf>. Acesso em ago.2022.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, nº 27, p.1-12, 1978.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana* [online]. v. 6, nº 1, 2000, p. 7-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132000000100001>. Acesso em set.2022.

DAMATTA, Roberto da. A casa e a rua. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de campo**, v. 13. 2005, p. 155-161.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e a acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista; tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Pandemia, Reprodução e Comuns. Outras Palavras, 2020. Tradução de Tadeu Breda. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/pandemia-reproducao-e-comuns/>. Acesso em fev.2022.

FONSECA, Andrei D.; SALIBA, Maurício G.; LECHINEWSKI, Renata E. in NASCIMENTO, Arthus R. do; LUIZ, Valesca L. L. Dimensões da justiça em leituras interdisciplinares. São Paulo: LiberArs, 2022.

FONSECA, Claudia. O anônimo e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**. v. 2 nº 1 e 2 (2007), 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12109>. Acesso em ago.2022.

FOUCAULT, Michel. "Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze". In: A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976); Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

G1. 2020. Queimadas no Amazonas em 2020 registram maior número da história. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/10/11/queimadas-no-amazonas-em2020-superam-recorde-de-2005-e-registram-maior-numero-da-historia.ghtml>. Acesso em set. 2022.

G1. 2022a. Governo de MS proíbe o uso de linguagem neutra em escolas Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/01/04/governo-de-ms-proibe-o-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas.ghtml>. Acesso em ago. 2022.

G1. 2022b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/em-ms-bolsonaro-teve-5949percent-dos-votos-e-lula-4051percent.ghtml>. Acesso em nov. 2022.

G1. 2022c. Tereza Cristina é eleita senadora de MS com 60% dos votos válidos. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/10/02/tereza-cristina-e-eleita-senadora-de-ms-com-61percent-dos-votos-validos.ghtml>. Acesso em nov. 2022.

G1. 2022d. MS tem recorde histórico de feminicídio em 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/28/ms-tem-recorde-historico-de-feminicidio-em-2022-entenda-o-que-ha-por-tras-dos-assassinatos-de-mulheres.ghtml>. Acesso em dez. 2022.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia** [online]. v. 46, nº 2, 2003. p. 445-476. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S003477012003000200012>. Acesso em set.2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Símbolos. 2022. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/simbolos/>. Acesso em out. 2022.

IAMARINO, Atila. Quem é o responsável pela pandemia? Com Deisy Ventura. YOUTUBE, 24/03/2021. Disponível em: <https://youtu.be/spvxzjMNYbo>. Acesso em out. 2022.

IHGMS - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2022. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/mato-grosso-qual-a-origem-deste-nome-24>. Acesso em dez. 2022.

JOHNSON, Felipe M., FARIA, Lucas L. Pandemias, profecias e autonomias: os Guarani e Kaiowá contra a COVID-19. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), nº 29 (supl), 2020. p. 42-52. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp42-52>. Acesso em dez. 2022.

JOHNSON, Felipe. Pyahu kuera: uma etnografia da resistência jovem guarani e kaiowá no Mato Grosso do Sul. Dissertação de mestrado em Antropologia. Dourados, UFGD, 2019.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**. v. 18, nº 3, pp. 471-509. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000300003>. Acesso em jan, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LEACH, Edmund. Repensando a Antropologia. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 13-51.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. Tradução de Inácia Canelas. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 53-93.

LIMA, Nísia T.. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. p. 23-116.

LOURO, Guacira L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACEDO, Rayane Bartolini. 2017. Debaixo da terra: uma genealogia cartográfica acerca dos discursos que permeiam as tessituras rizomáticas da PEC 215. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v.17, nº 49, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em ago. 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, S. W.; BRITTO, M. A. de; BARBOSA, I. I.; SILVA, C. A. D. da. Por dentro do Hospital Colônia Santana: uma leitura etnográfica de prontuários psiquiátricos de mulheres internas nas décadas de 1940 e 1950. **Anuário Antropológico**, v.45, nº 2, 2020. p. 54–75. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.5799>. Acesso em ago. 2022.

MARQUES, Laura. Críticas à atuação da ONU. Info Onu. 2012. Disponível em: <https://infoonu.wordpress.com/2012/11/16/criticas-a-atuacao-da-onu/>. Acesso em fev. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Diário Oficial Eletrônico. Lei nº 5.820, de 29 de dezembro de 2021. Campo Grande: Governo do Estado, 2021. Disponível em: [https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10720\\_30\\_12\\_2021](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10720_30_12_2021). Acesso em dez. 2022.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Introdução de Claude Lévi-Strauss. Tradução de Paulo Neves. 1ª ed. São Paulo: UBU editora, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 80 p. 2018.

MEDEIROS, Flavia. Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991). v. 23, nº 23, 2014. p. 77-89. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v23i23p77-89>. Acesso em jan. 2023.

MENEGHEL, Stela N; PORTELLA, Ana P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 22, nº 9, 2017. p. 3077-3086. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>. Acesso em jan. 2022.

MIDIAMAX. 2023. Mato Grosso do Sul é o 13º estado em ranking de assassinatos de travestis e transexuais. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/mato-grosso-do-sul-e-o-13-estado-em-ranking-de-assassinatos-de-travestis-e-transexuais/>. Acesso em jan.2023.

MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Tradução de Camila Balsa e Juliane Bazzo. Blog do Sociofilo [atual Blog do Labemus], 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/>. Acesso em ago. 2022.

MISSIO, Fabricio J.; RIVAS, Rozimare M. R. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, nº 3, 2019. p. 601-632. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41614936fmr>. Acesso em dez. 2022.

MOTA, Juliana G. B; CAVALCANTE, Thiago L. V. (Orgs.). Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0103.pdf>. Acesso em nov. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191p.

NASCIMENTO, Silvana de S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, v. 62, nº 2, 2019. p. 459-484. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.161080>. Acesso em fev. 2023.

O PROGRESSO. 2020. Academia é alvo de críticas após postar foto de indígenas sem máscaras: essas pessoas podem". <https://www.progresso.com.br/sociedade/academia-e-alvo-de-criticas-apos-postar-foto-de-indigenas-sem/374262/>. Acesso em out. 2022.

O PROGRESSO. 2022. Estatísticas de violência contra a mulher no Mato Grosso do Sul são alarmantes. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cotidiano/estatisticas-de-violencia-contra-a-mulher-no-mato-grosso-do-sul-sao/393269/>. Acesso em dez. 2022.

OLIVEIRA, E. A. de; MARTINS, C. P.; SILVA, M. A. da. “Coronacrise”: reflexões sobre alguns efeitos necropolíticos de/em uma pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde. **Revista TOMO**, v.39, nº 19. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21669/tomo.vi39.14929>. Acesso em nov.2022.

OLIVEIRA, Greciane Martins de. A expertise em gênero: análise etnográfica da (re)produção dos saberes-poderes no enfrentamento às violências contra as mulheres no MS. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2015.

OLIVEIRA, João P. de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, v.35, nº 1. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.758>. Acesso em jun. 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. 1946. Constituição. Disponível em: <https://www.who.int/pt/about> . Acesso em ago. 2022.

PEIRANO, Mariza A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.



PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos** [online]. v. 20, nº 42, 2014a. p. 377-391. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acesso em ago. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, 2. 2008/2014b. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em jun. 2022.

PEREIRA, Levi M. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Tellus**, v.18, 2014. p.115–137. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/202>. Acesso em ago. 2022.

PIB - Povos Indígenas do Brasil. Serviço de Proteção ao Índio (SPI). 2022. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o\\_aos\\_%C3%8Dndios\\_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em nov. 2022.

PINTEREST. Mapa Mato Grosso Econômico de 1933. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/737183032738958403/>. Acesso em nov. 2022.

PORTAL GELEDÉS. 2022. Mirtes de Souza, mãe de Miguel: “Se fosse ao contrário, com certeza eu estaria presa desde o primeiro dia”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mirtes-de-souza-mae-de-miguel-se-fosse-ao-contrario-com-certeza-eu-estaria-presa-desde-o-primeiro-dia/>. Acesso em mar. 2023.

PRECIADO, P, B. Texto Junkie. Traduzido por Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala. Conferência congresso AMP: Mulheres em psicanálise, 2019. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>. Acesso em jan. 2023.

PRECIADO. P. B. Aprendiendo del vírus. In: AMADEO, Pablo (ed.). Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatório). 2020. 188 p. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/defil/wp-content/uploads/sites/67/2020/05/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>. Acesso em out. 2022.

PRIORI, A et al. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. História do Paraná: séculos XIX e XX. ISBN 978-85-7628-587-8. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>. Acesso em out. 2022.

R7. 2020. 'Eu não sou feminista, sou feminina', diz ministra Damares Alves. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/eu-nao-sou-feminista-sou-feminina-diz-ministra-damares-alves-29062022>. Acesso em nov. 2022.

REPÓRTER BRASIL. 2020. No Mato Grosso do Sul, indígenas tentam bloquear covid sem ajuda do governo. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/no-mato-grosso-do-sul-indigenas-tentam-bloquear-covid-sem-ajuda-do-governo/>. Acesso em dez. 2022.

REVISTA FÓRUM. 2022. Indígena Kaiowá é brutalmente assassinado por ser LGBTI+. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2022/11/24/indigenkaiowabrutalmente-assassinado-por-ser-lgbti-127752.html>. Acesso em jan. 2022.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu da Morte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do Corpo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006a.

ROSSI, João V.; BECKER, Simone. “Humano que não se pode consertar”: a necropolítica dos corpos femininos. **Revista Ñanduty**, v. 7, nº 10, 2019. p. 159-174. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/nty.v7i10.10305>. Acesso em ago. 2022.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATA, Jean et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**. v. 27, nº 59, 2021. p. 7-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>. Acesso em dez. 2022.

TERENA, Luiz Eloy; DUPRAT, Deborah. 2021. O genocídio indígena atual. Jota Info. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/03/18/artigo-o-genocidioindigena-atual/>. Acesso em fev. 2023.

THE GUARDIAN. 2020. Disponível em: 'The Amazon is the entry door of the world': why Brazil's biodiversity crisis affects us all. [https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/10/the-amazon-is-the-vagina-of-the-world-why-women-are-key-to-saving-brazils-forests-aoe?CMP=share\\_btn\\_tw](https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/10/the-amazon-is-the-vagina-of-the-world-why-women-are-key-to-saving-brazils-forests-aoe?CMP=share_btn_tw). Acesso em set. 2022.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Carta das Nações Unidas. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em nov.

UOL. 2021. Sem beijo, de máscara: prostitutas criam regras para trabalhar na pandemia. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/25/so-de-costas-trabalhadoras-sexuais-adotam-protocolo-para-poder-trabalhar.htm>. Acesso em fev. 2023.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

VENTURA, Deisy; PEREZ, Fernanda Aguilar. Crise e reforma da organização mundial da saúde. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. 2014, nº 92, p. 45-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200003>. Acesso em jan. 2023.

VIANNA, Adriana. Etnografando Documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014. p. 43-70.

VÍCTORA, C. G.; RUAS-NETO, A. L. Querem matar os ‘últimos Charruas’: sofrimento social e a ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades. **Revista Antropológicas**, ano 15, v. 22, nº 1, 2011. p. 37-59. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23736>. Acesso em jun.2022.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, nº 2, 2001. p.460 - 482. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em jan. 2023.

ZANELLO, Valeska; BUKOWITZ, Bruna. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys Estudos Feministas**. v. 20-21, 2011. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>. Acesso em jan. 2023.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, nº 3, p. 238-246, set.-dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em jan. 2023.